

**NELSON ANTONIO SIMÃO GIMENES**

**Um estudo meta-avaliativo de uma experiência de auto-avaliação em uma Instituição de Educação Superior**

**Mestrado em Educação: Psicologia da Educação**

**PUC/SP**

**São Paulo**

**2006**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**NELSON ANTONIO SIMÃO GIMENES**

**Um estudo meta-avaliativo de uma experiência de auto-avaliação em uma Instituição de Educação Superior**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Educação – área de concentração: Psicologia da Educação, sob a orientação da Profa. Dra. Bernardete Angelina Gatti.

**Mestrado em Educação: Psicologia da Educação**

**PUC/SP**

**São Paulo**

**2006**

**Um estudo meta-avaliativo de uma experiência de auto-  
avaliação em uma Instituição de Educação Superior**

*Banca Examinadora*

---

**Prof<sup>a</sup>. Dra. Bernardete Angelina Gatti**  
**Orientadora**

---

**Prof<sup>a</sup>. Dra. Clarilza Prado de Sousa**

---

**Prof<sup>a</sup>. Dra. Gláucia Torres Franco Novaes**

# *Dedicatória*

*Dedico este trabalho aos meus pais e  
a minha irmã que sempre me apoiaram nos  
momentos decisivos de minha vida e  
a minha prima Renata (in memoriam)  
pela sua garra e coragem.*

# *Agradecimentos*

Após estes anos de estudo, fica difícil agradecer a todos os que compartilharam comigo de momentos fundamentais para a realização deste trabalho. Por isso, peço desde já desculpas àqueles que não estiverem citados diretamente, mas que de alguma forma também merecem a minha mais sincera gratidão.

À Dra. Bernardete Angelina Gatti, minha orientadora, por sua atenção, compreensão e confiança dispensada a mim.

Aos meus pais, Celso e Cecília, e a minha irmã Luciana que sempre estiveram próximos nos momentos decisivos de minha vida e que me apoiaram integralmente para a realização deste trabalho.

Também agradeço o amparo de meus tios Silvio e Lígia e dos meus primos, Fernando e Lívia, que souberam compreender a minha ausência durante a realização desta pesquisa.

A toda a comunidade acadêmica da IES pesquisada, pelo apoio e pela oportunidade oferecida para o desenvolvimento de minhas atividades profissionais, como também para a realização deste estudo. Agradeço em especial à Dra. Miriam O. Levada, ao Dr. José Mendes e aos Coordenadores de Curso de Graduação pelo apoio e reconhecimento e importância dada a esta pesquisa.

Aos meus colegas de trabalho (docentes, funcionários técnico-administrativos), em especial aos integrantes da Comissão Própria de Avaliação e das Comissões Setoriais.

Agradeço também ao Professor Dr. Daniel Ximenes, que contribuiu de forma decisiva para a construção do processo de auto-avaliação da IES pesquisada, e que me ensinou o árduo caminho para o estabelecimento de uma cultura de avaliação em uma Instituição de Educação Superior.

Aos meus amigos Fernando, Spilla, André, Rodrigo, Rita, Vinícius, Élcio, Dimas, Carlos Alberto, Raimundo, Neusa, Débora e Flávia, que sempre estiveram presentes durante esta minha jornada.

A todos os amigos e companheiros que fiz na IES, em especial à Cristina, Rosana, Pedro, Danilo, Wilton, Rosa, Neto, João, por me acompanharem nesta difícil trajetória e por acreditarem que eu seria capaz de finalizar este processo.

Ao Márcio, meu professor que me ensinou os primeiros passos para a elaboração de textos e pela sua colaboração como revisor deste trabalho.

Às Professoras Dra. Gláucia Novaes, Dra. Yara Espósito, Dra. Cláudia Davis, Dra. Maria Laura Franco, Sra. Miriam Bizzocchi, Dra. Clarilza Prado de Sousa e Isabel Capelletti pelos seus ensinamentos sobre Educação e Avaliação, sem os quais não teria chegado até aqui.

Por fim, agradeço mais uma vez a todos os meus familiares e amigos, que formam um grande grupo que incentivou minha caminhada, pela força, pela crença de que eu seria capaz.

# *Resumo*

Gimenes, N.A.S (2006). Um estudo meta-avaliativo de uma experiência de auto-avaliação em uma Instituição de Educação Superior. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Programa de Educação: Psicologia da Educação/ PUC-SP, (112)p.

Com o objetivo de analisar o processo de auto-avaliação desenvolvido em uma Instituição de Educação Superior do interior do estado de São Paulo, realizamos uma meta-avaliação – a partir do ponto de vista dos coordenadores de curso da área de Saúde-biológica da instituição em estudo – utilizando um instrumento de meta-avaliação, baseado nos padrões “Utilidade” e “Precisão” desenvolvidos pelo Comitê Misto sobre Diretrizes para a Avaliação Educacional (*Joint Committee on Standards for Educational Evaluation*) e feito a partir de uma adaptação livre do *Program Evaluation Models Metaevaluation Checklist*. Houve uma preocupação central, neste trabalho, de refletir sobre as políticas públicas de avaliação, não como mais uma exigência legal das instituições em relação aos órgãos governamentais responsáveis, mas como um procedimento capaz de gerar informações essenciais para as IESs, no intuito de contribuir para seu aperfeiçoamento e desenvolvimento institucional. Os resultados apontam que embora a auto-avaliação realizada na IES tenha sido, na opinião dos respondentes, satisfatória, identificamos alguns impasses, sobretudo em relação às dificuldades da avaliação interna de promover condições adequadas para a geração de melhorias institucionais, bem como de envolvimento efetivo da comunidade a partir de uma perspectiva de participação ampliada. Entendemos que este estudo pode contribuir para o debate sobre o papel da auto-avaliação e da importância desta para o aperfeiçoamento do Sistema de Educação Superior no Brasil, bem como de se refletir sobre padrões adequados para o desenvolvimento de processos avaliativos geradores de transformações e melhorias nos e pelos diferentes setores de uma IES, como o ensino, a pesquisa, a extensão e gestão, transpondo as exigências burocrático-legais dos órgãos reguladores deste sistema. Por fim, entendemos que para a superação destes impasses faz-se necessário o desenvolvimento de formas variadas e eficientes de acesso, divulgação e retorno das informações coletadas ao longo do processo avaliativo, o que possibilitaria a melhor compreensão dos seus objetivos pelos diferentes segmentos da comunidade acadêmica local.

Palavras-chave: Meta-avaliação, Avaliação Institucional e Educação Superior.

# *Abstract*

Gimenes, N.A.S (2006). A meta-evaluative study of an experience of auto-evaluation in an Institute of Higher Learning. Master's Thesis. São Paulo: Educational Program: Psychology of Education/ PUC-SP, (112) p.

With the objective to analyze the process of auto-evaluation developed in an Institute of Higher Learning in the interior of the state of São Paulo, we carried out a meta-evaluation – from the point of view of the coordinators in the area of biological-health of the institution that is being used for the study – utilizing an instrument of meta-evaluation, based on the standards of “Utility” and “Accuracy” developed by the Joint Committee on Standards for Educational Evaluation and made based on a free adaptation of the Program Evaluation Models Meta-evaluation Checklist. There was a main concern, during this work, of reflecting on the public policies of evaluation, not as one more legal demand of institutions in relation to the responsible government authorities, but as a procedure able to generate essential information for Institutions of Higher Learning, with the intention of contributing to its improvement and institutional development. The results show that although the auto-evaluation carried out at the Institution of Higher Learning has been, in the opinion of the respondents, satisfactory; we identified some problems, especially concerning the difficulties of the internal evaluation of promoting adequate conditions for the generation of institutional improvements; as well as the effective involvement of the community from the perspective of amplified participation. We believe this study can contribute in the debate over the role of auto-evaluation and the importance of it in the improvement of the System of Higher Learning in Brazil, as well as reflecting on the adequate standards for the development of evaluative processes that generate changes and improvements on and for the different sectors of an Institution of Higher Learning, such as teaching, research, complementary activities and management, overpassing the legal-bureaucratic demands of the regulatory agencies of this system. Finally, we believe that to overcome these problems it is necessary to develop various and efficient forms of access, dissemination and feedback of the information collected during the evaluative process, which would make possible an improved comprehension of the objectives for the different segments of the local academic community.

Keywords: Meta-evaluation, Institutional Evaluation and Higher Learning.

# *Sumário*

<b>Apresentação</b>	xviii
<b>Capítulo 1 - O Conceito de Avaliação, o Panorama da Educação Superior no Brasil e as Políticas Públicas de Avaliação</b>	1
1.1. O conceito de Avaliação Educacional	2
1.2. O Panorama da Educação Superior no Brasil	5
1.3. As Políticas Públicas de Avaliação das Instituições de Educação Superior no Brasil	8
1.4. A auto-avaliação e a mobilização das IESs	16
<b>Capítulo 2 – A Instituição de Educação Superior, seus professores, alunos e o Programa de Auto-avaliação</b>	18
2. Caracterização da IES estudada	19
2.1. Vocação Institucional	19
2.2. Perfil discente e docente da IES	20
2.2.1. Perfil dos Alunos	20
2.2.2. Perfil dos Docentes	22
2.3. O Programa de Auto-Avaliação da Instituição, sua implementação e etapas do processo	23
2.3.1. O Programa de Avaliação Institucional	23
2.3.2. Referências normativas e teóricas do Programa de Auto-avaliação	23
2.3.3. Objetivos gerais e específicos do Programa de Auto-avaliação da IES	24
2.3.4. Diretrizes fundamentais e seus Princípios	26
2.3.4.1. Diretrizes	26
2.3.4.2. Princípios	27
2.3.5. Metodologia, etapas e procedimentos do Programa de Auto-avaliação da IES	27
<b>Capítulo 3 - A questão da Meta-avaliação</b>	34
3.1. Categoria: utilidade	38
3.2. Categoria: viabilidade	39
3.3. Categoria: ética	39
3.4. Categoria: precisão	40
<b>Capítulo 4 – Procedimentos da pesquisa e análise dos dados</b>	42
4.1. Procedimentos da Pesquisa	43
4.2. Análise dos dados	46
4.2.1. Categoria Utilidade	46
4.2.1.1. Identificação dos Grupos de Interesse	46
4.2.1.2. Abrangência e Seleção da Informação	55
4.2.1.3. Impacto da Avaliação	60
4.2.2. Categoria Precisão	65
4.2.2.1. Documentação do Programa de avaliação da IES	66
4.2.2.2. Fontes de informações defensáveis	69
4.2.2.3. Informações válidas	73
4.2.2.4. Informações confiáveis	75
4.2.2.5. Sistematização da informação	77
<b>Capítulo 5 - Considerações e inferências sobre o processo de auto-avaliação realizado pela IES em foco</b>	81
<b>Referências</b>	89

<b>Anexos</b>	94
Anexo 1 – Instrumento de meta-avaliação	95
Anexo 2 – Matriz do instrumento	100
Anexo 3 – Solicitação à Reitora para a realização da pesquisa	103
Anexo 4 – Carta de apresentação da pesquisa e instruções para o preenchimento do instrumento	106
Anexo 5 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	109
Anexo 6 – Relação dos cursos de graduação da IES pesquisada	111

# *Índice de Quadros*

Quadro 1 – Houve clareza quanto às exigências de desenvolvimento do processo de auto-avaliação da IES pelo CEE/SP e MEC.	47
Quadro 2 – Houve adequação do método utilizado (por exemplo: criação das comissões e indicação de seus representantes) para garantir o envolvimento de todos os participantes no processo de avaliação.	48
Quadro 3 – Houve adequação da quantidade de representantes dos diversos grupos nas comissões responsáveis pelo processo de avaliação da instituição.	48
Quadro 4 – Houve comprometimento da direção da instituição com a proposta de avaliação.	51
Quadro 5 – Houve interesse dos dirigentes da IES em envolver todos os grupos (coordenadores, supervisores, alunos, professores e funcionários técnico-administrativos) na participação nas diversas etapas do processo de avaliação.	51
Quadro 6 – Houve informações claras e suficientes sobre as etapas do processo (por exemplo: agendamento de reunião, elaboração dos instrumentos, documentos disponíveis, divulgação) para todos os participantes.	52
Quadro 7 – Foram cumpridos os objetivos das reuniões realizadas para a identificação das necessidades apresentadas pelos diversos grupos.	52
Quadro 8 – A participação foi restrita às Comissões (Comissão Própria de Avaliação e Comissões Setoriais) no processo de avaliação desenvolvida na instituição.	52
Quadro 9 – Foram satisfatórios os procedimentos utilizados para a seleção das dimensões e indicadores considerados mais importantes que fizeram parte dos instrumentos de avaliação.	56
Quadro 10 – As problemáticas referentes ao processo de avaliação foram apresentadas e discutidas de maneira democrática.	56
Quadro 11 – Houve satisfação quanto ao contato estabelecido entre as comissões responsáveis pelo processo de avaliação com os demais participantes.	56
Quadro 12 – Houve flexibilidade no processo de avaliação para a inclusão de novas questões nos instrumentos desenvolvidos.	57
Quadro 13 – Os diferentes instrumentos de avaliação elaborados contemplaram todos os aspectos necessários.	57
Quadro 14 – Deveriam ter sido elaborados instrumentos específicos para os diretores (Reitoria e Pró-Reitores) e funcionários técnico-administrativos para a avaliação de aspectos de seu interesse.	58
Quadro 15 – Foram oferecidas condições para a melhoria e aperfeiçoamento institucional a partir das informações coletadas durante o processo de avaliação.	58
Quadro 16 – Houve divulgação adequada dos resultados preliminares obtidos pelos diferentes instrumentos de avaliação.	61
Quadro 17 – Foi eficaz o suporte oferecido para a compreensão e utilização dos resultados preliminares.	61
Quadro 18 – Houve retorno adequado do processo de avaliação a toda comunidade acadêmica.	61

Quadro 19 – Houve interação entre os representantes das comissões e os demais participantes durante o processo de avaliação.	62
Quadro 20 – Houve envolvimento efetivo de todos os participantes no processo de avaliação institucional.	62
Quadro 21 – Houve transparência (sincera, honesta e idônea) durante o processo de avaliação.	63
Quadro 22 – Houve ações de melhoria na instituição a partir das informações coletadas durante o processo de avaliação.	63
Quadro 23 – Houve satisfação quanto à divulgação do funcionamento do programa de avaliação à comunidade acadêmica.	66
Quadro 24 - O acesso aos resultados pelos diferentes grupos foi satisfatório.	67
Quadro 25 – Houve adequação do programa de avaliação proposto ao processo desenvolvido.	67
Quadro 26 – Houve respeito à opinião das diversas fontes (alunos, professores, coordenadores e supervisores de curso).	69
Quadro 27 – Houve adequação dos métodos e procedimentos empregados para a coleta de dados.	70
Quadro 28 – Houve adequação do procedimento de coleta de dados censitária (não amostral).	70
Quadro 29 – Os resultados obtidos durante o processo de avaliação foram relevantes.	70
Quadro 30 – Os critérios para a exclusão dos diretores e funcionários como fonte de informações primárias foram apropriados.	71
Quadro 31 – A metodologia utilizada para a aplicação dos pré-testes foi adequada.	73
Quadro 32 – A qualidade das informações obtidas em cada um dos instrumentos de avaliação foi satisfatória.	74
Quadro 33 – As condições oferecidas (por exemplo: procedimentos, tempo para o preenchimento dos instrumentos de avaliação) para a aplicação dos diferentes instrumentos de avaliação foram adequadas.	74
Quadro 34 – As informações coletadas a partir dos instrumentos de avaliação foram confiáveis.	76
Quadro 35 – Houve coerência na seleção dos itens que fizeram parte dos instrumentos de avaliação.	76
Quadro 36 – As instruções dadas aos participantes no momento do preenchimento dos instrumentos de avaliação foram adequadas.	76
Quadro 37 – A forma como foram divulgadas as informações obtidas durante o processo de avaliação foi bem compreendida.	78
Quadro 38 – O processo de avaliação foi realizado com êxito.	78
Quadro 39 – A qualidade dos resultados disponibilizados foi satisfatória.	78

# *Apresentação*

Ao longo deste trabalho, pretende-se aprofundar a discussão acerca do processo de auto-avaliação desenvolvido em uma Instituição de Educação Superior (IES), por considerar que este tema ainda carece de reflexões no âmbito global das políticas públicas de avaliação institucional.

A avaliação educacional tem feito parte da trajetória profissional do Autor. Em 2001, ingressou na Fundação Carlos Chagas como assistente de pesquisa nesta área. No período de 2001 a 2004, auxiliou os pesquisadores da instituição na elaboração dos relatórios referentes aos resultados dos cursos de graduação que participaram do Exame Nacional de Cursos ENC/Provão, como também no projeto de Avaliação Educacional do SESI, desenvolvido por esta instituição nos anos de 2001 e 2002.

Atualmente exerce as funções de Supervisor de Avaliação, Coordenador da Comissão Própria de Avaliação e Pesquisador Institucional em uma Instituição de Educação Superior (IES). Ao desenvolver suas atividades profissionais nesta IES, percebemos a necessidade de uma maior produção de estudos empíricos sobre os processos de auto-avaliação realizados em algumas instituições de ensino superior.

Consideramos que pesquisas acerca deste assunto podem gerar um maior conhecimento a respeito das práticas de auto-avaliação, bem como de suas concepções teóricas, de seus princípios e diretrizes, dos instrumentos utilizados e dos processos de articulação das informações coletadas, o que consolidaria a auto-avaliação como um importante instrumento de gestão e planejamento das IESs.

Ao focar o processo de avaliação interno realizado por uma Instituição, temos a intenção de produzir um conhecimento mais aprimorado das contribuições da auto-avaliação num contexto mais geral e, ao mesmo tempo, auxiliar a própria instituição no desenvolvimento e aperfeiçoamento dos seus programas de ensino, pesquisa, extensão e de gestão.

Embora observemos um expressivo movimento das Instituições de Educação Superior no Brasil para a construção de processos de auto-avaliação, podemos notar a existência de inúmeras questões a respeito de seu mérito, das metodologias e técnicas utilizadas; bem como a forma como são empregados os resultados destas avaliações, tanto pela comunidade universitária quanto pelos órgãos federais e estaduais responsáveis por estes processos.

Desta forma, neste trabalho, propomos realizar um estudo meta-avaliativo do processo de auto-avaliação desenvolvido em uma Instituição de Ensino Superior do interior do Estado de São Paulo, a partir da análise de sua fundamentação, de seus

princípios e diretrizes, dos instrumentos empregados e dos mecanismos de articulação das informações coletadas, procurando identificar suas qualidades e seus impasses.

Para tanto, propomos a realização de uma meta-avaliação, utilizando as categorias analíticas “Utilidade” e “Precisão”, desenvolvidas pelo Comitê Misto sobre Diretrizes para a Avaliação Educacional em 1981 (*Joint Committee on Standards for Educational Evaluation*), que serão devidamente apresentadas ao longo do trabalho. Tal Comitê é patrocinado por 15 associações profissionais americanas, entre elas, a Associação Americana de Administradores de Escolas, a Associação Americana de Pesquisas Educacionais, a Associação Americana de Avaliação e a Associação Americana de Psicologia (Ristoff, 2000, p.40), devido ao reconhecimento de suas contribuições.

Consideramos que a análise do processo de auto-avaliação institucional, a partir destas duas categorias é fundamental para que possamos responder aos seguintes questionamentos:

- Qual o mérito e a relevância<sup>1</sup> do processo de auto-avaliação implementado na IES objeto deste estudo, segundo os coordenadores dos cursos da área de Saúde-Biológica desta instituição?
- Quais são as qualidades e os aspectos que necessitam ser revistos no processo de auto-avaliação realizado pela IES, na perspectiva dos coordenadores de curso, de acordo com as categorias precisão e utilidade<sup>2</sup>?

Para responder a estas questões, os capítulos seguintes estão estruturados da seguinte forma: no primeiro Capítulo, discutiremos o conceito de avaliação, o panorama da Educação Superior no Brasil e as políticas públicas de avaliação para o setor, além de discorrer sobre a mobilização das IESs para o desenvolvimento de seus processos avaliativos.

No Capítulo 2 descreveremos a IES pesquisada, seus professores e alunos, com o objetivo de situá-la no contexto do ensino superior, bem como apresentaremos resumidamente seu programa de auto-avaliação.

Em seguida, no Capítulo 3, trataremos das idéias da meta-avaliação, tal como abordada por vários autores, expondo a nossa opção de categorias para o estudo.

---

<sup>1</sup> De acordo com Firme e Letichevsky (2002), “o mérito está relacionado às qualidades intrínsecas do objeto e a relevância no que se refere ao impacto e à repercussão do objeto-foco em questão” (p.291).

<sup>2</sup> Qualificaremos estes termos adiante.

Posteriormente descrevemos os procedimentos da investigação adotados e as análises interpretativas realizadas. Por fim, no Capítulo V, serão feitas algumas considerações e inferências sobre o processo de auto-avaliação realizado pela IES em foco.

Cabe destacar que houve, neste trabalho, uma preocupação central de refletir sobre as políticas públicas de avaliação, não como mais uma exigência legal das instituições em relação aos órgãos governamentais responsáveis, mas como um procedimento capaz de gerar informações essenciais para as IESs, no intuito de contribuir para seu aperfeiçoamento e desenvolvimento institucional.

# *Capítulo 1*

## *O Conceito de Avaliação, o Panorama da Educação Superior no Brasil e as Políticas Públicas de Avaliação*

Para o cumprimento dos objetivos apresentados anteriormente, julgamos essencial discorrer inicialmente sobre alguns aspectos. No primeiro momento serão expostas as mudanças no conceito de avaliação educacional ocorridas ao longo dos anos. Posteriormente, apresentaremos o cenário da Educação Superior no Brasil, bem como as políticas públicas de avaliação desenvolvidas ao longo das últimas décadas. Por fim, discutiremos o conceito de auto-avaliação e sua obrigatoriedade para com o Conselho Estadual de Educação de São Paulo e com o Ministério da Educação.

### **1.1. O conceito de Avaliação Educacional**

O conceito de avaliação educacional passou por grandes transformações, sobretudo a partir do início do século XX. Autores como Guba e Lincoln (Firme, 1994; Bielschowski, 1996) sintetizam muito claramente esta evolução. Estes autores definem quatro importantes gerações de estudos da avaliação educacional e descrevem suas principais características. A primeira geração (anos 20 e 30) caracterizava a avaliação como um procedimento de medida (mensuração), e centralizava quase todos os seus esforços na construção de instrumentos ou testes de verificação do rendimento escolar.

Nesta perspectiva, a avaliação tinha como principal função conferir valores numéricos as características dos indivíduos, conforme critérios preestabelecidos, com o objetivo de estabelecer o quanto possuíam de tais características (Vianna, 1997). Esta concepção de mensuração das características do indivíduo foi expandida para quaisquer dos comportamentos humanos, inclusive o de aprender. O papel do avaliador desta geração era meramente técnico, pois sua preocupação voltava-se principalmente ao aprimoramento dos instrumentos padronizados de avaliação, cujo objetivo era a classificação e a determinação do progresso dos estudantes; não diferenciando a avaliação do conceito de medida. Portanto, neste contexto a avaliação estava associada apenas à idéia de aferir e mensurar o conhecimento do aluno sobre um determinado conteúdo escolar.

Ainda segundo os autores, a segunda geração (anos 30 e 40), distinguia-se da primeira por não reduzir a avaliação apenas à coleta de informações sobre o rendimento escolar dos alunos, mas procurava entender melhor o objetivo de uma avaliação. Neste período, a preocupação com a revisão dos currículos evidencia-se. Havia um consenso em relação à dificuldade de realização de uma reflexão aprofundada dos currículos, tendo por base somente os dados coletados através dos exames dirigidos aos alunos.

O papel do avaliador também mudou, “embora ainda técnico, foi muito mais o de descrever padrões e critérios em relação ao sucesso ou ao fracasso de objetivos” (Bielschowski, 1996, p.30).

Descontente com os resultados do modelo de avaliação desenvolvido pela primeira geração, esta nova geração preocupava-se em verificar até que ponto os alunos tinham atingido os objetivos descritos nos programas educacionais. Para tanto, convergiram seus esforços em descrever o que entendiam por sucesso e fracasso dos alunos quanto aos objetivos firmados em um determinado programa escolar.

A característica excessivamente descritiva desta segunda geração de estudiosos da avaliação incomodava seus sucessores. Firme (1994) destaca dois problemas sérios em relação à perspectiva avaliativa adotada pela segunda geração. O primeiro estava relacionado à enorme dependência da definição de objetivos para o desenvolvimento do processo avaliativo, ocasionando grande dificuldade de muitos educadores em formular claramente os objetivos de um programa ou projeto, antes mesmo de sua realização. Na visão da autora, este problema tornava o processo avaliativo pouco ou quase nada proveitoso.

O segundo problema encontrado refere-se ao fato da avaliação ser compreendida como uma atividade final do processo educativo, o que acarretaria a impossibilidade de correções dos possíveis equívocos identificados ao longo do programa, em função de seus objetivos.

Foi em decorrência destes questionamentos que a terceira geração, representada principalmente por Stake e Scriven (Firme, 1994), discutiu e propôs a necessidade da avaliação com o objetivo de emitir juízo de valor. Esta característica foi a marca desta geração. De acordo com Firme (1994), nesta nova abordagem avaliativa,

*“não bastaria apenas medir e descrever, era preciso julgar o conjunto de todas as dimensões do objeto, inclusive sobre os próprios objetos, inclusive sobre os próprios objetivos. Esta foi a geração em que eclodiram vários modelos de avaliação, na tentativa de se chegar ao julgamento de valor de forma sistemática e esclarecedora. (...) Especialmente digno de menção nessa terceira geração foi a preocupação com o mérito e a relevância, características essenciais do juízo de valor.” (p.7).*

O papel do avaliador, a partir de então, torna-se o de pronunciar um julgamento de valor sobre o foco de atenção do processo de avaliação realizado.

Após destacarmos as diferentes concepções de avaliação, verificamos um conjunto de impasses não esclarecidos pelas gerações de avaliadores apresentadas anteriormente. Estes impasses identificados referem-se, segundo Firme (1994), (1) aos conflitos de posições, valores e decisões entre o solicitante e o executor da avaliação; (2) à diversidade de valores e princípios, dificultando a busca de um consenso; e (3) ao destaque excessivo no paradigma científico e na importação de modelos de pesquisa provenientes das ciências exatas.

Estes problemas foram decisivos para o surgimento da quarta geração de avaliadores, principalmente a partir das décadas de 1980 e 1990. Buscavam um enfoque mais amplo e aprimorado de avaliação, ultrapassando o modelo supostamente científico e voltado para a coleta de informações adotada pelas gerações anteriores. Passa-se, então, a envolver outros aspectos na avaliação, como o humano, o político, o sócio-cultural e os contextuais, sendo a negociação o elemento crucial para a integração destes novos aspectos (Bielschowski, 1996).

De acordo com este autor, esta nova perspectiva de avaliação fundamentada na negociação tem o intuito de desenvolver um processo avaliativo em que as questões propostas, o método adotado e a interpretação dos resultados sejam produzidos com a ampla participação dos diferentes grupos interessados, tornando-o participativo e negociado.

Para tanto, o paradigma deste modelo de avaliação

*“rejeita a abordagem de controle manipulativo-experimental, que caracteriza fundamentalmente a ciência, e o substitui por um processo hermenêutico-dialético, o qual aproveita, ao máximo, a interação observador/observado para criar construções, o melhor possível, em determinada situação e no tempo apropriado. Nessas considerações se capta, pois, a ressonância entre um paradigma que propõe um processo metodológico hermenêutico-dialético e uma abordagem de avaliação, que depende desse processo para subsidiar sua postura de responsabilidade”* (Guba e Lincoln *apud* Firme, 1994, p.8).

Cabe destacar que este novo paradigma de avaliação não desconsidera ou elimina as perspectivas adotadas pela geração anterior, mas sim, procura superá-las, incorporando os aspectos considerados imprescindíveis para a realização de um processo de avaliação (Bielschowski, 1996).

Portanto, a mudança fundamental que caracteriza esta geração diz respeito ao envolvimento de todos os participantes nas diferentes etapas do processo, desde a sua formulação até a sua finalização, o que torna a avaliação uma prática não apenas técnico/científico, mas também político e pedagógico.

Esta nova abordagem avaliativa, segundo Dias Sobrinho (2002), pode ser justificada por pelo menos três diferentes aspectos que são: (1) validade da avaliação devido à sua pluralidade de perspectivas e de concepções dos diferentes grupos interessados; (2) comprometimento dos participantes com o processo de melhoria, já que fazem parte do processo; e (3) sua superioridade do ponto de vista ético em relação às demais abordagens avaliativas.

Por fim, declaramos nesta pesquisa que a perspectiva desta última geração é a que será adotada como referência para a análise do processo de avaliação da IES estudada. Ao privilegiar a negociação e a participação da comunidade universitária durante todo o processo avaliativo, além do envolvimento dos aspectos humanos, políticos, sócio-culturais e contextuais, consideramos possível o desenvolvimento de processos de auto-avaliação, cujo foco não é a punição ou premiação, mas a geração do auto-conhecimento e de reflexão sobre sua prática educativa, tornando-a efetiva.

## **1.2. O Panorama da Educação Superior no Brasil**

Desde a formação das primeiras escolas superiores no Brasil, podemos constatar importantes modificações neste sistema educacional. A literatura nos aponta que tais transformações dizem respeito ao papel do Estado – compromisso de promover uma educação de qualidade e promulgar legislações de diretrizes e bases educacionais – e à expansão do contingente de cursos e estudantes universitários.

Podemos afirmar que este movimento em direção à formação universitária está certamente relacionado com o desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil, iniciado nos anos 30. Este novo modelo econômico rompe com as estruturas oligárquicas predominantemente rurais e estabelece novas relações de poder e de trabalho, exigindo continuamente a formação de uma sociedade mais qualificada e “adequada” aos interesses dos setores industriais instituídos.

Cunha (2004), ao discutir o desenvolvimento do ensino superior no Brasil, afirma que, nas décadas iniciais do século XX, já no período Republicano, ocorre um grande aumento das faculdades, o que acarretou as primeiras discussões a respeito da qualidade do ensino versus expansão desordenada do sistema.

Este mesmo autor mostra que, no período da República Populista, ocorreu um processo de beneficiamento, pelo Estado, dos setores privados ligados à Educação Superior

*“A República Populista (1946/1964) mostrou a primeira face da ambigüidade das políticas públicas ao favorecer o crescimento do setor privado em termos de novas instituições criadas, no aumento de seu efeito e em termos de agregação em universidades” (Cunha, 2004, p.801).*

Neste momento, notamos uma tendência do setor público em dividir, com o setor privado, a responsabilidade pela Educação Superior no país, cujo efeito será notado, com maior clareza, nos anos seguintes a este período.

Embora tivesse ocorrido, desde o início do século XX, uma expansão das Instituições de Educação Superior no Brasil, Pinto (2004) nos mostra que a taxa de Escolaridade Bruta na Educação Superior era de apenas 1% em 1960. Este cenário começa a mudar a partir da década de 70, quando observamos um representativo crescimento das exigências das camadas médias e urbanas da sociedade brasileira por um modelo educacional que as atendesse, não só nos níveis básicos, mas também em nível superior.

Souza (1991) mostra que, entre 1970 e 1980, o número de matrículas em unidades de Ensino Superior aumentou de trezentos mil para um milhão e meio. Este mesmo autor destaca, ainda, algumas causas para este enorme crescimento:

*“as causas mais imediatas do fenômeno podem ser encontradas na concentração urbana da população, na exigência de melhor formação para a mão-de-obra industrial e de serviços e na repercussão das explosões anteriores, no ensino primário, na década de 40, do ensino ginásial, na década de 50, e do colegial, na década de 60” (p.19).*

Nas duas décadas seguintes, de acordo com os dados divulgados pelo INEP (2003), observamos um contínuo crescimento, registrando, no ano de 1998, mais de 2 milhões de alunos matriculados. Atualmente, o Brasil conta com mais de 4 milhões de graduandos distribuídos nas diversas Instituições de Educação Superior (IES) do país (INEP, 2004).

Estes dados revelam, portanto, uma expressiva mudança no sistema de educação superior: a principal preocupação deixa de ser apenas a promoção da formação acadêmica dos filhos das elites dominantes, e passa a ser também o atendimento das demais camadas sociais – principalmente a classe média – que almejavam a realização de um curso superior. Por conseqüência, foram exigidas outras ações para o cumprimento do dever do Estado de manter e gerir todos os níveis de educação para a população.

Entretanto, notamos uma expressiva expansão do setor privado na educação superior, tornando-se majoritário em relação ao setor público no que se refere ao oferecimento de vagas no ensino superior. Esta expansão fica ainda mais evidente quando observamos, a partir dos dados revelados pelo Censo do INEP de 2001, que 86% do total de Instituições de Educação Superior do Brasil pertenciam ao setor privado, contemplando quase 70% dos alunos matriculados nos cursos de graduação.

Com a consolidação deste panorama da Educação Superior no Brasil, o setor público deixa de ser o principal responsável pela formação acadêmica e profissional dos estudantes de graduação. Como uma nova maneira de regular e coordenar os sistemas de Educação Superior, transforma-se, na década de 1990, no que Santos Filho (1999) denomina de “estado avaliador”, cuja pretensão passa a ser a de emitir julgamento objetivo e racional da qualidade do ensino proporcionado pelos diferentes tipos de instituições de Educação Superior constituídas no país.

Este mesmo autor afirma que, portanto, modifica-se a relação entre o governo e as IESs, e com isso o governo

*“(...) define os critérios de qualidade do resultado e as instituições decidem como responder às expectativas do governo, ampliando sua autonomia sobre o como fazer, mas reduzindo, senão, perdendo, seu espaço de liberdade sobre o que e para que fazer” (p.16).*

A partir desta citação, podemos refletir sobre algumas conseqüências provenientes desta conduta. Por um lado, tem-se a atribuição às instituições privadas da escolha de como conduzir a Educação Superior, desde que se obedeça às leis e às normas estabelecidas pelo governo, cabendo a ele avaliar, credenciar e recredenciar as IESs. Por outro lado, não lhes é concedida a participação integral nos “objetivos do sistema”, bem como nos propósitos de sua realização, provocando, nas IESs, muitas vezes, o desenvolvimento das tarefas apenas para atender às exigências legais do sistema.

Assim, muitas IESs, por exemplo, ao invés de utilizarem seus processos de auto-avaliação como um importante instrumento de gestão e planejamento interno, realizam-no apenas para atender às determinações dos órgãos regulatórios, não tendo nenhuma vinculação com as políticas de gestão e planejamento institucional, o que torna o processo de auto-avaliação uma questão apenas burocrática.

É possível afirmar que, neste cenário, o papel do poder público na Educação Superior tem gerado intensos debates, sendo alvo de severas críticas, e, ao mesmo tempo, importantes contribuições para se pensar as políticas educacionais brasileiras. Em consequência destes debates, verificamos uma mobilização de diversos setores e agentes – técnicos vinculados aos órgãos federais e estaduais, pesquisadores e representantes dos diferentes setores da comunidade acadêmica (principalmente de gestores, docentes e órgãos de representação) – para o desenvolvimento e a implementação de modelos de avaliação institucional adequados à realidade de cada IES (Silva Júnior, Catani e Gilioli, 1996; Stein, 1996; Sameshima, 2004; Ximenes 2003).

A partir deste contexto, consideramos essencial compreender a forma como está estruturado o processo de auto-avaliação institucional, que será nosso objeto de estudo neste trabalho, apresentando as diversas fases das políticas educacionais de avaliação das IESs implementadas ao longo das últimas décadas.

### **1.3. As Políticas Públicas de Avaliação das Instituições de Educação Superior no Brasil**

Nesta parte do capítulo, apresentaremos os diversos sistemas de avaliação da Educação Superior do Brasil, elaborados nas últimas cinco décadas. Começaremos pelas avaliações realizadas pelo governo militar após o golpe de 1964, incorporadas no Plano Acton e no Relatório Comissão Meira Matos; o PARU (Programa de Avaliação da Reforma Universitária), desenvolvido em 1983; passando pelo Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB, 1993), pelo Sistema de Avaliação do Ensino Superior (1996 a 2003), pelo Sistema de Avaliação da Educação Superior do Sistema Estadual de São Paulo (Deliberações CEE 04/99 e 04/2000), até chegar à promulgação da lei 10.861 de abril de 2004, que cria o SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior), a mais recente política educacional de avaliação do Ministério da Educação (MEC).

Cabe destacar, inicialmente, que, ao expormos as políticas de avaliação da Educação Superior no Brasil, notamos uma grande heterogeneidade das propostas. O

movimento das diferentes políticas de avaliação acompanha as proposições da política educacional, refletindo a situação sócio-econômica, política e cultural do país em cada período/época.

Durante a ditadura, iniciada com o golpe militar de 1964, as Universidades passaram por profundas transformações. Este governo impôs às IESs dois tipos de avaliação, denominadas Plano Acton e Relatório da Comissão Meira Matos, que resultaram na reforma do sistema de Educação Superior ocorrida em 1968 (Amorim, 1992).

Segundo este autor, o Plano Acton, realizado entre os anos de 1965 e 1967, a partir de estudos realizados sobre as IESs, apresentou duas dimensões principais. A primeira tinha como princípio a transposição do modelo empresarial para o sistema universitário, a partir de paradigmas norte-americanos de racionalidade institucional. A segunda tinha como objetivo promover a autonomia e a independência do sistema; e para isso seria necessário transformar as Universidades em fundações privadas. Estas duas dimensões almejavam a constituição de um modelo de educação superior tecnocrático, em que se privilegiava a formação de profissionais voltados para o atendimento dos grandes setores industriais em desenvolvimento no país.

Com características semelhantes ao Plano Acton, a Comissão Meira Matos pode ser considerada um dos pilares da reforma do Ensino Superior realizada em 1968. Esta Comissão produziu uma avaliação sobre a situação política, social e econômica do Brasil e, com o intuito de conter a insatisfação da comunidade universitária – professores e estudantes – em relação à supressão de suas entidades representativas e de sua liberdade política, passou a

*“(...) emitir parecer conclusivo sobre as reivindicações, teses e sugestões referentes às atividades estudantis; planejar e propor medidas que possibilitassem melhor aplicação das diretrizes governamentais, no setor estudantil; supervisionar e coordenar a execução dessas diretrizes, mediante delegação do Ministro de Estado”.*  
(Fávero, *apud* Amorim, 1992, p.23).

Estes dois processos de avaliação tinham como características principais o controle autoritário das IESs e dos diversos movimentos contestatórios organizados pela comunidade acadêmica. Outra função destacada como muito importante nestes processos era a utilização dos modelos empresariais como base para a reforma das

Universidades, propondo, para o sistema educacional, um modelo muito semelhante ao desenvolvido no sistema produtivo.

Observamos que algumas marcas dessas proposições ainda persistem até os dias atuais, mas ocorreram também fundamentais transformações dos processos de avaliação da Educação Superior ao longo dos anos.

É no final da década de 1970 que a preocupação com a qualidade dos cursos oferecidos pelas IESs aparece como uma questão central no sistema de educação superior brasileiro. Neste período, foi desenvolvido um sistema de avaliação dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, no intuito de referenciar-lhes a qualidade e servir de subsídio para o seu credenciamento (Gatti, 2002).

No início da década de 1980, o MEC implementa uma política de avaliação, denominado de PARU (Programa de Avaliação da Reforma Universitária), que, ao contrário da experiência da CAPES na pós-graduação, propunha uma avaliação menos quantitativa. De acordo com o referencial teórico do estudo-base do programa,

*“Busca-se apreender o ethos de cada instituição, principalmente por intermédio de uma análise histórica que, partindo da atual situação da IES, permita chegar à recuperação de sua trajetória, em relação a processos, tais como maneira de legitimação das decisões internas, modos específicos de gestão e formas de tomadas de decisão. Tais processos interferem na formulação de políticas concretizadas em diferentes tipos de práticas acadêmicas que, assim, expressam a marca política da instituição”* (Cunha, 1997, p.23).

Este programa, segundo Gatti (2002), propunha desenvolver uma análise de dois aspectos considerados principais: o da gestão universitária e o relacionado à produção e disseminação do conhecimento gerados pelas IESs. Devido às inúmeras mudanças na administração pública, este programa teve duração de apenas um ano.

Em 1986, baseado no relatório produzido pela Comissão Nacional para a Reformulação da Educação Superior, o então ministro da Educação, Marco Maciel, nomeia 5 membros para compor o Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior (GERES). Este grupo elaborou um anteprojeto de lei direcionado exclusivamente às IESs federais. Segundo Cunha (1997), as preocupações centrais do GERES eram acabar com a dualidade de estruturação das universidades federais; racionalizar o controle governamental sobre as universidades; valorizar os níveis mais elevados da

carreira docente; e incluir a participação de docentes e de estudantes na elaboração da lista para cargo de direção das universidades e de suas unidades.

Entretanto, é a partir dos primeiros anos da década de 1990 que ocorre, no ensino superior, uma mudança na perspectiva sobre a avaliação institucional, adquirindo destaque os processos de auto-avaliação. Deste modo, inicia-se a proposição mais direta de programas de avaliação do sistema universitário em decorrência de experiências de algumas universidades como a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade de Campinas (Unicamp), de acordo com Rios (2004).

O MEC institui, então, o PAIUB (Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras). Ainda segundo a autora, a orientação central deste Programa era a avaliação formativa entendida como uma ação dos avaliadores em direção ao desenvolvimento e crescimento dos avaliados. Ou seja, um processo a serviço da comunidade acadêmica, para gerar informações capazes de auxiliar a construção de melhorias educacionais do sistema.

Este programa foi formulado a partir da parceria entre o MEC e os diversos setores ligados às IESs de todo o país (Gomes, 2003) e pautava-se por alguns princípios essenciais, como a adesão voluntária e a concessão de ampla liberdade às Universidades para a elaboração e a realização do processo de avaliação.

Cabe ressaltar que o PAIUB foi exclusivamente dirigido às Universidades, não incorporando as instituições responsáveis pelo maior contingente de graduados, que são as IESs não universitárias. Sua duração foi curta: de 1993 a 1997.

Segundo Ristoff (1995), o PAIUB tinha como objetivo fundamental

*“identificar os pontos fortes e fracos, as possíveis omissões e potencialidades inexploradas, para que se possa, não punir ou premiar, mas dar conseqüência, corrigindo rumos e buscando iluminar as virtudes necessárias à busca de uma universidade melhor”* (Ristoff, 1995, p.48).

Na contramão da orientação teórica formativa do PAIUB, na segunda metade da década de 1990, o MEC implementa um novo Sistema de Avaliação do Ensino Superior em sua política educacional.

De acordo com Gomes (2003)

*“a política de avaliação desse governo ilustra os novos mecanismos pelos quais a relação entre o governo e os setores do ensino superior*

*tem sido reestruturada. Representa uma reestruturação significativa dos mecanismos e instrumentos tradicionais e burocráticos que têm historicamente caracterizado a relação do Estado com a educação superior no Brasil.” (p.130).*

Na citação acima, o autor nos alerta para as mudanças nos rumos das políticas de avaliação a partir de 1996 em relação ao programa anterior - PAIUB. Esta nova política de avaliação sustenta-se legalmente pela LDB de 1996, principalmente em seu artigo 9º (incisos VI, VIII e IX), em que é definida a incumbência da União no processo de avaliação educacional. Assim, cabe à União

*“assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino (...); assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino; autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino.” (LDB, 1996).*

Desta maneira, o governo passa a assumir o controle do processo de avaliação nos diferentes níveis (fundamental, médio e superior), seja ela avaliação de rendimento ou avaliação das IES e de cursos de graduação e de pós-graduação. Sendo assim, a União concede às IESs prazos definidos e limitados de autorização e credenciamento, que serão revistos periodicamente, sendo posteriormente regulados pelos processos de avaliação. Caso estes processos identifiquem deficiências, cabe à instituição avaliada a responsabilidade de redirecionar suas atividades no intuito de sanar os aspectos identificados como insatisfatórios. Se tais correções não forem realizadas, a instituição fica sujeita à desativação de cursos, intervenção, suspensão temporária e até mesmo descredenciamento (Cury, 1997).

Fundamentado na LDB de 1996, este novo sistema de avaliação das IESs não contou, no momento de sua concepção e elaboração, com a colaboração e participação expressiva das diversas associações representativas dos setores universitários, diferentemente do que tinha ocorrido com o PAIUB (Santos Filho, 1999). Este sistema era composto de três grandes indicadores – um indicador sobre a adequação da infra-

estrutura das IES, outro referente ao corpo docente e outros dos conhecimentos básicos que os alunos deveriam ter aprendido nos cursos de graduação (ENC) (Gatti, 2002).

Apesar da política de avaliação da Educação Superior implementada pelo então Ministro Paulo Renato ser composta pelos três programas, foi, sem dúvida nenhuma, o Exame Nacional de Cursos (ENC) o eixo central desta política.

Para o desenvolvimento do ENC, foram formadas as Comissões Nacionais de especialistas indicados pelas Universidades, Associações Nacionais referentes às áreas de conhecimento e dos Conselhos Profissionais; Comissões estas que definiam os conteúdos e a forma do ENC (Gatti, 2001, p. 36).

Mas, ao transformar o ENC/Provão no principal instrumento de controle e monitoramento da qualidade da Educação Superior, o Governo Federal instaura uma nova abordagem de avaliação muito distinta da proposta anterior – PAIUB, fundamentada na adesão voluntária ao programa de avaliação, no respeito à identidade institucional e na não premiação ou punição.

Desta maneira, podemos notar uma mudança substancial nos mecanismos e nas lógicas dos processos regulatórios do Estado no que se refere às IESs, provocando um condicionamento de suas funções credenciadoras aos resultados alcançados nos procedimentos de avaliação promulgados pelo Governo Federal (Gomes, 2003).

Paralelamente às políticas públicas de avaliação estabelecidas pelo Governo Federal, observamos também algumas ações no âmbito dos estados para elaborar procedimentos de avaliação junto às instituições integrantes dos sistemas estaduais, notadamente no Estado de São Paulo.

O Conselho Estadual de Educação (CEE) de São Paulo, apoiado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20/12/1996, através das deliberações nº 04/99 e 04/00, passa a exigir, além das avaliações externas para credenciamento de instituições e de reconhecimento de cursos, a elaboração e a implementação de um processo de avaliação institucional interno para as Universidades e Centros Universitários<sup>3</sup>.

Semelhante à abordagem apresentada pelo PAIUB, este processo do CEE-SP dá ampla liberdade às instituições para a escolha dos caminhos a serem seguidos para a construção e implementação do processo de auto-avaliação.

O primeiro ciclo deste processo de avaliação, que foi iniciado no ano de 2000 e se encerrou ao final de 2005, teve como finalidade principal, apresentar aos alunos e à toda

---

<sup>3</sup> “Integram o sistema estadual de ensino as universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades, institutos superiores de educação mantidos por associações, autarquias ou fundações instituídas, via legislativa, pelo Poder Público estadual ou municipal” (CEE, Deliberação nº 04/99).

a sociedade o papel social da instituição, revelado pela qualidade do ensino oferecido e pela relevância de seus programas de pesquisa e extensão (Deliberação CEE 04/00).

Em âmbito nacional, em 2004, ocorreu uma mudança parcial nos rumos do processo de Avaliação das IESs no Brasil, dirigida pelo MEC/SESU, com a promulgação da Lei Federal nº 10.861, que cria o SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior). As finalidades fundamentais deste sistema são, segundo a própria lei, promover a melhoria da qualidade de ensino e estabelecer o compromisso das IESs com a responsabilidade social. A lei mantém as provas aos formandos e as avaliações das condições de oferta e das características das instituições; propõe a avaliação dos ingressantes, e o controle de todo o processo passa a ser de responsabilidade da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES).

Observamos, a partir dos documentos elaborados pelo MEC sobre o SINAES (INEP, 2004; Ministério da Educação, 2004), a retomada da orientação teórica da avaliação formativa. Destacam-se, como diretrizes essenciais deste sistema de avaliação, a participação e a integração de toda a comunidade acadêmica, bem como o conceito de avaliação como um processo que une a dimensão formativa ao projeto de sociedade comprometida com a igualdade e a justiça social.

Para a efetivação destes objetivos, os documentos oficiais do MEC salientam a necessidade de compreender o sistema de avaliação como uma construção coletiva, transformado-o em um importante processo fomentador de informações para a tomada de decisões políticas, pedagógicas e administrativas, bem como para a contínua melhoria institucional e para a conquista da emancipação e da autonomia das Instituições de Educação Superior do Brasil (INEP, 2004).

Entretanto, no que se refere à auto-avaliação das IESs, o modelo proposto pelo MEC, através de diferentes documentos e publicações, como nos textos “Da Concepção à Regulação” e “Roteiro de Auto-Avaliação Institucional” (INEP, 2004), apresenta-se extremamente detalhado, o que, de certa forma, torna o processo impositivo, pois não é garantido um espaço de autonomia das instituições para a escolha das dimensões e dos aspectos que consideram mais importantes para serem avaliados.

Deste modo, as IESs são praticamente obrigadas a elaborar um Programa de Avaliação Institucional que tenha o objetivo de abordar 11 dimensões indicadas nos documentos oficiais<sup>4</sup>, o que de certa forma dificulta a realização, por parte das instituições, de um processo efetivamente coletivo e dialógico, em que são escolhidas

---

<sup>4</sup> As 11 dimensões encontram-se detalhadas no “Roteiro de Auto-Avaliação Institucional 2004” (INEP, 2004).

democraticamente as prioridades de cada instituição pelos representantes de todos os segmentos da comunidade universitária local.

Com a proposição de constituir-se em um sistema de avaliação global que integre as diversas atividades acadêmicas desenvolvidas na Educação Superior, principalmente no que se refere ao ensino, à pesquisa e à extensão, o SINAES foi composto por três distintos processos de avaliação, em parte já executados no sistema anterior (1997-2003):

1) Avaliação das Instituições de Educação Superior (AVALIES), dividida em dois momentos principais:

- Auto-avaliação dirigida pelas Comissões Próprias de Avaliação (CPAs);
- Avaliação externa, efetuada por comissões externas, nomeadas pelo INEP.

2) Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG).

3) Avaliação Nacional do Desempenho dos Estudantes (ENADE).

Julgamos precipitado, neste momento, realizar uma crítica mais aprofundada sobre os resultados deste novo sistema, uma vez que a maioria das etapas estipuladas ainda não foram concluídas. O que podemos anteciper é que a Avaliação Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), que substituiu o antigo Provão, mesmo tendo sofrido algumas modificações, mantém as características do antigo modelo.

Os instrumentos de avaliação utilizados, tanto no Provão, quanto no ENADE, constituem-se de questões de múltipla escolha e de algumas questões dissertativas; ambas são construídas a partir de uma matriz de conhecimentos e conteúdos de cada curso e utilizam dois outros instrumentos que são: o questionário-pesquisa respondido pelos alunos e outro questionário dirigido aos coordenadores de curso, pelo qual fazem uma análise das questões aplicadas aos estudantes.

Cabe destacar que as diferenças mais significativas do ENADE em relação ao Provão foram: a inclusão de questões de formação geral, além daquelas específicas de cada curso, a opção pelo critério de amostragem dos alunos (ao invés da avaliação de todos os discentes), e a participação de estudantes ingressantes.

Assim como o Provão, os resultados alcançados pelos alunos neste novo Exame têm grande repercussão na comunidade acadêmica e em toda a sociedade, sendo a parte visível, a mais evidente e divulgada por toda a imprensa. Nos dois exames, os resultados obtidos pelo conjunto de alunos de cada IES foram amplamente difundidos por todos os setores da imprensa. Estes resultados têm dado margem à constituição de “rankings”, criando uma competição não construtiva das IESs por melhores escores. Segundo Santos Filho (1999),

*“(...) a preocupação das instituições em se empenharem bem nesses exames pode levá-las equivocadamente a abandonar as suas características diferenciadas e originais e privilegiar as características demandadas pelos exames nacionais, reforçando a homogeneização do currículo e dos profissionais formados” (p.19).*

O autor citado anteriormente se referia ao ENC/Provão, mas o mesmo vem ocorrendo com o ENADE. Ao fazer a crítica aos Exames (ENC/Provão e ENADE), não pretendemos refutar a sua possível contribuição na melhoria da qualidade de todo o sistema universitário, mas atentar para os perigos da transformação deste procedimento como o principal eixo das políticas públicas de avaliação da Educação Superior, desconsiderando, assim, as múltiplas dimensões deste complexo sistema.

Deixamos aqui uma pergunta que ainda não consideramos possível responder de forma conclusiva: embora os elaboradores do SINAES tenham sido ardorosos críticos do ENC/Provão e coloquem a auto-avaliação como um dos principais eixos centrais deste novo sistema, o ENADE não poderia se configurar, no futuro próximo, como o principal eixo, senão o processo de maior visibilidade à sociedade, encobrendo, assim, o fundamento essencial deste novo sistema, que é a sua orientação formativa?

#### **1.4. A Auto-avaliação e a mobilização das IESs**

Mesmo considerando o risco de o ENADE tornar-se o eixo central das políticas públicas federais de avaliação, não podemos deixar de mencionar que, ao realizar a comparação entre os processos de avaliação do Governo Federal (SINAES) e do Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo (CEE – Deliberações 04/1999 e 04/2000), verificamos que ambos concedem à avaliação interna (auto-avaliação) uma posição de destaque em relação aos demais procedimentos avaliativos, pelo menos no que se refere às orientações legais dos sistemas.

Estes dois sistemas de avaliação da Educação Superior possuem uma orientação teórica comum, fundamentada na avaliação formativa e diagnóstica e na participação de toda a comunidade acadêmica. Ao adotar esta orientação, julgamos que estes processos de auto-avaliação desfrutam de um enorme potencial para transformar-se em importantes instrumentos para a identificação das potencialidades e dos aspectos não desenvolvidos das IESs, criando, desta forma, condições para a busca permanente de melhorias em relação às suas ações.

Neste trabalho, a auto-avaliação é entendida como um processo contínuo de auto-conhecimento e de autocritica da instituição, que estimule a reflexão sobre sua identidade institucional e sobre as possibilidades de aperfeiçoamento de suas ações pedagógicas, administrativas, de pesquisa e de extensão. Segundo documento do MEC (2004)

*“A auto-avaliação constitui um processo por meio do qual um curso ou instituição analisa internamente o que é e o que deseja ser, o que de fato realiza, como se organiza, administra e age, buscando sistematizar informações para analisá-las e interpretá-las com vistas à identificação de práticas exitosas, bem como a percepção de omissões e equívocos, a fim de evitá-los no futuro” (p.20).*

Deste modo, para a realização efetiva da auto-avaliação torna-se fundamental o compromisso das IESs de cumprir alguns objetivos essenciais, como a consolidação de seu papel social, a busca constante da qualidade do ensino desenvolvido, a qualidade do corpo docente e da gestão, como também a disponibilidade de uma infra-estrutura ajustada às necessidades dos cursos e dos discentes (Gatti, 2000). Cabe destacar também que a avaliação interna apresenta-se como obrigatória nos processos de autorização, credenciamento e reconhecimento de cursos e de instituições, tanto para o MEC quanto para o CEE-SP.

Assim, as IESs de todo o Brasil são, de alguma forma, obrigadas a se mobilizarem na construção de seus processos internos de avaliação. Para o cumprimento deste processo, as IESs têm, como primeira etapa, a elaboração do seu programa de auto-avaliação, no qual são destacados as suas referências teóricas, seus objetivos, suas diretrizes fundamentais, seus princípios, sua metodologia e procedimentos, suas etapas, como também seu cronograma de atividades e sua estrutura organizacional.

Concluída esta primeira fase, iniciam-se as atividades de operacionalização do processo, como a construção de instrumentos, o levantamento de dados e a elaboração de relatórios a partir dos resultados obtidos, a fim de sistematizar e produzir reflexões necessárias para a melhoria da qualidade do ensino e o redirecionamento interno das políticas de gestão e planejamento institucional.

*Capítulo 2*  
*A Instituição de Educação Superior,*  
*seus professores, alunos e seu Programa de*  
*Avaliação*

## **2. Caracterização da IES estudada**

A instituição pesquisada foi criada em 1975 e estava voltada inicialmente aos cursos de graduação vinculados à área da saúde, como Ciências Biológicas (Biologia) e Ciências Biológicas – modalidade Médicas, reconhecidos por Portaria Federal no ano de 1978.

A Fundação mantenedora desta IES foi instituída em 1973 por uma lei municipal. No início dos anos 90, o poder público concedeu sua autonomia administrativa, econômica e financeira, tornando-se uma instituição mista/comunitária, sem fins lucrativos e de utilidade pública. Pela sua origem como instituição municipal, mantém-se integrada ao sistema estadual de ensino do Estado de São Paulo.

Em 2001, esta IES credencia-se como Centro Universitário através de Parecer oficial do Conselho Estadual de Educação de São Paulo, e, a partir de então, observamos uma grande expansão e diversificação de suas ações. Neste mesmo ano, a IES oferecia oito cursos de graduação e tinha cerca de 850 alunos, todos vinculados à área de Saúde-Biológica. Dois anos mais tarde (2003), a instituição passa a oferecer também cursos de graduação em outras duas áreas de conhecimento – Licenciaturas e Tecnologia, e já somava, então, mais de 3.200 alunos em 16 diferentes cursos.

Esta IES está situada na região de Campinas e possui atualmente cerca de 3.600 alunos distribuídos em 21 cursos presenciais de graduação, em três áreas distintas do conhecimento – Saúde-Biológica, Licenciatura e Tecnologia (ver anexo 6).

Observando-se os dados do primeiro semestre de 2005, podemos notar um contínuo crescimento no número de cursos de graduação e de discentes matriculados (3.635 alunos distribuídos em 21 cursos de graduação presenciais), em relação a 2001. Deste modo, ao compararmos os dados de 2001 com os de 2005, verificamos um aumento de mais de 430% no número de alunos e de cerca de 260% no número de cursos de graduação oferecidos pela IES pesquisada.

### **2.1. Vocação Institucional**

A Instituição pesquisada, segundo o seu Projeto Político-Pedagógico Institucional, tem como vocação “promover a aprendizagem e a geração de conhecimento formando o cidadão/profissional empreendedor comprometido com uma sociedade mais justa” (p.47).

Seu objetivo principal é a construção de um processo educativo que privilegia a formação de cidadãos/profissionais com capacidade crítica, dotados de autonomia intelectual, bem como a construção de indivíduos empenhados na resolução de problemas da sociedade na qual está inserido.

## **2.2. Perfil discente e docente da IES**

As informações apresentadas a seguir foram retiradas do questionário socioeconômico e cultural aplicados aos alunos de graduação da IES pesquisada no final de setembro de 2005, e constitui uma das etapas do processo de auto-avaliação da Instituição. O mesmo ocorre com o questionário de perfil docente.

### **2.2.1. Perfil dos Alunos**

Em 2005 a IES contava com cerca de 3.600 alunos matriculados no campus. Deste total de alunos, 2.983 responderam ao questionário socioeconômico e cultural.

Segundo as informações coletadas neste questionário, verificamos que a maioria dos alunos (68%) da IES são do sexo feminino, principalmente entre os alunos dos cursos de Saúde-Biológica (74,5%).

Em relação à idade dos graduandos, notamos que a sua maioria (66,9%) é jovem, com idade inferior a 24 anos. Outros 22,1% têm entre 24 e 30 anos, e apenas 10,8% têm idade igual ou acima de 31 anos. Cabe destacar que entre os estudantes com idade superior a 30 anos, observamos um maior percentual nos cursos da área de Tecnologia. Esta característica encontrada nos cursos de Tecnologia pode estar associada à procura por melhores oportunidades de emprego no setor produtivo, bem como à busca de melhor qualificação profissional.

Do total de alunos respondentes, cerca de 80% declararam ser brancos, sobretudo entre os discentes da área de Saúde-Biológica (86%). Outros 4,3% afirmaram ser negros, 12,6% são mulatos ou pardos e apenas 1,3% consideram-se de origem oriental ou indígena.

Perguntados quanto à utilização de computadores, aproximadamente 57% dos respondentes afirmaram ter computador em casa, com acesso a internet. Destacamos também que outros 22,3% utilizam este recurso apenas na IES.

Em relação à origem escolar, podemos notar uma predominância de alunos (63,6%) que freqüentaram todo o ensino médio em escolas públicas estaduais ou municipais. Por outro lado, os maiores percentuais de alunos oriundos de escolas

privadas concentram-se nos cursos da área de Saúde (25,1%), principalmente nos cursos do período da manhã (Odontologia – 54%, Biomedicina - 44,4% e Fisioterapia Matutino – 43,4%). Além disso, afirmaram ter feito o ensino médio no período diurno, aproximadamente 57% dos discentes, principalmente nos cursos citados anteriormente. Entretanto, nos cursos de Tecnologia e nas Licenciaturas os percentuais de alunos que declararam estudar à noite, apresentaram-se um pouco mais elevados.

Quanto à escolaridade dos pais e mães, os dados apontaram que cerca de 47% cursou no máximo até o ensino fundamental. Notamos também que o maior percentual de pais e mães de alunos com ensino superior completo está localizado entre os cursos da área de Saúde-Biológica, sobretudo na Odontologia, Fisioterapia Matutino e Biomedicina.

Em relação às expectativas que os graduandos têm em relação ao seu curso, cerca de 74% afirmaram buscar uma formação voltada para o mercado de trabalho e outros 19,3% para a pesquisa (mestrado e doutorado).

Declararam exercer alguma atividade remunerada 54% dos alunos respondentes, sendo que 35,1% trabalhavam em tempo integral, 11,5% em tempo parcial e 7,4% eventualmente. Cabe destacar que os maiores percentuais de discentes-trabalhadores estavam concentrados principalmente nos cursos das áreas de Licenciatura (57,9%) e de Tecnologia (59,2%).

Quanto ao local de moradia dos estudantes de graduação, 88,6% afirmaram residir com a própria família, sobretudo os discentes dos cursos de Licenciatura (92%). Dentre os demais, 11,9% moram em república, 1,4% em pensionato, 3,5% sozinhos, e 4,6% em outras situações. Além disso, cerca de 55% residem no próprio município, 33% moram na região administrativa onde se encontra a IES, 8,4% nas demais regiões do estado e apenas 0,5% em outros estados do país.

A partir das informações sobre o perfil dos alunos, podemos observar algumas diferenças importantes em relação às três áreas de conhecimento da instituição (Saúde-Biológica, Tecnologia e Licenciaturas). Primeiramente, verificamos que, diferentemente da área de Saúde-Biológica, na qual há uma predominância de discentes do sexo feminino e com idades entre 18 e 23 anos, entre os discentes dos cursos das áreas de Licenciatura e Tecnologia, um elevado percentual de alunos com idades superiores a 23 anos, que freqüentaram o ensino médio em escolas públicas, que trabalham em tempo integral e cujos pais possuem no máximo o ensino fundamental.

Notamos também diferenças no perfil dos alunos nos cursos oferecidos no diurno (Odontologia, Fisioterapia Matutino e Biomedicina). Nestes cursos verificamos os maiores percentuais de estudantes que realizaram o ensino médio em escolas privadas e no

período da manhã. Outra característica destes cursos refere-se ao percentual elevado de pais com ensino superior completo.

Com isso podemos destacar a diversidade de perfis dos alunos matriculados na IES, principalmente quando comparamos os dados dos cursos de graduação das três áreas de conhecimento da instituição. Desta maneira, consideramos a coleta, análise e reflexão sobre estas informações importantes para a instituição, pois podem além de fornecer elementos das principais características de seus discentes, subsidiá-la em suas políticas de melhoria das ações educacionais.

### **2.2.2. Perfil dos Docentes**

Com a expansão e a diversificação dos cursos de graduação da instituição a partir de 2001, ocorre conseqüentemente um aumento representativo no número de professores e no grau de formação docente.

A partir da sistematização dos dados disponibilizados no Censo da Educação Superior do INEP nos anos de 2000 a 2004, podemos verificar um crescimento de quase 60% no número de docentes ao longo destes quatro anos.

No intuito de caracterizar o corpo docente da IES estudada, faremos uma descrição do questionário de perfil docente, aplicado em agosto de 2005, e que fez parte de uma das etapas do processo de auto-avaliação da IES. Vale ressaltar que este instrumento foi respondido por 192 professores que ministram aulas em cursos de graduação da IES.

Em relação à faixa etária dos docentes, notamos que grande parte tem entre 30 e 40 anos e 29,1% têm mais de 40 anos. Entretanto, o percentual de docentes com idade inferior a 30 anos é de 21,4%, principalmente nos cursos da área de Saúde-Biológica. Nos cursos de Fisioterapia e Psicologia este percentual é igual ou superior a 25%.

Quanto ao grau de formação acadêmica dos docentes, verificamos a partir dos dados do Censo (INEP) um crescimento constante entre os anos de 2000 e 2004. Em 2000, a instituição contava com aproximadamente 56% dos docentes com mestrado e/ou doutorado, e, em 2004, este percentual já alcançava 63% dos professores (46% e 17%, respectivamente). Pelo questionário aplicado em 2005, podemos constatar um contínuo crescimento no número de docentes com pós-graduação *strictu sensu*. Declararam ter concluído pós-graduação *strictu sensu* 69,8% dos docentes, sendo 46,9% mestrado e 19,8% doutorado e 3,1% pós-doutorado.

Além disso, afirmaram cursar alguma pós-graduação, 42,7% dos professores de graduação da IES: 7,8% especialização, 15,1% mestrado e 19,8% em programas de doutorado.

Perguntados sobre o tempo de docência no ensino superior, 39,6% responderam trabalhar como professor universitário entre 4 a 10 anos e outros 34,4% têm curta experiência no ensino superior (menos de 3 anos). Dos demais docentes, 13,5% têm entre 11 a 20 anos de experiência na docência no ensino superior e outros 4,7% mais de 20 anos.

Pelos resultados da pesquisa de perfil docente, verificamos que mais da metade dos docentes da IES (54,6%) já lecionou em programas de pós-graduação, principalmente em cursos de especialização. Dentre os professores com experiência em mestrado e/ou doutorado, nota-se um maior percentual entre os cursos da área de Saúde-Biológica (59,8%).

A partir destes resultados podemos afirmar que grande parte dos docentes da IES estudada é jovem, e muitos deles apresentam pouca experiência profissional como professor universitário. Entretanto, quase 70% já possuem mestrado ou doutorado. Além disso, outros 34,9% realizavam em 2005 algum curso de pós-graduação *strictu sensu*, revelando uma ótima formação acadêmica de grande parte dos professores, ultrapassando muito os percentuais mínimos de docentes com tais titulações exigidos pela legislação federal e estadual.

## **2.3. O Programa de Auto-Avaliação da Instituição, sua implementação e etapas do processo**

### **2.3.1. O Programa de Avaliação Institucional**

Embora o processo de auto-avaliação da IES tenha se iniciado em 2001, com a elaboração e aplicação de alguns instrumentos de avaliação aos alunos de graduação da IES, a formalização do programa de avaliação – contendo as características institucionais, seus referenciais teóricos, seus objetivos gerais e específicos, suas diretrizes, princípios, metodologia, etapas, cronograma, bem como a descrição da estrutura de organização instalada – foi elaborado apenas no decorrer do 1º semestre de 2004.

A seguir apresentaremos, de maneira resumida, o programa de avaliação da IES.

### **2.3.2. Referências normativas e teóricas do Programa de Auto-avaliação**

A referência normativa do Programa de Avaliação Institucional da IES estudada está fundamentada nas orientações do Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo – CEE/SP. A Deliberação nº 04/2000 do CEE estabelece que as Universidades

e Centro Universitários que integram o sistema estadual de ensino realizem seus processos de auto-avaliação, com prazo de cinco anos para a sua finalização.

Incorporou-se também, como referencial normativo, as orientações apresentadas pela nova proposta de avaliação da educação Superior, disposta na Lei Federal nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que cria o SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior).

Como referencial teórico, o programa de avaliação institucional da IES está baseado no PAIUB (Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras). Destaca-se como essencial, a geração de um processo de avaliação que abranja as diferentes dimensões da IES, como a graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa, extensão e gestão. Seu caráter é formativo, no intuito de capacitar os diferentes atores da comunidade universitária, para que possam atuar de forma efetiva no processo, não só no momento da aplicação dos instrumentos de avaliação, mas em todas as suas etapas.

A IES estudada, em seu Programa de Avaliação, afirma que a avaliação é uma excelente ocasião para a realização de uma reflexão sobre suas ações acadêmicas e administrativas e para a proposição de possíveis mudanças. Além disso, acredita que a auto-avaliação possa contribuir muito para a compreensão e consolidação da sua identidade institucional.

### **2.3.3. Objetivos gerais e específicos do Programa de Auto-avaliação da IES**

Ao entender que a avaliação é um processo global, cujo objetivo central é impulsionar uma reflexão crítica sobre as diferentes dimensões da IES, o Programa de avaliação da IES apresenta um conjunto de sete objetivos gerais e quatro objetivos específicos, a saber<sup>5</sup>:

#### **Objetivos gerais**

- ✓ Articular a compreensão da qualidade da IES, considerando sua diversidade, complexidade e globalidade.
- ✓ Propiciar um monitoramento contínuo da melhoria do processo de ensino, em articulação com as dimensões da pesquisa e extensão.
- ✓ Desenvolver uma reflexão aprofundada do projeto pedagógico-institucional, em diálogo com o desenvolvimento regional e suas demandas socioeconômicas.

---

<sup>5</sup> Os objetivos gerais e específicos foram apresentados na íntegra, como constam descritos no Programa de Avaliação Institucional da IES.

- ✓ Desencadear um processo de avaliação institucional como atividade permanente de reflexão acerca das ações acadêmicas e administrativas, almejando identificar qualidades, fragilidades, potencialidades, causalidade dos problemas e fontes de soluções.
- ✓ Desenvolver um processo permanente de avaliação institucional, instrumentalizando a gestão para o aperfeiçoamento das ações acadêmicas e administrativas, e otimizando a utilização dos recursos institucionais.
- ✓ Propiciar o diálogo da qualidade interna da Instituição com referenciais externos (sociedade do conhecimento, mercado de trabalho e demandas socioeconômicas).
- ✓ Realizar a avaliação institucional de forma participativa, construindo a cultura da avaliação, considerando-a como instrumento cotidiano de reflexão e de indução das melhorias institucionais.

### **Objetivos Específicos**

- ✓ Diagnosticar e analisar os modos de atuação da Instituição nas atividades acadêmicas, científicas e administrativas, principalmente quanto aos seguintes aspectos, de acordo com a Deliberação 04/2000 do Conselho Estadual de Educação de São Paulo:
  - eficácia e eficiência de seu ensino;
  - relevância dos seus programas de pesquisa;
  - importância de sua produção cultural e científica;
  - eficácia da formação profissional;
  - condições gerais e específicas dos cursos de graduação e de pós-graduação;
  - relevância das ações extensionistas e comunitárias;
  - qualidade da gestão administrativa e financeira.
- ✓ Identificar e desenvolver ações, visando à superação de bloqueios de comunicação entre os diferentes níveis e grupos de indivíduos na instituição;
- ✓ Articular a compreensão das abordagens avaliativas internas e externas;
- ✓ Servir de apoio para a retroalimentação das diversas atividades da IES fornecendo subsídios para:
  - a especialização e adequação dos objetivos a serem atingidos em cada produto institucional, relativas às necessidades da sociedade e do próprio sistema interno;

- a determinação e delimitação de políticas de desenvolvimento e funcionamento interno;
- a definição de novas necessidades de serviços e de apoio à atividade docente e à condução das disciplinas;
- definição de novas necessidades de serviços e de apoio às atividades de pesquisa e de extensão.
- melhoria na seleção, formação e atualização dos recursos humanos, nas áreas acadêmica e administrativa da organização;
- auxílio na coleta, organização e apresentação de dados das áreas acadêmica e administrativa da Instituição.

### **2.3.4. Diretrizes fundamentais e seus Princípios**

#### **2.3.4.1. Diretrizes**

Como dito anteriormente, a avaliação é um importante processo de reflexão sobre as diversas dimensões da IES, e visa o aperfeiçoamento e fortalecimento de suas ações. Segundo o Programa de avaliação elaborado pela instituição estudada

*“seu objeto de análise é o conjunto das múltiplas dimensões, relações, atividades, funções e finalidades que compõem uma Instituição de Ensino Superior (IES), e os sujeitos da avaliação são os membros da comunidade universitária.” (p.13)*

Para a IES, esta análise, articulada com o Projeto Político Pedagógico e com o Projeto de Desenvolvimento Institucional, pode proporcionar o aperfeiçoamento de sua missão e estimular o envolvimento de todos os setores da comunidade universitária, buscando continuamente a identificação de suas potencialidades, bem como dos aspectos que necessitam de um melhor aprimoramento.

Outra característica do Programa de Avaliação da IES diz respeito à avaliação como um importante instrumento de planejamento e gestão, tanto dos cursos como da Instituição. Deste modo, as expectativas do Programa são: gerar resultados que subsidiem a instituição na escolha de políticas, fornecer informações para o planejamento institucional, redirecionar recursos, e prestar contas aos administradores e à comunidade universitária.

Cabe destacar que estas diretrizes estão fundamentadas na participação dos diferentes setores da instituição e na negociação de seus interesses. Para tanto, o

programa de avaliação da IES está apoiado na participação e na negociação, o que torna imprescindível a geração de uma cultura de avaliação fundamentada na participação e negociação em todas as etapas do processo, e comprometida com a melhoria e a transformação da instituição.

Outros dois aspectos apontados no Programa devem ser apresentados. O primeiro diz respeito à legitimidade do processo avaliativo. A IES compreende que, para a geração de uma autêntica avaliação institucional, é necessário garantir a participação de todos os segmentos. Para isso, destaca-se a necessidade de uma comunicação efetiva entre os membros das comissões responsáveis pelo processo e a comunidade universitária.

O segundo aspecto refere-se ao respeito à identidade institucional. O Programa de Avaliação ressalta a obrigação de respeitar as especificidades de cada curso, suas áreas de conhecimento, suas linguagens, suas diretrizes e princípios pedagógicos, bem como suas identidades políticas e culturais.

Embora haja a preocupação com o respeito à identidade dos diferentes cursos oferecidos pela IES, nota-se no Programa de Avaliação uma preocupação com a geração de resultados que conduzam a interpretações institucionais, tendo por base as políticas e programas norteadores das atividades acadêmicas e administrativas da IES.

#### **2.3.4.2. Princípios**

No Programa de avaliação da IES são destacados oito princípios que fundamentam a realização de uma avaliação participativa e integradora. São eles:

- ✓ Credibilidade;
- ✓ Intencionalidade educativa;
- ✓ Visibilidade;
- ✓ Utilidade;
- ✓ Viabilidade;
- ✓ Precisão;
- ✓ Continuidade;
- ✓ Globalidade.

#### **2.3.5. Metodologia, etapas e procedimentos do Programa de Auto-avaliação da IES**

Inserido no contexto da avaliação das Instituições de Educação Superior desenvolvida no Brasil a partir do início da década de 1990, e comprometido com a

execução das deliberações do Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo, o Centro Universitário implementa, ao final de 2000, sua política de auto-avaliação.

Este processo de avaliação institucional pode ser dividido em dois momentos distintos. O primeiro corresponde aos anos de 2000 a 2003 (denominado de experiência piloto) e o segundo, de 2004 a 2005.

Neste primeiro período, foi elaborado um questionário dirigido a todos os discentes da IES, a fim de obter as suas opiniões sobre a Reitoria, Pró-Reitoria, Coordenação de Curso, instalações físicas, bem como sobre a qualidade do ensino desenvolvida pelo corpo docente.

De acordo com o Relatório Parcial, entregue ao CEE em meados de 2004, as dimensões e os indicadores deste questionário pautavam-se pelos aspectos propostos na Deliberação nº 04/2000 do próprio CEE, como eficácia e eficiência do ensino, qualidade de gestão, condições gerais e específicas dos cursos de graduação, além dos programas de pesquisa.

Na mesma direção, ocorreu também, neste período, a implementação de um sistema de avaliação do rendimento escolar, que consistia na elaboração e aplicação de um instrumento de avaliação dos conhecimentos dos alunos de todos os cursos oferecidos, denominado Sistema Programado de Avaliação (SPA). Este sistema de avaliação do rendimento escolar, por sua complexidade, renderia um estudo mais aprofundado, não sendo o foco de análise deste estudo.

Em 2003, a instituição desenvolve um outro instrumento a fim de colher informações a respeito das características socioeconômicas e culturais de seus discentes. Estas informações apresentam-se sistematizadas, e seus resultados foram apresentados aos dirigentes, coordenadores de curso e professores<sup>6</sup>. Estes dados também constam no relatório parcial de avaliação institucional entregue ao CEE em meados de 2004.

Após a entrega do Relatório Parcial da avaliação institucional ao CEE de São Paulo, e estimulada pela promulgação da Lei Federal 10.861, que cria o SINAES, a instituição reformula os rumos do seu projeto de avaliação e inicia uma nova etapa de seu processo de auto-avaliação.

Atendendo à nova lei federal, a IES redefine a estrutura organizacional do seu processo de auto-avaliação e cria três comissões responsáveis pelo desenvolvimento dos

---

<sup>6</sup> Desde o 1º semestre de 2004, são elaborados relatórios para cada curso de graduação, contendo as análises dos resultados alcançados pelos alunos no SPA. Na primeira edição destes relatórios, produziu-se também uma descrição dos alunos da instituição e dos cursos, a partir dos dados coletados através do questionário socioeconômico e cultural, aplicado aos alunos ingressantes da instituição nos anos de 2003 e 2004.

trabalhos: Comissão Própria de Avaliação – CPA, Comissão Executiva e Comissões Setoriais.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) foi composta por 19 membros, sendo três representantes da Reitoria, dois da área administrativa, quatro das coordenações acadêmicas, quatro professores, três alunos, dois membros da sociedade civil organizada e o supervisor de avaliação. Tem, como atribuições principais, conduzir o processo avaliativo da instituição, acompanhar e definir as diretrizes básicas da avaliação, estabelecer os referenciais teóricos, metodológicos e técnicos, como também orientar a execução dos trabalhos junto aos cursos e às Comissões Setoriais.

Para a coordenação e execução de todo o processo de avaliação, foi criada uma Comissão Executiva formada por cinco membros da CPA, sendo esta comissão responsável pela comunicação entre a CPA e as Comissões Setoriais.

As Comissões Setoriais, por sua vez, são compostas por representantes dos docentes de todos os cursos, como também por alunos e funcionários de todas as áreas de conhecimento da instituição (Saúde-Biológica, Tecnologias, Licenciaturas e Pós-Graduação). Como funções principais, têm de implementar e operacionalizar o processo avaliativo no interior dos cursos, bem como participar ativamente na elaboração e aplicação dos instrumentos de avaliação.

Concomitantemente à reformulação de sua estrutura organizacional, verifica-se também, como dito anteriormente, o estabelecimento de algumas diretrizes da avaliação que até então não estavam consolidadas.

A partir do novo programa de avaliação, observamos a preocupação com o desenvolvimento da avaliação interna articulada com as políticas de planejamento e gestão da instituição e apoiada na participação da comunidade acadêmica em todas as etapas do processo. Esta preocupação fica evidente no seguinte trecho do programa:

*“os resultados e as recomendações da avaliação institucional devem enfatizar a escolha de políticas, proporcionar base objetiva para o planejamento, levar ao redirecionamento da alocação de recursos, informar aos administradores; enfim, estimular esforços para o desenvolvimento da Instituição como um todo. Seus resultados devem servir como orientação para as transformações institucionais, em um processo negociado e participativo, e, para tanto, é fundamental sua articulação com o planejamento institucional para a qualidade das decisões. Destaca-se, portanto, a importância de instituir a avaliação*

Com o estabelecimento destas novas diretrizes do processo de avaliação interna, como também da estrutura organizacional, podemos verificar a ocorrência de mudanças importantes nos rumos dos trabalhos até então realizados, principalmente em relação ao grau de participação da comunidade universitária nas diferentes etapas do processo e em relação à qualidade dos instrumentos elaborados.

Com o objetivo de realizar um processo de auto-avaliação baseado nas noções de ampla participação da comunidade universitária e de legitimidade técnica e política no processo de avaliação interna, a instituição desenvolveu uma metodologia própria para a elaboração e construção das diversas etapas deste longo trabalho.

Após a criação das comissões, ocorreram algumas palestras com seus representantes no intuito de apresentar e discutir uma proposta do programa de avaliação da instituição. Nestes encontros, foram apresentados e debatidos os objetivos do programa, suas diretrizes fundamentais, seus princípios, a metodologia, o cronograma de trabalho e a estrutura organizacional. As sugestões e críticas feitas durante estas palestras foram analisadas e incorporadas ao programa de avaliação da instituição.

Após estas primeiras reuniões com as diferentes comissões responsáveis pela auto-avaliação da instituição, ficou evidente a necessidade da realização de um trabalho de sensibilização de toda a comunidade (alunos, docentes, gestores administrativos e funcionários técnico-administrativos) sobre a importância do processo de auto-avaliação.

Atendendo a uma sugestão da Comissão Setorial da área de Saúde-Biológica, a comissão executiva produziu, em setembro de 2004, um vídeo de aproximadamente 15 minutos de duração com o objetivo de apresentar o programa de avaliação institucional aos professores e aos alunos da instituição, destacando a importância da participação de todos neste processo.

Para garantir que a maioria dos professores assistisse ao vídeo, foi programada uma semana de exibição com horários alternados, a fim de obter a adesão dos docentes dos diferentes turnos (matutino, vespertino e noturno). Após a exibição do vídeo, era realizada uma breve discussão sobre o programa de avaliação e suas diretrizes básicas, como também o registro das sugestões e críticas dos docentes para o seu aperfeiçoamento. Por fim, era distribuído um roteiro de perguntas, sendo solicitado aos professores que enviassem, caso fosse possível, suas sugestões e críticas por escrito.

Quanto à sensibilização dos alunos sobre o programa de avaliação institucional,

inicialmente foi produzido um informativo em forma de cartaz colocado nos murais da instituição, contendo informações gerais sobre as novas políticas de avaliação institucional, principalmente no que se refere ao SINAES. Este informativo continha também algumas informações sobre o Sistema Programado de Avaliação (SPA). Outra importante iniciativa foi a exibição do vídeo sobre o processo de avaliação interna a todos os alunos da instituição, no início do ano letivo de 2005.

Além destas ações, foi organizado também um portal eletrônico (avaliação institucional) no sistema acadêmico informatizado<sup>7</sup> do Centro Universitário, contendo todo o material sobre o processo de avaliação (relação dos representantes das diferentes comissões, calendários de reuniões, texto integral do Programa de Avaliação Institucional, fórum de discussões, vídeo do programa de avaliação, como também os diversos materiais disponibilizados pelo INEP em relação ao ENADE 2004 – provas, gabaritos e relatórios). Desta forma, ao disponibilizar os materiais e as informações básicas sobre o programa, a IES tem a intenção de tornar o processo mais transparente, assegurando maior legitimidade ao processo.

Paralelamente aos trabalhos de sensibilização, foi discutida, no interior da CPA e das Comissões Setoriais, a necessidade da elaboração de novos instrumentos de avaliação. Decidiu-se, então, pela criação de instrumentos de avaliação diferentes daqueles que compunham a experiência-piloto (anos de 2001 - 2003).

Para a elaboração dos instrumentos de avaliação (exceção feita ao SPA), foi formado um grupo composto por professores, coordenadores e pelo supervisor de avaliação, aos quais se somou um consultor especialista em avaliação institucional, com o objetivo de discutir e selecionar as dimensões e os indicadores considerados essenciais para a composição dos instrumentos.

Após estes encontros, foram realizadas reuniões tanto com a CPA quanto com as Comissões Setoriais, a fim de discutir a relevância e a pertinência das dimensões e indicadores selecionados.

Definidas as dimensões e os indicadores, o grupo responsável pelas propostas iniciais elaborou os itens que compunham os instrumentos. Após novas discussões com as comissões (CPA e Comissões Setoriais), eram feitos os ajustes sugeridos pelos seus representantes.

---

<sup>7</sup> Na IES, há um sistema acadêmico informatizado pelo qual alunos e professores têm acesso a diversas informações, como acervo da biblioteca, área de FTP (área disponível para os professores anexarem textos eletrônicos relacionados às disciplinas que lecionam), calendário escolar, dados cadastrais, grade curricular, gabaritos das provas institucionais (SPA), horário de aula, informativo acadêmico, regimento, avaliação institucional etc.

Atualmente, a avaliação interna do Centro Universitário pesquisado é composta por cinco diferentes instrumentos avaliativos:

- 1) Avaliação de desempenho;
- 2) Questionário referente ao perfil socioeconômico e cultural dos discentes;
- 3) Questionário de perfil docente;
- 4) Questionário de avaliação qualitativa dos cursos e da instituição dirigido aos professores e alunos;
- 5) Avaliação de rendimento escolar (Sistema Programado de Avaliação - SPA), aplicada a todos os alunos de graduação, ao final de cada período letivo.

O primeiro conjunto de instrumentos elaborado foi a avaliação de desempenho docente e do coordenador/supervisor<sup>8</sup> de curso pelos discentes, a auto-avaliação discente, avaliação discente e da coordenação/supervisão de curso pelos docentes, a auto-avaliação docente, a avaliação docente pelo coordenador/supervisor e auto-avaliação do coordenador/supervisor. Estes instrumentos abordavam diferentes dimensões como a relação professor-aluno, metodologia de ensino e de avaliação, conteúdo pedagógico, organização das disciplinas.

Para garantir a qualidade técnica destes instrumentos, notadamente em relação aos questionários de avaliação de desempenho docente e do coordenador/supervisor de curso e auto-avaliação discente, foi realizado o pré-teste, com a participação de 60 alunos representantes de todos os cursos de graduação. Este pré-teste contou com a colaboração dos docentes dos diferentes cursos, que, a partir de um roteiro de orientação, aplicaram os questionários e registraram as críticas e as sugestões dos alunos. Após a aplicação do pré-teste, foram sistematizados seus resultados, tornando-se possível realizar alguns ajustes sugeridos pelos discentes, para a aplicação definitiva dos instrumentos ocorrida no mês de maio de 2005.

Os demais instrumentos – avaliação de desempenho discente pelo docente, auto-avaliação docente, avaliação do coordenador/supervisor pelos professores e avaliação dos docentes pelo coordenador/supervisor de curso – foram aplicados durante o mês de junho de 2005.

Cabe destacar que estes questionários foram confeccionados em forma de folhas óticas e, posteriormente, seus resultados foram processados e sistematizados, sendo divulgado a toda comunidade acadêmica.

---

<sup>8</sup> Nos cursos da área de Saúde-Biológica, há um coordenador por curso de graduação. Nas Licenciaturas e nos cursos Tecnológicos, há um coordenador da área e um supervisor por curso de graduação.

O segundo instrumento elaborado foi o questionário socioeconômico e cultural, utilizando como base o questionário desenvolvido em 2003. Decidiu-se pela redução do número de perguntas (de 50 para 34) e pela modificação de algumas questões, tornando-o menos extenso e mais objetivo.

Este questionário foi aplicado a todos os discentes da instituição em meados de setembro de 2005, juntamente com os instrumentos de avaliação qualitativa dos cursos e da instituição.

A realização da avaliação qualitativa<sup>9</sup> dos cursos e da instituição tem a preocupação de colher as opiniões dos docentes e discentes em relação a três grandes blocos – organização acadêmica, infra-estrutura e organização e serviços. Importante lembrar que estes questionários de avaliação qualitativa, como os demais instrumentos elaborados, foram construídos a partir da participação de representantes de toda a comunidade acadêmica, como descrito anteriormente.

Além dos quatro diferentes instrumentos apresentados, ocorre, também, a realização do Sistema Programado de Avaliação (SPA), cujo objetivo é a avaliação do rendimento escolar dos discentes dos cursos de graduação. Apesar de apresentar os mesmos objetivos descritos na primeira fase do projeto de avaliação institucional (2001 a 2003), este sistema passou e passa por importantes modificações, que não serão apresentadas e discutidas neste trabalho, pois o foco desta pesquisa refere-se ao processo de auto-avaliação da instituição e não especificamente sobre as modalidades de avaliação de rendimento escolar desenvolvidas na IES.

Ao apresentarmos o programa de avaliação interno da IES pesquisada, podemos notar a diversidade de instrumentos utilizados, bem como as diferentes dimensões abordadas neste processo – desempenho acadêmico, perfil socioeconômico e cultural dos discentes, qualidade dos cursos e da instituição e rendimento escolar.

Esta diversidade de instrumentos e a riqueza de dimensões abordadas nos diferentes instrumentos podem produzir valiosas informações para o aprimoramento das ações desenvolvidas pela instituição. Além disso, este processo amplo de avaliação interna constitui-se em uma importante experiência a ser discutida e analisada pela comunidade científica, pois pode nos revelar caminhos para o aperfeiçoamento deste processo, bem como proporcionar uma reflexão a respeito das políticas públicas de avaliação superior.

---

<sup>9</sup> Foram criados dois tipos de questionários, um dirigido aos alunos e um aos docentes da instituição abordaram questões como organização acadêmica, infra-estrutura e organização e serviços.

# *Capítulo 3*

## *A questão da Meta-avaliação*

Nos capítulos anteriores, salientamos a importância do processo de auto-avaliação para a melhoria e aperfeiçoamento das instituições de ensino superior, considerando-o como um dos eixos centrais das políticas públicas de avaliação no Brasil, pelo menos no que se refere aos documentos oficiais. Entretanto, os diferentes processos avaliativos – dentre eles, a auto-avaliação – não se encerram nas conclusões de seus relatórios ou nas ações realizadas a partir de seus resultados.

Não basta, assim, apenas que o processo de auto-avaliação seja realizado e os relatórios, contendo as informações coletadas, entregues aos órgãos federais e estaduais responsáveis. É imprescindível que tanto o processo como os seus resultados sejam discutidos pela comunidade acadêmica interna, no intuito de auxiliar no desenvolvimento das políticas de gestão e planejamento institucional.

Além disso, entendemos que uma boa avaliação não pode servir tão somente aos interesses dos órgãos centrais da IES – solicitantes ou administradores –, que muitas vezes a utilizam predominantemente para a promoção (marketing) de suas atividades acadêmicas e para a intensificação do poder estabelecido.

Deste modo, consideramos fundamental a realização de uma meta-avaliação para apreciar se o processo de avaliação interna implementada pela IES estudada transpôs as exigências legais estabelecidas pelos governos federal e estaduais, e atingiu os objetivos propostos em seu programa institucional de avaliação, tornando-se um processo gerador de mudanças e de consolidação da identidade da instituição.

Para tanto, foram pesquisadas na literatura sobre meta-avaliação, sendo identificado duas principais orientações para a sua realização, dois modelos. O primeiro modelo decorre das discussões sobre os procedimentos e critérios formais para a realização de uma meta-avaliação que passam a ser discutidos por avaliadores americanos, dentre eles, Scriven, Stake e Stufflebeam (Worthen, 2004), a partir da década de 1960. Estes autores inicialmente propuseram diferentes critérios para o julgamento das qualidades de uma boa avaliação e de uma avaliação ruim. Desde então, foram publicados vários trabalhos referentes à definição e criação de diversas diretrizes, critérios e orientações para a meta-avaliação.

Por não haver consenso dos avaliadores sobre o melhor conjunto de critérios para a meta-avaliação, ocorreu, nos Estados Unidos, no final da década de 1970, um projeto<sup>10</sup> com o intuito de produzir “um conjunto amplo de diretrizes adaptado expressamente para

---

<sup>10</sup> Segundo Worthen (2004) a formulação destas diretrizes iniciou-se em 1975 sob a direção de Daniel Stufflebeam do Centro de Avaliação da *Western Michigan University's Evaluation Center*.

as avaliações educacionais contendo diretrizes sobre as quais havia concordância geral em termos de qualidade da avaliação” (Worthen, 2004, p.595). Deste projeto resultou a criação do Comitê Misto sobre Diretrizes para a Avaliação Educacional (*Joint Committee on Standards for Educational Evaluation*) formado em 1981, sendo composto por quinze associações profissionais americanas ligadas à área educacional.

Este Comitê definiu trinta critérios norteadores, agrupados em quatro grandes categoriais ou padrões, que são: UTILIDADE, VIABILIDADE, ÉTICA e PRECISÃO e a formulação destas diretrizes forneceria

*“uma linguagem comum para facilitar a comunicação e a colaboração num estudo avaliatório; um conjunto de regras gerais para lidar com um grande número de problemas específicos da avaliação; um quadro de referência conceitual com o qual estudar o mundo da avaliação, que costuma gerar confusão; um conjunto de definições operacionais para guiar a pesquisa e o desenvolvimento do processo de avaliação; uma declaração pública do que é mais moderno no campo da avaliação educacional; uma base de auto-regulação e responsabilização dos avaliadores profissionais; e um apoio para o desenvolvimento da credibilidade do campo da avaliação educacional”* (Joint Committee on Standards for Educational Evaluation, *apud* Worthen, 2004, p.596).

Este modelo meta-avaliativo, segundo Stufflebeam (1974), tem como objetivo principal checar os problemas oriundos do processo avaliativo, identificando suas tendências, erros técnicos, dificuldades administrativas e abusos. Desta forma, o autor define meta-avaliação como um procedimento para descrever uma atividade avaliativa, julgando-a a partir de um conjunto de idéias daquilo que constitui uma boa avaliação.

O autor destaca ainda oito premissas da avaliação e da meta-avaliação, entendendo que a conceituação da meta-avaliação deve ser constituída a partir do conceito de avaliação. As premissas da avaliação e da meta-avaliação apresentadas pelo autor referem-se ao (1) seu mérito; (2) à tomada de decisões e de prestação de contas; (3) aos seus objetivos, planos e implementação; (4) ao fornecimento de informações descritivas e de julgamento e recomendações apropriadas; (5) ao objetivo de servir para todos os envolvidos e os interessados no processo; (6) à condução do processo por pessoas internas e externas; (7) ao delineamento das questões, a obtenção de informações necessárias e a utilização das informações para a tomada de decisões; e (8) a sua adequação técnica, a sua utilidade e seu custo/benefício.

O segundo modelo para a realização da meta-avaliação, foi o proposto pela *American Evaluation Association* (Shadish, Newmam Scheirer e Wie, 1995). De acordo com Worthen (2004) “os princípios deste modelo estão guiados mais para a forma de atuação do avaliador, sob a ótica do respeito e preocupação com a sociedade” (p.601). Para tanto apresentam um conjunto de cinco princípios voltados ao avaliador, que são:

- 1) Investigação sistemática;
- 2) Competência;
- 3) Integridade/honestidade;
- 4) Respeito pela pessoa;
- 5) Responsabilidades pelo bem-estar geral e público.

Podemos notar que, a partir desta breve apresentação sobre os dois conjuntos de princípios dos modelos acima descritos para realização de uma meta-avaliação, a primeira proposta produzida pelo *Joint Committee on Standards for Educational Evaluation* está mais voltada para a análise do mérito e da relevância da avaliação, enquanto a segunda está focada no modo de ação do avaliador.

Em síntese, podemos afirmar que ao contrário da primeira que apresenta uma série de diretrizes que podem ser aplicadas aos diferentes processos avaliativos no intuito de avaliar o mérito e a relevância dos processos de avaliação, o segundo modelo direciona seus esforços na promulgação de princípios orientadores apenas no que diz respeito ao modo de agir dos avaliadores, sem voltar-se para o processo.

Embora consideremos os dois conjuntos de princípios relevantes tanto para a avaliação quanto para a meta-avaliação, julgamos que, para alcançarmos os objetivos deste trabalho, a proposta da meta-avaliação a partir da utilização dos critérios e diretrizes geradas pelo *Joint Committee on Standards for Educational Evaluation* (1981) é mais adequada para esta pesquisa.

Deste modo, consideramos, assim como Firme e Letichevsky (2002), que a meta-avaliação tem como propósito fundamental

*“assegurar a qualidade da avaliação que, por sua vez, tem na sua essência julgar o mérito e a relevância de seu foco de atenção, através de um processo de indagação sistemática – o mérito no que se refere às qualidades intrínsecas do objeto e a relevância no que se refere ao impacto e à repercussão do objeto-foco em questão. Em síntese, se a avaliação é principalmente o julgamento do mérito e da relevância de uma instituição ou de um curso, programa ou sistema, a meta-avaliação é a avaliação do mérito e da relevância dessa avaliação”* (p.291).

Podemos perceber, portanto, que a meta-avaliação constitui-se em um importante mecanismo de julgamento do mérito e da relevância das atividades avaliativas desenvolvidas. Sendo assim, torna-se possível e necessário realizar uma investigação cuidadosa das características do projeto implementado, identificando as qualidades e os aspectos que necessitam de aprimoramento.

Além disso, ao pretender avaliar o mérito e a relevância da avaliação desenvolvida, identificando seu valor, sua importância e sua necessidade quanto ao propósito de sua realização (Stufflebeam, 1974), a meta-avaliação transforma-se em uma atividade essencial para o fortalecimento de uma cultura de avaliação consolidada por um referencial teórico consistente e por uma prática não punitiva, que almeje o aperfeiçoamento e desenvolvimento da IES.

Consideramos de fundamental importância o trabalho elaborado pelo *Joint Committee on Standards for Educational Evaluation*, ao construir um referencial para a realização da meta-avaliação. A formulação destas diretrizes auxiliou efetivamente na produção de mecanismos geradores de informações essenciais para uma análise crítica dos programas de avaliação desenvolvidos pelas inúmeras instituições educacionais. A partir de então, foi posto à disposição dos avaliadores um conjunto de princípios norteadores, cujo objetivo principal é a identificação das reais contribuições dos processos de avaliação desenvolvidos e também das falhas e equívocos ocorridos.

Após indicarmos as quatro grandes categorias para o desenvolvimento de uma meta-avaliação, bem como dos benefícios gerados por ela, torna-se necessária a apresentação de suas características e também os critérios que compõem cada uma delas<sup>11</sup>.

### **3.1. Categoria: utilidade**

A categoria UTILIDADE tem a intenção de analisar o proveito das informações coletadas durante o processo de avaliação, ou seja, determinar se estes dados levam em conta a necessidade dos diversos sujeitos e grupos envolvidos. Neste sentido, procura-se avaliar até que ponto a avaliação realizada produziu informações relevantes para o aperfeiçoamento e desenvolvimento dos diversos interessados.

---

<sup>11</sup> Os critérios/padrões/diretrizes das quatro categorias foram retirados da tradução do livro *Program Evaluation Standards* escrito pelo *Joint Committee on Standards for Educational Evaluation* (2ª edição, 1994) por Ristoff (2000).

A seguir, apresentamos os dez critérios ou diretrizes que compõem a categoria utilidade.

- U 1 – Identificação dos grupos de interesse;
- U 2 – Credibilidade dos avaliadores;
- U 3 – Abrangência da seleção da informação;
- U 4 – Identificação dos valores;
- U 5 – Clareza dos relatórios;
- U 6 – Oportunidade e disseminação dos relatórios;
- U 7 – Impacto da avaliação.

### **3.2. Categoria: viabilidade**

A segunda categoria é a VIABILIDADE e tem como característica identificar se o processo foi realizado de maneira exequível e realista. Desta forma, pretende-se avaliar se as estratégias para a implementação de procedimentos, a metodologia adotada, os instrumentos utilizados, os custos, as etapas e o cronograma foram realizados de acordo com a necessidade e a capacidade avaliativa da instituição. As diretrizes ou critérios desta categoria são:

- V 1 – Procedimentos práticos;
- V 2 – Viabilidade política;
- V 3 – Custo-benefício.

### **3.3. Categoria: ética**

A outra categoria proposta pelo *Joint Committee on Standards for Educational Evaluation* (1981) é a ÉTICA. Esta categoria tem como objetivo principal avaliar até que ponto a avaliação foi realizada de forma legítima, respeitando os participantes e os diferentes sujeitos avaliados.

Segundo Firme e Letichevsky (2002) esta categoria meta-avaliativa define-se em termos de “acordos formais, direitos humanos dos indivíduos, relações humanas, verificação completa e justa, transparência de resultados, solução de conflitos de interesse, responsabilidade fiscal” (p.292). A seguir, apresentamos os oito critérios formulados para a categoria ética.

- E 1 – Orientação para serviço;
- E 2 – Acordos formais;

- E 3 – Direitos dos sujeitos;
- E 4 – Interações humanas;
- E 5 – Aferição completa e justa;
- E 6 – Apresentação dos resultados;
- E 7 – Conflito de interesses;
- E 8 – Responsabilidade fiscal.

### **3.4. Categoria: precisão**

A última categoria refere-se à PRECISÃO da avaliação desenvolvida. Esta categoria nos dá a oportunidade de analisar se o processo foi realizado a partir da definição de procedimentos, de conceitos, de dimensões e de indicadores adequados para o cumprimento dos objetivos propostos.

A seguir, estão expostos os doze critérios definidos para a categoria precisão:

- P 1 – Documentação da instituição;
- P 2 – Análise documental;
- P 3 – Propósitos e procedimentos descritivos;
- P 4 – Fontes de informação defensáveis;
- P 5 – Informação válida;
- P 6 – Informação confiável;
- P 7 – Informação sistemática;
- P 8 – Análise de informações quantitativas;
- P 9 – Análise de informações qualitativas;
- P 10 – Conclusões justificáveis;
- P 11 – Relatório imparcial;
- P 12 – Meta-avaliação.

Embora consideremos as quatro categorias definidas como fundamentais, pretendemos neste trabalho realizar uma meta-avaliação tendo como focos principais as categorias correspondentes à Utilidade e Precisão. Justificamos a escolha destas duas categorias, por entendermos que tais categorias não são excludentes ou concorrentes entre si e julgamos que um dos pontos centrais de qualquer processo de avaliação é a relevância e utilização das informações coletadas de modo a contribuir para a transformação contínua e para o desenvolvimento institucional, bem como para a

melhoria da “qualidade e adequação das fontes de informação e o tratamento adequado das bases de dados” (Letichevsky et al, 2005, p.262).

Além disso, entendemos que para o presente estudo seja mais relevante a investigação das categorias utilidade e precisão, do ponto de vista dos coordenadores de curso, do processo de avaliação realizado em uma IES. Por se tratar de um estudo preliminar, compreendemos que uma análise detalhada das categorias utilidade e precisão seja suficientemente capaz de gerar informações adequadas para avaliarmos alguns aspectos essenciais de um processo de auto-avaliação institucional.

Deste modo, a categoria “utilidade” pode contribuir para a análise dos dados gerados, no intuito de julgarmos se estes estão articulados com as necessidades da comunidade acadêmica da IES. Já a categoria precisão, pode fornecer elementos para a realização de uma discussão em relação à elaboração e utilização dos instrumentos aplicados aos diferentes envolvidos no processo, isto é, produzir informações importantes sobre as questões avaliativas, os métodos e técnicas utilizadas para a aplicação dos instrumentos, para compilação de dados, e para a divulgação dos resultados, bem como sobre os respondentes dos instrumentos elaborados.

Compreendemos, portanto, que as respostas fornecidas em relação às categorias selecionadas, pelos coordenadores de curso de graduação da área de Saúde-Biológica podem ser decisivas para verificação do sucesso ou do fracasso do processo de avaliação proposto e realizado.

*Capítulo 4*  
*Procedimentos da pesquisa e*  
*análise dos dados*

#### **4.1. Procedimentos da Pesquisa**

A meta-avaliação do processo de auto-avaliação desenvolvida pela IES estudada foi feita através da análise das categorias utilidade e precisão, conforme definido no capítulo anterior. Escolhemos trabalhar com a opinião de oito coordenadores de cursos de graduação da área de Saúde-Biológica<sup>12</sup> da IES pesquisada. A seleção desse grupo de coordenadores se deve ao fato de que os cursos dessa área são os mais antigos da IES e nos quais se encontram cerca de 70% dos alunos matriculados no *campus*, como também à ênfase dada pela instituição aos cursos vinculados a essa área de conhecimento.

Os meios utilizados na coleta dos dados desta pesquisa foram:

1. Um instrumento de meta-avaliação que foi feito por adaptação livre do *Program Evaluation Models Metaevaluation Checklist* de Daniel Stufflebeam (1999), sob forma de resposta em escala.

2. Documentos:

- a) Programa de Avaliação Institucional (2001 a 2005);
- b) Relatório Parcial de auto-avaliação (2001 a 2003);
- c) Relatório Final de auto-avaliação (2001 a 2006).

O instrumento de meta-avaliação, assim como afirma Letichevsky (2005), “deve indicar a intensidade de sua veracidade e de sua ocorrência ou informar que aquela afirmativa não se aplica, quando for o caso” (p.260). Portanto, compôs-se de itens que foram respondidos pelos coordenadores de curso de graduação da área de Saúde-Biológica e a escala utilizada para cada um dos itens do instrumento foi: concordo totalmente, concordo, discordo, discordo totalmente e prefiro não responder (Anexo 1).

Para a aplicação desse instrumento aos coordenadores de curso, foi elaborada uma carta de apresentação contendo os objetivos do trabalho e as instruções para o preenchimento do questionário (Anexo 4). Nesse documento solicitamos aos participantes da pesquisa que se posicionassem em relação às informações, mostrando seu grau de concordância. Para tanto, esclarecemos aos respondentes que, ao concordar totalmente, o coordenador não apresenta nenhuma objeção quanto à afirmação apresentada; ao concordar, embora o coordenador estivesse de acordo, a afirmação não corresponde à plenitude de sua opinião; ao discordar, compreende-se que o coordenador julgou que houve alguns impedimentos para a certificação do aspecto avaliado; e, ao discordar

---

<sup>12</sup> Os cursos de graduação da área de Saúde-Biológica da IES são: Ciências Biológicas, Biomedicina, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Odontologia e Psicologia.

totalmente, o coordenador posiciona-se completamente contrário à afirmação. Para garantir o posicionamento dos coordenadores em todos os itens, a afirmação “Prefiro não responder” também foi criada. Ao invés de deixar o item em branco, os respondentes deveriam assinalar esta opção, caso não quisessem se pronunciar nem afirmativa, nem negativamente em relação a algum aspecto.

Inicialmente, selecionamos, dentro das categorias “utilidade” e “precisão”, as diretrizes/critérios que consideramos essenciais a serem analisados no processo de auto-avaliação da IES pesquisada. A seleção dessas categorias foi efetuada, pois o processo de avaliação ainda estava em andamento no momento da aplicação do questionário desta pesquisa, dificultando, assim, a inclusão das demais diretrizes estabelecidas pelos elaboradores da proposta. Tal instrumento foi composto de 39 itens e abordou os seguintes aspectos:

<b>Categoria</b>	<b>Diretrizes/critérios</b>
<b>UTILIDADE</b>	Identificação dos Grupos de Interesse
	Abrangência e Seleção da Informação
	Impacto da avaliação
<b>PRECISÃO</b>	Documentação do Programa de avaliação da IES
	Fontes de informações defensáveis
	Informação válida
	Informação confiável
	Sistematização da informação

Uma vez que fazemos parte do processo de implementação da avaliação na IES, pudemos experienciar todas as etapas da auto-avaliação, o que nos permite um aprofundamento da análise e das possíveis implicações diretas e indiretas desse processo. Entretanto, estamos conscientes dos possíveis vieses que esse envolvimento poderia trazer para esta meta-avaliação. Por isso, atentamos, no decorrer de toda a pesquisa, para esse aspecto, buscando sempre uma maior objetividade.

O instrumento utilizado nesta pesquisa foi entregue individualmente aos coordenadores de curso, juntamente com um texto contendo a apresentação dos objetivos da pesquisa, as orientações para o preenchimento do questionário, assim como o termo de consentimento (anexo 5). Foi dado um prazo de duas semanas para o seu preenchimento, que foi respeitado por todos os participantes.

Importante destacar que, no instrumento entregue aos coordenadores, havia uma identificação daqueles que faziam parte das comissões responsáveis pela auto-avaliação da IES (CPA/Setoriais) e daqueles que não estavam envolvidos formalmente no processo.

A diferenciação foi feita, apenas, para efeito da análise comparativa entre esses dois grupos. Para não causar prejuízo à qualidade das respostas, optamos pela não divulgação de tal informação aos respondentes.

Os documentos institucionais, citados anteriormente, foram consultados com o objetivo de descrever, examinar e decompor os principais aspectos teóricos dos documentos básicos referentes à avaliação desenvolvida e auxiliar o processo de análise das informações coletadas pelo instrumento aplicado aos coordenadores de curso da área de Saúde-Biológica.

A análise dos materiais produzidos pela IES foi feita à luz das categorias utilidade e precisão. Deste modo, propomos, a partir da opinião dos coordenadores de curso de graduação, analisar o processo avaliativo, empregando a categoria utilidade para descrever, de forma crítica, aspectos relacionados à identificação dos grupos de interesse, à abrangência e seleção das informações e ao impacto da auto-avaliação da IES.

No segundo momento, analisamos, a partir da categoria precisão, a adequação técnica dos instrumentos e dos demais materiais produzidos, examinando criticamente a qualidade das informações coletadas e dos dados disponibilizados para os diferentes sujeitos da avaliação.

Para a melhor compreensão quanto às opiniões dos coordenadores de curso, elaboramos uma classificação dos itens, sendo elas: Muito adequado, Adequado, Adequado<sup>(-)</sup>, Inadequado e Muito Inadequado.

Consideramos um item como **muito adequado**, quando todos os coordenadores participantes desta pesquisa concordaram ou concordaram totalmente com o item avaliado, ou quando pelo menos sete respondentes concordaram totalmente ou concordaram em relação ao aspecto apresentado, sendo a maior parte das respostas localizadas na primeira opção da escala (concordo totalmente). Foram julgados como **adequados** os itens que apresentaram uma, duas ou três opiniões discordantes, ou quando houve uma discordância, porém com a maioria das demais respostas “concordo”. Como “**adequado**<sup>(-)</sup>” classificamos os itens que tiveram dois “discordo” e um “discordo totalmente” ou quando foram observadas duas respostas “discordo”, sendo estes coordenadores integrantes das comissões (CPA/Setoriais).

Julgamos como **inadequados** aqueles itens que tiveram três ou quatro coordenadores cuja resposta foi “discordo” ou “discordo totalmente”. Por fim, foram considerados como **muito inadequados** os itens que apresentaram discordância ou discordância total por pelo menos cinco respondentes desta pesquisa.

Cabe destacar também que a opção pela resposta “prefiro não responder” não foi considerada como nula, uma vez que julgamos esta opção um aspecto problemático para o processo de auto-avaliação, pois temos como hipótese que a escolha do coordenador por tal resposta pode estar relacionada com a carência de informação sobre o trabalho proposto e realizado ou até mesmo pelo descrédito do coordenador com a avaliação interna desenvolvida.

Desta forma, poderemos identificar os pontos fortes da auto-avaliação desenvolvida e os aspectos que merecem ser revistos e alterados para o próximo ciclo de avaliação. Além disso, pretendemos contribuir para a discussão sobre a relevância e o mérito deste processo, atualmente considerado um dos eixos centrais das políticas públicas de avaliação no Brasil.

## **4.2. Análise dos dados**

### **4.2.1. Categoria Utilidade**

A análise do processo de avaliação da IES pesquisada, a partir da categoria UTILIDADE, tem a intenção de analisar o proveito das informações coletadas, isto é, determinar se os dados obtidos consideraram as necessidades dos diversos sujeitos e grupos envolvidos. Neste sentido, procuramos verificar até que ponto a avaliação realizada gerou informações relevantes para o aperfeiçoamento e o desenvolvimento dos diversos grupos interessados no processo.

Para tanto, neste trabalho, foram utilizados os padrões estabelecidos pelo *Joint Committee on Standards for Educational Evaluation* (1989), porém, optamos pela compreensão parcial dessa categoria, a partir de três dos sete padrões – identificação dos grupos de interesse, abrangência e seleção da informação e impacto da avaliação – descritos pelo *Joint Committee*. Desta forma, foram elaborados 22 itens com o objetivo de compreender os aspectos relacionados à identificação dos grupos de interesse, à abrangência e seleção da informação e ao impacto da avaliação realizada.

A seguir, serão analisadas as opiniões dos oito coordenadores de curso da área de Saúde-Biológica da IES em cada um dos itens respondidos, e também se fará uma análise de cada um dos indicadores selecionados nesta pesquisa.

#### **4.2.1.1. Identificação dos Grupos de Interesse**

Primeiramente, entendemos que o passo inicial para a realização de uma avaliação adequada refere-se à identificação dos grupos interessados pelo processo. Com isso,

torna-se possível reconhecer quem são os sujeitos envolvidos direta ou indiretamente, e assim analisar em que medida foi garantida a incorporação das necessidades e dos interesses dos diferentes grupos na auto-avaliação desenvolvida na IES.

Para o melhor entendimento dos resultados obtidos nesta parte da pesquisa, optamos pela subdivisão deste termo. No primeiro momento, trataremos do reconhecimento propriamente dito dos grupos interessados pelo processo de auto-avaliação da IES e, em seguida, trataremos de questões relacionadas aos níveis de participação e às condições oferecidas para a sua ocorrência.

#### A. Reconhecimento dos grupos de interesse

Ao serem perguntados se havia ficado claro que o processo de avaliação institucional da IES cumpria uma exigência do Conselho Estadual de Educação de São Paulo e do Ministério da Educação para o credenciamento e credenciamento das Instituições de Educação Superior, dos oito coordenadores de curso participantes da pesquisa, todos responderam que concordavam que ficou clara essa exigência [Quadro 1].

Quadro 1 – Houve clareza quanto às exigências de desenvolvimento do processo de auto-avaliação da IES pelo CEE/SP e MEC

Respondentes	N	Concordo totalmente	Concordo	Discordo	Discordo totalmente	Prefiro não responder	Classificação
Representantes CPA/ Setoriais	4	2	2	0	0	0	Muito adequado
Não integrantes	4	4	0	0	0	0	
<b>Total geral</b>	<b>8</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	

Questionados sobre a metodologia utilizada para garantir o envolvimento de todos os participantes no processo de avaliação, como, por exemplo, a forma como foram criadas as comissões e as indicações dos seus representantes, notamos que seis coordenadores responderam afirmativamente e dois declararam não concordar com a metodologia utilizada, sendo estes dois últimos integrantes das comissões responsáveis pelo processo de avaliação da IES [Quadro 2].

Quadro 2 – Houve adequação do método utilizado (por exemplo: criação as comissões e indicação de seus representantes) para garantir o envolvimento de todos os participantes no processo de avaliação

Respondentes	N	Concordo totalmente	Concordo	Discordo	Discordo totalmente	Prefiro não responder	Classificação
Representantes CPA/ Setoriais	4	1	1	2	0	0	Adequado <sup>(-)</sup>
Não integrantes	4	2	2	0	0	0	
<b>Total geral</b>	<b>8</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	

Sobre a adequação da quantidade de representantes dos diferentes setores da comunidade acadêmica nas comissões responsáveis pelo processo de avaliação institucional da IES, observamos que seis participantes julgaram-na apropriada e outros dois discordaram disso, ambos integrantes destas comissões [Quadro 3].

Quadro 3 – Houve adequação da quantidade de representantes dos diversos grupos nas comissões responsáveis pelo processo de avaliação da instituição

Respondentes	N	Concordo totalmente	Concordo	Discordo	Discordo totalmente	Prefiro não responder	Classificação
Representantes CPA/ Setoriais	4	1	1	2	0	0	Adequado <sup>(-)</sup>
Não integrantes	4	1	3	0	0	0	
<b>Total geral</b>	<b>8</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	

Ao analisarmos as respostas dos coordenadores de curso quanto à identificação dos grupos de interessados pelo processo de avaliação da IES pesquisada, verificamos inicialmente que a atribuição burocrático-legal do processo era evidente, atendendo às exigências legais para credenciamento e credenciamento da IES, uma vez que todos os respondentes desta pesquisa declararam clareza quanto a esse aspecto.

Entretanto, podemos considerar que tal obrigação para com os órgãos reguladores pode tornar o processo de avaliação mais uma das inúmeras obrigações das IESs e, com isso, deturpar sua atribuição fundamental, que é a de contribuir para o aperfeiçoamento das políticas de gestão e planejamento da própria instituição. Torna-se necessário, neste momento, afirmar que consideramos legítimo o interesse dos órgãos reguladores pela auto-avaliação das IESs; apenas chamamos a atenção para o fato de que não pode ser o único ou o principal motivo para o seu desenvolvimento, pois, desse modo, o processo poderia não contribuir para a efetiva melhoria das atividades desenvolvidas pela instituição, sendo apenas um processo exógeno às reais necessidades da IES. Cuidados

nesse sentido devem ser tomados no interior das instituições ao se implementarem seus processos de auto-avaliação.

A fim de identificar os demais grupos interessados pelo processo de avaliação da IES, perguntou-se aos coordenadores de curso sobre a adequação do número de representantes das comissões responsáveis (CPA/Setoriais) e dos métodos utilizados para se garantir o envolvimento de todos os participantes. Como podemos observar pelos resultados apresentados anteriormente (Quadros 2 e 3), pelo menos na opinião da maioria dos respondentes desta pesquisa, esses aspectos foram avaliados de forma positiva, indicando o cuidado da IES em envolver os diferentes setores no processo avaliativo.

Como relatado anteriormente, foram constituídas, a partir de 2004, a Comissão Própria de Avaliação e as Comissões Setoriais, responsáveis pelo desenvolvimento da auto-avaliação da IES. A criação dessas comissões tinha como um de seus objetivos básicos, garantir a representação dos diferentes setores da IES no processo. Cabe destacar que a indicação dos representantes em cada comissão foi feita pelos dirigentes máximos (Reitoria e Pró-Reitorias), com a colaboração de coordenadores, supervisores e alguns docentes.

Pelo resultado apresentado nesta pesquisa, observamos que o descontentamento – quanto aos métodos utilizados para a criação e indicação dos representantes, bem como quanto à adequação da quantidade de representantes dos diferentes segmentos da IES – estava localizado entre aqueles coordenadores integrantes das comissões. Vale lembrar que a Comissão Própria de Avaliação (CPA) foi composta por 19 membros, sendo três representantes da Reitoria, dois da área administrativa, quatro das coordenações acadêmicas, quatro professores, três alunos, dois membros da sociedade civil organizada e o supervisor de avaliação. Cada Comissão Setorial (Saúde, Tecnologia, Licenciatura e Pós-Graduação) foi composta de dois docentes representantes de cada curso, dois alunos e um funcionário técnico-administrativo.

Entendemos que essa insatisfação torna-se uma preocupação ainda mais relevante, já que foi indicada por sujeitos que participaram dessas comissões, necessitando, portanto, de uma reflexão apurada sobre esses dois aspectos, para que se possa, nos ciclos subseqüentes de avaliação, reparar tais problemas.

A hipótese para o descontentamento de alguns coordenadores quanto à metodologia utilizada para garantir o envolvimento dos participantes e à adequação do número de representantes dos coordenadores, supervisores, docentes, discentes e funcionários técnico-administrativos é a pouca experiência institucional para o

desenvolvimento de processos de auto-avaliação. Inicialmente, destacamos que esse foi o primeiro ciclo de avaliação realizado pela IES, não possuindo nenhuma experiência anterior. Além disso, a incompreensão, e até mesmo a desinformação quanto aos objetivos e metas do processo de auto-avaliação, em sua fase inicial, podem ter constituído um entrave ao envolvimento de alguns representantes nas comissões responsáveis pelo desenvolvimento da auto-avaliação. Contudo, consideramos que, a partir da primeira experiência, tais problemas possam ser amenizados, uma vez que a continuidade do processo de avaliação está garantida, sobretudo por ser uma exigência legal dos órgãos reguladores federais e estaduais de educação.

Portanto, entendemos que as avaliações positivas feitas pelos coordenadores de curso sobre esses aspectos foram satisfatórias. Observamos, entretanto, que há um longo caminho a ser percorrido para o aperfeiçoamento do processo de avaliação, principalmente quanto à formação das comissões responsáveis, para que sejam cada vez mais representativas. Isso posto, podemos sugerir inicialmente uma discussão cuidadosa quanto aos critérios de escolha e à quantidade de representantes. Como etapa posterior, propomos que, para a nomeação dos representantes dessas comissões, seja solicitada, aos cursos e aos demais setores da IES, uma maior participação, através de seus conselhos de curso e dos demais órgãos colegiados, delegando a esses grupos a responsabilidade da indicação dos que farão parte de tais comissões.

#### B. Níveis e condições oferecidas para a participação

O grupo de itens que compõem esta parte da pesquisa pretende analisar o grau de envolvimento e participação no processo de avaliação, assim como a qualidade das metodologias e procedimentos empregados nas diversas etapas do processo para identificação das necessidades apresentadas pelos diferentes setores da IES pesquisada.

Quanto ao comprometimento da direção da IES (Reitoria e Pró-Reitorias) com a proposta de avaliação institucional realizada, observamos que sete dos oito respondentes concordaram, enquanto um coordenador discordou de tal afirmação (comprometimento dos dirigentes da IES com o processo) [Quadro 4].

Quadro 4 – Houve comprometimento da direção da instituição com a proposta de avaliação

Respondentes	N	Concordo totalmente	Concordo	Discordo	Discordo totalmente	Prefiro não responder	Classificação
Representantes CPA/ Setoriais	4	1	2	1	0	0	Muito adequado
Não integrantes	4	3	1	0	0	0	
<b>Total geral</b>	<b>8</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	

Argüidos sobre o interesse da direção da IES em envolver representantes de toda a comunidade universitária (coordenadores, supervisores, alunos, docentes e funcionários) na participação nas diversas etapas do processo de avaliação realizado, verificamos que seis participantes responderam que concordavam com isso, um discordou e outro preferiu não responder. Cabe destacar que a discordância quanto a esse aspecto foi feita por um coordenador integrante da CPA/Setoriais [Quadro 5].

Quadro 5 – Houve interesse dos dirigentes da IES em envolver todos os grupos (coordenadores, supervisores, alunos, professores e funcionários técnico-administrativos) na participação nas diversas etapas do processo de avaliação

Respondentes	N	Concordo totalmente	Concordo	Discordo	Discordo totalmente	Prefiro não responder	Classificação
Representantes CPA/ Setoriais	4	1	1	1	0	1	Adequado
Não integrantes	4	2	2	0	0	0	
<b>Total geral</b>	<b>8</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	

Segundo a opinião de cinco dos oito respondentes da escala, as etapas do processo de avaliação (por exemplo: agendamento de reunião, elaboração dos instrumentos, documentos disponíveis, divulgação) foram apresentadas de forma clara e suficiente para todos os participantes [Quadro 6]. Ressaltamos que, embora os outros três participantes da pesquisa tenham avaliado positivamente esse aspecto, eles não se posicionaram como “totalmente” concordantes. Cabe destacar que o maior grau de aprovação, segundo a opinião dos coordenadores de curso sobre este item, foi localizado entre os representantes das comissões responsáveis pela avaliação institucional da IES.

Quadro 6 – Houve informações claras e suficientes sobre as etapas do processo (por exemplo: agendamento de reunião, elaboração dos instrumentos, documentos disponíveis, divulgação) para todos os participantes

Respondentes	N	Concordo totalmente	Concordo	Discordo	Discordo totalmente	Prefiro não responder	Classificação
Representantes CPA/ Setoriais	4	3	1	0	0	0	Muito adequado
Não integrantes	4	2	2	0	0	0	
<b>Total geral</b>	<b>8</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	

Com o intuito de avaliar se as reuniões ocorridas para a identificação das reais necessidades dos diferentes grupos que compunham a comunidade universitária da IES alcançaram seus objetivos, notamos que dois coordenadores de curso discordaram desse aspecto. Por outro lado, um considerou que tais encontros atingiram seus objetivos em sua plenitude, e cinco apresentaram a opinião “concordo”, mas não o avaliaram como plenamente satisfatório [Quadro 7].

Quadro 7 – Foram cumpridos os objetivos das reuniões realizadas para a identificação das necessidades apresentadas pelos diversos grupos

Respondentes	N	Concordo totalmente	Concordo	Discordo	Discordo totalmente	Prefiro não responder	Classificação
Representantes CPA/ Setoriais	4	0	3	1	0	0	Adequado
Não integrantes	4	1	2	1	0	0	
<b>Total geral</b>	<b>8</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	

Ao serem questionados sobre a participação da comunidade acadêmica no processo de auto-avaliação da IES, verificamos que três coordenadores declararam ser restrita tal participação apenas aos representantes das comissões, enquanto os outros cinco respondentes consideraram-na não restrita. Cabe ressaltar que, dentre os três respondentes que afirmaram que a participação era limitada aos integrantes das comissões, dois faziam parte da CPA/Setoriais [Quadro 8].

Quadro 8 – A participação foi restrita às Comissões (Comissão Própria de Avaliação e Comissões Setoriais) no processo de avaliação desenvolvida na instituição

Respondentes	N	Concordo totalmente	Concordo	Discordo	Discordo totalmente	Prefiro não responder	Classificação
Representantes CPA/ Setoriais	4	0	2	1	1	0	Adequado
Não integrantes	4	0	1	2	1	0	
<b>Total geral</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	

Ao analisarmos as respostas dos coordenadores de curso da área de Saúde-Biológica da IES quanto ao comprometimento dos dirigentes com a auto-avaliação e os seus interesses em envolver todos os grupos (coordenadores, supervisores, alunos, docentes e funcionários técnico-administrativos) nas diferentes etapas do processo, podemos observar uma concordância da maioria dos respondentes desta pesquisa em relação a esses aspectos.

Cabe ressaltar que, entre os 19 integrantes da CPA, três compunham a equipe dirigente da IES (Reitoria, Pró-Reitor de Graduação e Pró-Reitor de Pesquisa), o que sugere certo comprometimento destes com o processo. Além disso, o desenvolvimento de um modelo de avaliação formativo foi aprovado por estes dirigentes. Assim como descrito no programa de avaliação da IES, compreendemos o processo formativo como

*“a preocupação com o envolvimento e a capacitação dos atores da comunidade universitária, à medida que participam da elaboração, construção, desenvolvimento e análise de um processo inclusivo de avaliação institucional, de tal maneira que a realização da avaliação represente uma experiência intrinsecamente educativa para todos os envolvidos. A implementação da avaliação formativa, como experiência educativa, é uma referência fundamental do processo de avaliação institucional.”* (Programa de Avaliação Institucional da IES, 2004, p.8).

Entendemos, neste trabalho, que tal opção foi acertada, uma vez que o processo desenvolvido empenhou-se em estimular a participação dos diferentes segmentos da IES.

Outros dois aspectos avaliados relativamente de forma satisfatória pelos coordenadores de curso da IES pesquisados dizem respeito à existência de informações claras e suficientes sobre as etapas do processo para os participantes e também à adequação das reuniões realizadas para a identificação das necessidades apresentadas pelos diversos grupos.

Durante a auto-avaliação da IES, as informações sobre as etapas do processo foram divulgadas através de e-mails dirigidos aos representantes das comissões, coordenadores e supervisores de curso, bem como por um portal eletrônico de acesso a toda a comunidade acadêmica. Esse portal trazia informações sobre as datas das reuniões das comissões, o programa de avaliação elaborado, os resultados parciais obtidos durante o processo de avaliação, bem como as documentações dos órgãos reguladores e também dos diversos materiais disponibilizados pelo INEP referentes aos resultados do ENADE (provas, gabaritos, relatórios dos cursos, relatório síntese). Além

disso, adotaram-se outros mecanismos de divulgação, como a criação de um vídeo, exibido aos docentes e discentes, em que foram apresentadas as informações sobre os aspectos legais do processo, seus princípios e seus objetivos, bem como a sua opção pela avaliação formativa. Elaboraram-se também informativos sobre o processo de avaliação, divulgados via e-mail e também afixados nos murais da IES.

Para a identificação das necessidades apresentadas pelos diferentes segmentos da IES, optou-se pela realização de encontros, previamente agendados, em que foram apresentados e discutidos as metodologias e os procedimentos para a coleta das informações. Inicialmente, após a criação das comissões, ocorreram apresentações dos objetivos do programa, de suas diretrizes fundamentais, de seus princípios, da metodologia, do cronograma de trabalho e da estrutura organizacional, realizadas com colaboração de um consultor externo. As sugestões e críticas feitas durante essas palestras foram analisadas e incorporadas ao programa de avaliação da instituição.

A etapa posterior do processo constituiu-se da elaboração dos instrumentos que seriam aplicados aos alunos, professores, coordenadores e supervisores de curso da IES. Para tanto, ocorreu uma série de reuniões, em que foram selecionados as dimensões e os indicadores que fariam parte dos instrumentos. Entendemos que essa parte do processo é de extrema importância, uma vez que é nesse momento em que se escolhem os aspectos que serão avaliados e aqueles que não se constituem uma preocupação imediata, pelo menos para os representantes das comissões. Para garantir a inclusão das reais necessidades dos discentes nos instrumentos de avaliação, realizaram-se pré-testes com eles. Tal procedimento foi de grande valia para o aperfeiçoamento dos instrumentos elaborados para os alunos, já que a sua participação discente nas comissões foi feita com pouca representação.

Temos como hipótese que a não participação efetiva dos discentes nas reuniões das comissões ocorreu devido a dois fatores principais. Primeiro, pelo fato de que as reuniões eram realizadas no período da tarde, dificultando a sua presença, uma vez que grande parte dos alunos integrantes das comissões trabalha durante o dia e estuda no período noturno. Outro aspecto relevante que pode ter contribuído para a sua ausência nessas reuniões refere-se ao fato de que eles não estavam devidamente instruídos da importância do processo de avaliação desenvolvido pela IES.

Podemos notar, a partir da opinião da maioria dos coordenadores de curso (5), que as reuniões não eram restritas apenas às comissões (CPA/Setoriais). De fato, outros professores, alunos e funcionários podiam participar se quisessem. A opinião de que estes encontros não eram restritos às comissões responsáveis pode indicar que o

processo desenvolvido na IES estimulou, de certa forma, a participação dos diferentes sujeitos, sem a necessidade de serem representantes dessas comissões, sobretudo ao observarmos a opinião dos coordenadores não formalmente responsáveis pela auto-avaliação. No entanto, cabe destacar que dois dos coordenadores integrantes das comissões consideraram a participação restrita. A partir desse resultado, torna-se essencial, para o próximo ciclo de avaliação da IES, um maior esclarecimento quanto à abertura dada para aqueles que se interessarem pelo processo, fazendo-o, desta forma, cada vez mais participativo e democrático.

Portanto, ao analisarmos os resultados obtidos quanto ao indicador identificação dos grupos de interesse, podemos declarar que esse objetivo foi alcançado, uma vez que as respostas da maioria dos coordenadores em relação aos itens que compuseram este indicador foram satisfatórias. Porém, é necessário, para os próximos ciclos de auto-avaliação da IES, o aperfeiçoamento de alguns aspectos, sobretudo no que diz respeito à adequação da quantidade de representantes dos diferentes setores da IES e aos critérios de escolha desses representantes, bem como o desenvolvimento de estratégias mais eficazes para a participação efetiva dos discentes nas diferentes etapas do processo.

#### **4.2.1.2. Abrangência e Seleção da Informação**

A análise deste indicador teve como objetivo principal avaliar a abrangência das informações obtidas, identificando até que ponto tais dados possibilitaram a geração de questionamentos e de respostas às reais necessidades e interesses dos diversos grupos envolvidos no processo de avaliação da IES. Para isso, solicitamos aos coordenadores de curso da área de Saúde as suas opiniões quanto: às metodologias e procedimentos empregados para a seleção das dimensões e indicadores que compuseram os diferentes instrumentos de avaliação; à abertura dada para a apresentação e incorporação das necessidades de todos os grupos; e à adequação dos critérios de seleção dos grupos que responderam aos questionários.

Os procedimentos empregados para a seleção das dimensões e indicadores considerados essenciais que fizeram parte dos instrumentos de avaliação aplicados aos alunos, professores, coordenadores e supervisores de curso foram satisfatórios na opinião de sete respondentes. Apenas um coordenador, não integrante das comissões, discordou dos procedimentos utilizados para tal finalidade [Quadro 9].

Quadro 9 – Foram satisfatórios os procedimentos utilizados para a seleção das dimensões e indicadores considerados mais importantes que fizeram parte dos instrumentos de avaliação

Respondentes	N	Concordo totalmente	Concordo	Discordo	Discordo totalmente	Prefiro não responder	Classificação
Representantes CPA/ Setoriais	4	0	4	0	0	0	Adequado
Não integrantes	4	1	2	1	0	0	
<b>Total geral</b>	<b>8</b>	<b>1</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	

Quanto à apresentação e discussão das problemáticas do processo de avaliação desenvolvido, podemos notar, pelos resultados obtidos, que a metade dos respondentes julgou-as democráticas e sem restrições, e um concordou com a afirmação, mas não totalmente. Outros três coordenadores declararam que a discussão e a apresentação das problemáticas não foram realizadas de forma harmoniosa com todos os setores da comunidade acadêmica. Dos coordenadores insatisfeitos com esse aspecto, destacamos que um era componente da CPA/Setoriais [Quadro 10].

Quadro 10 – As problemáticas referentes ao processo de avaliação foram apresentadas e discutidas de maneira democrática

Respondentes	N	Concordo totalmente	Concordo	Discordo	Discordo totalmente	Prefiro não responder	Classificação
Representantes CPA/ Setoriais	4	2	1	0	1	0	Adequado <sup>(-)</sup>
Não integrantes	4	2	0	2	0	0	
<b>Total geral</b>	<b>8</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	

O contato entre as comissões e os demais participantes do processo de avaliação institucional da IES pesquisada foi estabelecido com êxito para cinco dos oito coordenadores respondentes. Entretanto, outros três julgaram insatisfatório o contato realizado, sendo dois deles integrantes da CPA/Setoriais [Quadro 11].

Quadro 11 – Houve satisfação quanto ao contato estabelecido entre as comissões responsáveis pelo processo de avaliação com os demais participantes

Respondentes	N	Concordo totalmente	Concordo	Discordo	Discordo totalmente	Prefiro não responder	Classificação
Representantes CPA/ Setoriais	4	1	1	2	0	0	Adequado <sup>(-)</sup>
Não integrantes	4	0	3	1	0	0	
<b>Total geral</b>	<b>8</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	

Em relação ao grau de flexibilidade no processo de avaliação para a inclusão de novas questões nos instrumentos de avaliação elaborados, podemos constatar que todos os respondentes manifestaram-se de acordo, porém, na avaliação de cinco deles, não foi respondido com concordância plena [Quadro 12].

Quadro 12 – Houve flexibilidade no processo de avaliação para a inclusão de novas questões nos instrumentos desenvolvidos

Respondentes	N	Concordo totalmente	Concordo	Discordo	Discordo totalmente	Prefiro não responder	Classificação
Representantes CPA/ Setoriais	4	1	3	0	0	0	Muito adequado
Não integrantes	4	2	2	0	0	0	
<b>Total geral</b>	<b>8</b>	<b>3</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	

Para a maioria (6) dos respondentes desta pesquisa, todos os aspectos essenciais foram contemplados nos instrumentos de avaliação desenvolvidos e aplicados, porém, cinco deles expressaram concordância, mas não total. Por outro lado, dois dos coordenadores declararam discordar quanto à adequação dos aspectos contemplados nos diferentes questionários elaborados [Quadro 13].

Quadro 13 – Os diferentes instrumentos de avaliação elaborados contemplaram todos os aspectos necessários

Respondentes	N	Concordo totalmente	Concordo	Discordo	Discordo totalmente	Prefiro não responder	Classificação
Representantes CPA/ Setoriais	4	0	4	0	0	0	Adequado
Não integrantes	4	1	1	2	0	0	
<b>Total geral</b>	<b>8</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	

Para praticamente todos os coordenadores (7) que responderam à escala, deveriam ter sido construídos instrumentos de avaliação específicos para os diretores da IES, como também para seus funcionários técnico-administrativos, abordando aspectos relativos a seus interesses mais próximos. Apenas um coordenador manifestou discordância quanto à elaboração de instrumentos específicos dirigidos a esses setores. Vale destacar que todos os respondentes representantes da CPA/Setoriais apontaram a necessidade de aplicação de instrumentos de avaliação tanto para os funcionários técnico-administrativos quanto para a direção da IES [Quadro 14].

Quadro 14 – Deveriam ter sido elaborados instrumentos específicos para os diretores (Reitoria e Pró-Reitores) e funcionários técnico-administrativos para a avaliação de aspectos de seu interesse

Respondentes	N	Concordo totalmente	Concordo	Discordo	Discordo totalmente	Prefiro não responder	Classificação
Representantes CPA/ Setoriais	4	3	1	0	0	0	Muito
Não integrantes	4	0	3	1	0	0	Inadequado
<b>Total geral</b>	<b>8</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	

Na avaliação de seis dos oito participantes da pesquisa, as informações coletadas não proporcionaram condições efetivas de melhoria e aperfeiçoamento institucional. No entanto, dois coordenadores consideraram que os dados obtidos no processo de avaliação ofereceram condições para a melhoria da IES [Quadro 15]. Esse quesito é extremamente importante e merece atenção especial.

Quadro 15 – Foram oferecidas condições para a melhoria e aperfeiçoamento institucional a partir das informações coletadas durante o processo de avaliação

Respondentes	N	Concordo totalmente	Concordo	Discordo	Discordo totalmente	Prefiro não responder	Classificação
Representantes CPA/ Setoriais	4	0	1	3	0	0	Muito
Não integrantes	4	0	1	2	1	0	Inadequado
<b>Total geral</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	

As respostas dos coordenadores de curso a respeito da abrangência e seleção da informação revelaram que esse aspecto foi de certa forma satisfatória, porém, ao observarmos as suas opiniões quanto às condições oferecidas para a melhoria e aperfeiçoamento institucional a partir das informações coletadas durante o processo de avaliação, verificamos insatisfação dos respondentes.

Ao analisarmos os resultados desta parte das questões – procedimentos utilizados para a seleção das dimensões e indicadores, a flexibilidade no processo de avaliação para a inclusão de novas questões nos instrumentos de avaliação, a abrangência dos instrumentos de avaliação, como também a abertura dada para a apresentação e discussão das problemáticas pelos participantes – notamos opiniões satisfatórias da maioria dos coordenadores de curso que responderam esta escala.

Consideramos que esse resultado satisfatório foi alcançado devido aos métodos e procedimentos utilizados para a realização da auto-avaliação da IES. Para a seleção das dimensões e indicadores dos instrumentos de avaliação, foi inicialmente apresentado um

banco de dimensões que foram discutidas com as comissões (CPA/Setoriais) a fim de selecionar aquelas que seriam as mais relevantes. Somente após a finalização dessa etapa é que foram elaborados os itens que constituíram os diversos instrumentos utilizados, sendo estes também apresentados a tais comissões e discutidos com elas. Portanto, julgamos que a participação dos representantes das comissões nessas etapas do processo foi fundamental para se garantir um espaço de negociação entre os envolvidos, tornando-se possível a inclusão de aspectos de interesse dos representantes dos diferentes segmentos da IES, nos diversos formulários construídos.

Entretanto, faz-se necessário ressaltar que, na opinião de três dos oito participantes desta enquete, as problemáticas não foram apresentadas e discutidas de forma democrática, sobretudo ao observarmos as respostas dos coordenadores não integrantes das comissões. Talvez esse resultado esteja relacionado à inexistência de canais de informação adequados para a divulgação dessas etapas do processo. Sendo assim, sugerimos, para o próximo ciclo de avaliação que deve ocorrer entre os anos de 2006 e 2010, uma maior preocupação quanto a esse aspecto, sendo necessária a disponibilização, a todos os setores da IES, das atas das reuniões e dos materiais construídos, possibilitando que estes possam contribuir para as discussões referentes ao processo de avaliação realizado na IES. Embora tenha sido desenvolvido um fórum de discussão no portal eletrônico específico sobre a avaliação interna, de acesso à comunidade acadêmica, entendemos que tal canal de discussão (fórum) foi pouco ou praticamente não utilizado, talvez pelo fato da comunidade ainda não se sentir parte integrante do processo, o que aponta para a necessidade do estabelecimento de uma cultura de avaliação mais consistente.

Também sugerimos que seja discutida, com os representantes das comissões, a utilização de mecanismos mais apropriados de contato entre estes e a comunidade acadêmica, uma vez que, na opinião de três coordenadores, tal contato não foi realizado de forma satisfatória.

Sobre a não elaboração de instrumentos dirigidos aos diretores e funcionários técnico-administrativos, podemos observar que praticamente todos se declaram insatisfeitos quanto a esse item. Tal resultado revela a necessidade da construção de procedimentos de avaliação direcionados a esses setores da IES, uma vez que um dos princípios básicos do programa refere-se à globalidade do processo, devendo-se incorporar tanto os aspectos acadêmicos como os administrativos.

Por fim, a avaliação inadequada das condições oferecidas pelo processo para a melhoria efetiva da IES revela um problema sério da avaliação desenvolvida. Temos

como hipótese que essa inadequação pode estar associada ao fato de que, neste primeiro ciclo de avaliação, os resultados obtidos foram divulgados tardiamente, comprometendo assim a realização de ações de melhoria a partir das informações coletadas. Esse atraso deveu-se à dificuldade encontrada para a sistematização das informações, já que se constitui de uma etapa que exige uma atenção especial, tanto para a leitura das folhas óticas e conferência, como para a organização e apresentação dos dados. Uma vez realizados tais procedimentos neste primeiro ciclo de avaliação na IES, consideramos que esse problema pode ser superado nos ciclos subseqüentes, com nova rotina de procedimentos definidos para tal fim. Nesse meio tempo, retomar os dados sugestivos da avaliação pode ser um caminho para lhe dar maior valor e visibilidade positiva, como a tomada de algumas medidas. Uma avaliação não pode deixar de ter conseqüências, pois isso é de sua essência.

Quanto ao indicador “abrangência e seleção da informação”, podemos considerar que os resultados foram, de modo geral, satisfatórios. Entretanto, os resultados obtidos nesta pesquisa revelaram alguns problemas que necessitam de solução, sobretudo no que se refere à construção de instrumentos específicos para a equipe dirigente e funcionários técnico-administrativos, bem como à divulgação dos resultados obtidos ao longo do processo de auto-avaliação da IES, oferecendo condições mais adequadas para a utilização das informações.

#### **4.2.1.3. Impacto da Avaliação**

Uma das questões centrais para se verificar a qualidade de um processo de avaliação diz respeito ao seu impacto para a melhoria e aperfeiçoamento institucional. Não basta apenas a sua realização para o atendimento das exigências burocrático-legais, como já dissemos. É necessário também que ele se transforme em um importante instrumento de reflexão sobre as diversas atividades desenvolvidas na IES e que propicie soluções. Para tanto, é imprescindível analisar se as ações avaliativas proporcionaram aos interessados a possibilidade efetiva de sua utilização.

Desta forma, solicitamos aos coordenadores de curso as suas opiniões em relação a aspectos como: a divulgação dos resultados, a qualidade do suporte oferecido para o seu entendimento, o grau de envolvimento dos diferentes setores e das comissões responsáveis pela auto-avaliação da IES, a transparência do processo, bem como a ocorrência ou não de melhorias na instituição a partir das informações coletadas.

Na opinião de sete dos oito coordenadores participantes da pesquisa, os resultados preliminares da avaliação foram divulgados de forma adequada. Porém, cinco deles,

embora concordando em que a sua divulgação foi adequada, não o fazem totalmente. Um respondente julgou tal aspecto como inadequado [Quadro 16].

Quadro 16 – Houve divulgação adequada dos resultados preliminares obtidos pelos diferentes instrumentos de avaliação

Respondentes	N	Concordo totalmente	Concordo	Discordo	Discordo totalmente	Prefiro não responder	Classificação
Representantes CPA/ Setoriais	4	0	3	1	0	0	Adequado
Não integrantes	4	2	2	0	0	0	
<b>Total geral</b>	<b>8</b>	<b>2</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	

A eficácia do suporte dado para a compreensão e emprego dos resultados preliminares obtidos durante o processo de avaliação da IES foi avaliada como satisfatória por seis coordenadores, mas apenas um o faz sem restrições. Por outro lado, dois respondentes consideraram que o suporte oferecido não foi satisfatório para a compreensão e utilização dos resultados [Quadro 17].

Quadro 17 – Foi eficaz o suporte oferecido para a compreensão e utilização dos resultados preliminares

Respondentes	N	Concordo totalmente	Concordo	Discordo	Discordo totalmente	Prefiro não responder	Classificação
Representantes CPA/ Setoriais	4	0	3	1	0	0	Adequado
Não integrantes	4	1	2	1	0	0	
<b>Total geral</b>	<b>8</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	

Perguntados sobre a adequação do retorno dos dados do processo de avaliação a toda a comunidade acadêmica, notamos que, para a maioria (5) dos coordenadores pesquisados, ela não ocorreu da maneira desejada, sobretudo para aqueles que fizeram parte da CPA/Setoriais. Entretanto, outros três declararam satisfação quanto a esse aspecto [Quadro 18].

Quadro 18 – Houve retorno adequado do processo de avaliação a toda a comunidade acadêmica

Respondentes	N	Concordo totalmente	Concordo	Discordo	Discordo totalmente	Prefiro não responder	Classificação
Representantes CPA/ Setoriais	4	0	1	3	0	0	Inadequado
Não integrantes	4	1	1	1	1	0	
<b>Total geral</b>	<b>8</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	

Questionados sobre a ocorrência de interação entre os representantes das comissões e os demais participantes ao longo do processo de avaliação, verificamos que cinco coordenadores responderam afirmativamente, porém com restrições, e outros três discordaram desse aspecto, sobretudo dentre aqueles que participaram das comissões responsáveis pelo processo [Quadro 19].

Quadro 19 – Houve interação entre os representantes das comissões e os demais participantes durante o processo de avaliação

Respondentes	N	Concordo totalmente	Concordo	Discordo	Discordo totalmente	Prefiro não responder	Classificação
Representantes CPA/ Setoriais	4	0	2	2	0	0	Adequado <sup>(-)</sup>
Não integrantes	4	0	3	1	0	0	
<b>Total geral</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	

Em relação ao envolvimento efetivo dos participantes no processo de avaliação institucional, observamos que praticamente todos (7) discordaram quanto a este item, notadamente entre coordenadores integrantes da CPA/Setoriais. Observamos ainda que apenas um respondente julgou satisfatório o envolvimento dos participantes, porém não com concordância total [Quadro 20].

Quadro 20 – Houve envolvimento efetivo de todos os participantes no processo de avaliação institucional

Respondentes	N	Concordo totalmente	Concordo	Discordo	Discordo totalmente	Prefiro não responder	Classificação
Representantes CPA/ Setoriais	4	0	0	4	0	0	Muito
Não integrantes	4	0	1	3	0	0	Inadequado
<b>Total geral</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>7</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	

Segundo a opinião de seis dos oito coordenadores que responderam a esta escala, o processo de avaliação interna foi desenvolvido de forma transparente, sem qualquer objeção. Por outro lado, outros dois respondentes discordaram da transparência do processo [Quadro 21]. Com opiniões tão divergentes (polarização: concordo totalmente x discordo), esse quesito precisa ser observado com cuidado.

Quadro 21 – Houve transparência (sincera, honesta e idônea) durante o processo de avaliação

Respondentes	N	Concordo totalmente	Concordo	Discordo	Discordo totalmente	Prefiro não responder	Classificação
Representantes CPA/ Setoriais	4	3	0	1	0	0	Adequado
Não integrantes	4	3	0	1	0	0	
<b>Total geral</b>	<b>8</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	

Embora quatro dos coordenadores tenham declarado que houve ações de melhoria na instituição a partir das informações coletadas no processo de avaliação, outros quatro discordam quanto a este item [Quadro 22].

Quadro 22 – Houve ações de melhoria na instituição a partir das informações coletadas durante o processo de avaliação

Respondentes	N	Concordo totalmente	Concordo	Discordo	Discordo totalmente	Prefiro não responder	Classificação
Representantes CPA/ Setoriais	4	0	2	1	1	0	Inadequado
Não integrantes	4	0	2	2	0	0	
<b>Total geral</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	

Se o exame das respostas dos coordenadores quanto ao impacto da avaliação realizada na IES nos indica resultados satisfatórios, revela-nos, porém, igualmente, algumas preocupações em relação ao impacto da avaliação na comunidade acadêmica local.

Embora possamos observar satisfação dos respondentes desta escala em relação à divulgação dos resultados preliminares do processo de avaliação, como também em relação ao suporte dado para a utilização e compreensão das informações obtidas e à transparência do processo desenvolvido, verificamos que, na opinião da maioria dos coordenadores de curso, o retorno (*feedback*) dos resultados não foi realizado de forma adequada.

Entendemos que tal insatisfação ocorreu devido a não realização de encontros com a comunidade acadêmica para a discussão dos resultados obtidos ao longo do processo avaliativo, sendo apenas disponibilizadas, via portal eletrônico, tais informações. As discussões sobre os resultados obtidos foram realizadas somente com as comissões (CPA/Setoriais).

Consideramos, portanto, que o retorno dos dados alcançados deve ser não só disponibilizado, mas também apresentado aos diferentes segmentos da IES e discutido

com eles, com o objetivo de proporcionar mais espaços de reflexão sobre seus interesses e suas necessidades, tornando possível a geração de questionamentos e sugestões para a melhoria institucional. Para tanto, torna-se necessário o compromisso dessas comissões e dos dirigentes da IES com o retorno das informações a toda a comunidade acadêmica.

Deste modo, sugerimos, para os próximos ciclos de avaliação, a realização de encontros previamente agendados com alunos, professores, coordenadores, supervisores e funcionários técnico-administrativos, com a finalidade de refletir sobre os resultados obtidos quanto aos aspectos avaliados, o que poderia trazer importantes contribuições para o aperfeiçoamento institucional, não se restringindo apenas aos representantes das comissões. Entretanto, sabemos da dificuldade da realização desses encontros, uma vez que esta IES tem um grande número de alunos, professores e funcionários técnico-administrativos.

Para amenizar tal problema, poderiam ser agendadas reuniões específicas para os alunos e professores de cada um dos cursos de graduação, como também para cada setor avaliado, tornando o processo mais objetivo, já que muitas vezes os interesses e necessidades de cada grupo podem ser diferentes. Além disso, sugerimos a elaboração de folhetos contendo os principais resultados da avaliação e sua distribuição à comunidade acadêmica, como forma de retorno das informações obtidas no decorrer do processo.

Verificamos que houve uma tentativa de realização desses encontros, ocorrendo apenas com o corpo de funcionários da secretaria geral e da recepção da IES. Devido às inúmeras obrigações dos diferentes segmentos da instituição, que acabam por comprometer datas disponíveis para a realização dessas reuniões, tornando-se necessário, para os próximos ciclos de avaliação, a construção de um calendário conjunto de reuniões, com o intuito de assegurar que as informações sejam apresentadas a toda a comunidade acadêmica e discutidas com ela.

Para que a discussão da auto-avaliação seja realizada, consideramos que a comunidade acadêmica deva estar mais envolvida com o processo, compreendendo-o como um importante instrumento para a melhoria institucional. A análise das respostas dos coordenadores mostra que tal envolvimento não ocorreu, resultado que pode revelar uma série de aspectos que precisam ser melhor considerados para que se possa realizar um processo de avaliação mais consistente e adequado.

No entanto, julgamos que o envolvimento da comunidade acadêmica com o processo de avaliação não ocorre de imediato, já que nem todos possuem a clareza de

seus objetivos e de sua utilidade. Desta forma, é necessário que, ao longo do processo, sejam divulgados não só os seus resultados, mas também as ações realizadas a partir das informações obtidas, revelando-se, assim, sua função principal, que é a de produzir informações úteis para a tomada de decisões que beneficiem a todos os participantes.

Consideramos que o comprometimento dos diferentes segmentos da IES ocorre de forma lenta, uma vez que é necessário, principalmente quando se realizam as primeiras experiências avaliativas, incentivar a comunidade a se manifestar quanto aos seus reais objetivos e interesses, além de sua importância para o desenvolvimento de ações de melhoria da instituição. Com isso, pode-se mostrar que a avaliação é um recurso comunitário útil para todos.

A partir das respostas dos coordenadores quanto à ocorrência de ações de melhoria a partir das informações coletadas ao longo do processo de avaliação, notamos que, dos oito respondentes, somente quatro concordaram que houve esse tipo de ação, embora não “totalmente”. Isso posto, podemos afirmar que essa avaliação como instrumento de reflexão e de proposições de ações ainda não foi consolidada na IES. Torna-se necessário, portanto, o maior esclarecimento sobre os objetivos do processo de avaliação, não só para os dirigentes, mas também para os demais setores da IES. E, além disso, garantir algumas ações em consequência da mesma, caso contrário ela perderá seu sentido para a comunidade. Para tanto, é imprescindível a compreensão de que o processo realizado não tem como único ou principal objetivo a elaboração de um relatório parcial ou final para os órgãos reguladores, sejam eles federais ou estaduais. Seus objetivos são mais amplos e devem estar focados na possibilidade da geração de informações úteis para a melhoria das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão.

Embora possamos afirmar, a partir das respostas dos coordenadores em relação ao impacto da avaliação, que a maioria dos itens deste conjunto mostra mais adequação do processo do que inadequação, observamos posicionamentos críticos em relação a não ocorrência de ações de melhoria na IES a partir dos resultados obtidos no processo de avaliação, o que compromete, em certa medida, a avaliação positiva dos coordenadores quanto aos demais itens referentes a esse conjunto de questões.

#### **4.2.2. Categoria Precisão**

Assim como descrito anteriormente, a análise do processo de avaliação da IES a partir da categoria Precisão possibilita a realização de uma discussão quanto à qualidade dos instrumentos e das informações compiladas, à adequação da escolha dos procedimentos e técnicas para a coleta e tratamento das informações, bem como à

adequação da divulgação dos resultados obtidos e do acesso a eles. Tal discussão tem como objetivo fundamental revelar até que ponto o processo de avaliação desenvolvido produziu e forneceu informações tecnicamente apropriadas para o estabelecimento de valor e mérito da instituição avaliada.

Para tanto, a segunda parte do instrumento utilizado nesta pesquisa foi composta de 17 itens que abordaram aspectos relacionados à documentação do programa de avaliação da IES e à legitimidade técnica e política do processo. Esses aspectos estão distribuídos em quatro indicadores que são: fontes de informação defensável; validade da informação; confiabilidade da informação e sistematização da informação. A seguir será feita, a partir da opinião dos coordenadores de curso da área de Saúde da IES, uma análise de cada item e de cada indicador.

#### **4.2.2.1. Documentação do Programa de avaliação da IES**

Inicialmente, para o desenvolvimento de um processo de avaliação interno é imprescindível a divulgação clara e transparente do programa de avaliação a toda a comunidade participante, com o intuito de promover o esclarecimento dos seus objetivos, procedimentos e do modelo adotado. Além disso, os resultados preliminares e finais do processo realizado – que compõem a documentação básica de qualquer processo de avaliação – também devem ser disponibilizados de forma acessível. Essas etapas de divulgação do programa e das informações obtidas são fundamentais não só para assegurar a legitimidade política e técnica do processo pelos diferentes setores da IES, mas também para promover uma melhor compreensão daquilo que foi inicialmente proposto e daquilo que foi realizado.

Ao analisar-se o grau de satisfação dos coordenadores de curso da área de Saúde-Biológica da IES em relação à divulgação e à forma de funcionamento do programa de avaliação, notamos que esse aspecto foi julgado adequado por sete dos oito coordenadores que participaram da pesquisa. Apenas um respondente julgou-o de modo insatisfatório, discordando dos demais [Quadro 23].

Quadro 23 – Houve satisfação quanto à divulgação do funcionamento do programa de avaliação à comunidade acadêmica

Respondentes	N	Concordo totalmente	Concordo	Discordo	Discordo totalmente	Prefiro não responder	Classificação
Representantes CPA/ Setoriais	4	2	2	0	0	0	Adequado
Não integrantes	4	1	2	1	0	0	
<b>Total geral</b>	<b>8</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	

Quanto à possibilidade de acesso aos resultados pelos diferentes setores da comunidade acadêmica, observamos que seis coordenadores mostraram-se insatisfeitos e outros dois declararam-se satisfeitos, porém não totalmente [Quadro 24].

Quadro 24 - O acesso aos resultados pelos diferentes grupos foi satisfatório

Respondentes	N	Concordo totalmente	Concordo	Discordo	Discordo totalmente	Prefiro não responder	Classificação
Representantes CPA/ Setoriais	4	0	1	3	0	0	Muito
Não integrantes	4	1	0	3	0	0	Inadequado
<b>Total geral</b>	<b>8</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	

Verificamos que, na opinião de três respondentes, não houve adequação do programa de avaliação proposto ao processo desenvolvido, sendo todos estes não integrantes das comissões (CPA/Setoriais). Entretanto, outros três coordenadores sinalizaram que houve adequação parcial, e outro julgou haver total adequação do programa ao processo realizado. Destacamos ainda que um dos sujeitos da pesquisa preferiu não responder. Assinalamos que ele pertencia às comissões (CPA/Setoriais), o que dificulta levantar hipóteses sobre as razões, dado que não realizamos entrevistas [Quadro 25].

Quadro 25 – Houve adequação do programa de avaliação proposto ao processo desenvolvido

Respondentes	N	Concordo totalmente	Concordo	Discordo	Discordo totalmente	Prefiro não responder	Classificação
Representantes CPA/ Setoriais	4	0	3	0	0	1	Inadequado
Não integrantes	4	1	0	3	0	0	
<b>Total geral</b>	<b>8</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	

Considerando-se a avaliação satisfatória dos coordenadores de curso quanto à adequação do processo de divulgação do programa de avaliação desenvolvido pela IES, podemos levantar a hipótese de que a diversidade de atividades realizadas na instituição pesquisada constitui-se em uma estratégia importante não apenas para a sua divulgação, mas também para a sua compreensão, pelo menos parcial.

Entretanto, entende-se que há um longo caminho a ser percorrido para o desenvolvimento de um processo cada vez mais democrático. Apresenta-se como desafio para a IES o aperfeiçoamento constante dos canais de comunicação, no intuito de divulgar e disponibilizar os objetivos e resultados do processo de avaliação, estimulando,

assim, a compreensão e a realização de discussões por parte de toda a comunidade acadêmica local, com a finalidade de produzir possíveis soluções para os problemas apresentados.

Ao analisar as opiniões dos coordenadores quanto ao acesso aos resultados da avaliação, julgamos que os mecanismos gerados para tal fim não cumpriram os objetivos esperados, já que a grande maioria (6) dos respondentes considerou insatisfatório esse aspecto. O acesso a tais informações foi realizado na IES exclusivamente a partir da disponibilização dos resultados, via portal eletrônico, aos alunos, professores, coordenadores e supervisores de curso (os resultados foram apresentados por resultados gerais, por curso, por período e por turma). Organizou-se também um sistema de consulta para que cada professor e os respectivos coordenadores e supervisores de curso tivessem acesso às suas avaliações individuais.

Esse sistema de consulta dos resultados relativos a cada um dos docentes e coordenadores foi desenvolvido a fim de evitar que os alunos utilizassem a avaliação de desempenho docente como uma oportunidade de empregar os dados referentes a cada professor como um instrumento de exposição pública e, também, que comparassem um docente ao seu colega, pois entendemos que tais ações não trariam benefícios para nenhum dos envolvidos no processo.

Contudo, as respostas dos coordenadores de curso nesta meta-avaliação revelam a necessidade de uma reformulação dos canais de acesso oferecidos para a consulta aos resultados, já que as opções apresentadas não foram consideradas satisfatórias. Essa insatisfação pode estar, de certa forma, associada aos problemas de operacionalidade<sup>13</sup> nos e dos sistemas desenvolvidos, como também à própria insuficiência dos mecanismos de acesso.

Outro aspecto importante para a análise da documentação do programa de avaliação refere-se à existência ou não de uma vinculação adequada entre o programa proposto e o realizado. Para isso, é necessário considerar as respostas dos coordenadores em itens anteriores, pois estes apresentaram informações importantes sobre a qualidade da divulgação do programa e do acesso aos resultados obtidos. Verificamos que, embora a divulgação do programa tenha sido considerada adequada, o acesso aos resultados não foi considerado satisfatório. Essa situação já indica a ocorrência de um obstáculo para o entendimento da vinculação entre o programa e o processo realizado, já que o acesso inadequado dos dados pode ter dificultado a

---

<sup>13</sup> Os problemas de operacionalidade nos e dos sistemas de consulta podem ser caracterizados, nesta IES, pela dificuldade da ampliação dos canais de consulta, demora na disponibilização dos resultados a todos os envolvidos, forma de organização dos dados e o não agrupamento por dimensão e categoria, entre outros.

compreensão desse aspecto. Tal problema torna-se ainda mais evidente ao se observar que três dos oito respondentes julgaram tal vinculação inadequada e um preferiu não responder.

A análise desse indicador revela que para a compreensão, pelo menos parcial, do programa proposto e do processo realizado, é necessária, além da criação de diferentes mecanismos de divulgação e acesso das informações à comunidade acadêmica, uma atenção especial quanto à operacionalidade dos procedimentos e sistemas de consultas produzidos para o atendimento desse objetivo. Desta forma, consideramos que, ao se produzirem procedimentos e sistemas de consultas mais adequados, pode-se contribuir para a maior compreensão, por toda a comunidade acadêmica, do processo de avaliação desenvolvido, tornando-o cada vez mais consciente e amadurecido.

#### **4.2.2.2. Fontes de informações defensáveis**

Para a o estabelecimento de um processo de avaliação interna constituído de fontes de informações defensáveis, é essencial a análise de alguns aspectos como a adequação das metodologias e procedimentos adotados para a elaboração dos instrumentos e para a coleta de dados, bem como os critérios de escolha dos grupos avaliados e a relevância desses resultados para o aperfeiçoamento institucional.

De acordo com a opinião de cinco dos oito participantes desta pesquisa, o processo de avaliação da IES respeitou a opinião dos diferentes grupos de participantes (alunos, professores e supervisores e coordenadores de curso), sendo que quatro deles declararam total satisfação. Porém, outros três respondentes manifestaram discordância sobre esse item, sendo que todos estes não faziam parte das comissões responsáveis pelo processo avaliativo da instituição [Quadro 26].

Quadro 26 – Houve respeito à opinião das diversas fontes (alunos, professores, coordenadores e supervisores de curso)

<b>Respondentes</b>	<b>N</b>	<b>Concordo totalmente</b>	<b>Concordo</b>	<b>Discordo</b>	<b>Discordo totalmente</b>	<b>Prefiro não responder</b>	<b>Classificação</b>
Representantes CPA/ Setoriais	4	3	1	0	0	0	Adequado
Não integrantes	4	1	0	2	1	0	
<b>Total geral</b>	<b>8</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	

Em relação ao emprego de métodos e procedimentos para a coleta de informações, verificamos que todos os coordenadores pesquisados julgaram-nos

apropriados. Porém, destacamos que seis respondentes mostraram concordância em relação a esse item, porém não “totalmente” [Quadro 27].

Quadro 27 – Houve adequação dos métodos e procedimentos empregados para a coleta de dados

Respondentes	N	Concordo totalmente	Concordo	Discordo	Discordo totalmente	Prefiro não responder	Classificação
Representantes CPA/ Setoriais	4	1	3	0	0	0	Muito Adequado
Não integrantes	4	1	3	0	0	0	
<b>Total geral</b>	<b>8</b>	<b>2</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	

Questionados quanto à opção pela coleta de dados censitária (não amostral) para a obtenção de informações identificadas como essenciais para o desenvolvimento do processo de avaliação institucional, observamos que cinco coordenadores declararam o procedimento adequado, enquanto outros dois consideraram-no inadequado e um preferiu não se posicionar em relação a esse aspecto [Quadro 28].

Quadro 28 – Houve adequação do procedimento de coleta de dados censitária (não amostral)

Respondentes	N	Concordo totalmente	Concordo	Discordo	Discordo totalmente	Prefiro não responder	Classificação
Representantes CPA/ Setoriais	4	2	1	1	0	0	Adequado
Não integrantes	4	1	1	1	0	1	
<b>Total geral</b>	<b>8</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	

A relevância dos resultados obtidos ao longo do processo foi avaliada de forma afirmativa por todos os coordenadores respondentes, sendo que três posicionaram-se sem nenhuma objeção e outros cinco, embora tenham considerado satisfatório esse item, não se posicionaram como concordando “totalmente” [Quadro 29].

Quadro 29 – Os resultados obtidos durante o processo de avaliação foram relevantes

Respondentes	N	Concordo totalmente	Concordo	Discordo	Discordo totalmente	Prefiro não responder	Classificação
Representantes CPA/ Setoriais	4	2	2	0	0	0	Muito adequado
Não integrantes	4	1	3	0	0	0	
<b>Total geral</b>	<b>8</b>	<b>3</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	

Argüidos sobre os critérios estabelecidos para a exclusão dos diretores e funcionários da IES como fontes de informações primárias, cinco dos oito respondentes

discordaram desse critério, sobretudo os integrantes da CPA/Setoriais. Por outro lado, dois coordenadores consideraram-no apropriado, e um preferiu não responder sobre tal aspecto [Quadro 30].

Quadro 30 – Os critérios para a exclusão dos diretores e funcionários como fonte de informações primárias foram apropriados

Respondentes	N	Concordo totalmente	Concordo	Discordo	Discordo totalmente	Prefiro não responder	Classificação
Representantes CPA/ Setoriais	4	0	1	2	1	0	Muito
Não integrantes	4	0	1	1	1	1	Inadequado
<b>Total geral</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	

A partir da análise das opiniões dos coordenadores de curso da área de Saúde-Biológica da IES quanto aos itens que abordaram se as fontes de informações eram defensáveis, do ponto de vista político e técnico, notamos que, de modo geral, as avaliações dos respondentes foram satisfatórias.

Como já descrito anteriormente, para a elaboração dos instrumentos de avaliação utilizados, optou-se por uma metodologia que tinha como intenção fundamental, de acordo com o programa de avaliação elaborado, proporcionar um maior envolvimento da comunidade universitária com o processo estabelecido, sensibilizando-a de sua importância e relevância institucional. Desta forma, estabeleceu-se que a construção dos instrumentos de avaliação seria feita coletivamente, com a participação de representantes de vários segmentos da instituição (professores, alunos, funcionários técnico-administrativos, coordenadores e supervisores de curso). Para a definição das dimensões, dos indicadores e dos itens selecionados que compuseram os diferentes instrumentos, assim como para a escolha da metodologia e dos procedimentos empregados para a coleta de informações, realizou-se uma série de encontros das comissões (CPA e Comissões Setoriais) em que foram discutidos tais aspectos e constituídos consensos.

Outro item avaliado de forma positiva por parte dos coordenadores de curso da área de Saúde-Biológica refere-se à adequação dos métodos e procedimentos utilizados para a coleta de informações. Para tanto, foi discutida pelos representantes da CPA/Setoriais a forma como seriam aplicados esses questionários. Decidiu-se que a aplicação dos instrumentos seria dirigida a todos os alunos (censitária) e realizada no período normal de aula com a colaboração dos professores. Já para a aplicação dos questionários ao corpo docente, a distribuição ficou sob a responsabilidade dos

representantes das Comissões Setoriais, orientando os docentes a entregarem os formulários preenchidos no Núcleo de Avaliação da IES. Nesse local foram dispostas algumas caixas onde os respondentes depositavam os instrumentos preenchidos, garantindo, assim, o sigilo e o anonimato dos professores participantes. Cabe destacar também que todos os instrumentos de avaliação continham um material anexo com as instruções para o seu preenchimento.

Portanto, podemos afirmar que a escolha dos procedimentos para a elaboração e construção dos instrumentos de avaliação foi adequada, pois, segundo opinião dos coordenadores de curso da área de Saúde-Biológica, foi garantida a representação dos diversos setores nas comissões (CPA/Setoriais) no processo avaliativo da IES, bem como foi respeitada a opinião dos participantes, ao se assegurarem o sigilo e o anonimato dos respondentes. Desta forma, notamos que os mecanismos utilizados para realização de um processo que respeitasse a opinião dos envolvidos no sentido de “maximizar os benefícios, reduzindo, ao mínimo, danos que possam ocorrer sem comprometer a integridade dos resultados” (Firme e Letichevsky; 291: 2002) foram satisfatórios, pelo menos na opinião da maioria dos coordenadores participantes desta pesquisa.

A opção pela realização de um processo com a participação de representantes e pela escolha adequada dos métodos e procedimentos para coleta dos dados, pode ter contribuído de maneira significativa para a avaliação satisfatória da maioria dos coordenadores sobre o respeito às opiniões das diversas fontes de informações, sobretudo quando observamos que todos os respondentes representantes das comissões responsáveis pelo processo de avaliação da IES julgaram-na satisfatória.

Por outro lado, um aspecto avaliado como inadequado pelos coordenadores de curso foi a exclusão dos diretores da IES e dos funcionários técnico-administrativos como fontes de informação primárias. Isso se deve ao fato de que o primeiro ciclo de auto-avaliação focou sua ação, sobretudo, nas atividades de ensino, o que acabou por não incorporar esses setores da instituição, o que, na verdade, poderia ter sido feito se ampliado o foco da auto-avaliação.

Quanto à relevância dos resultados alcançados pelos diferentes instrumentos de avaliação, notamos que todos os respondentes avaliaram bem tal aspecto, denotando que o impacto e a repercussão das atividades realizadas atingiram seus objetivos, pelo menos na opinião do grupo de coordenadores da IES.

Portanto, é possível afirmar que as atividades desenvolvidas para garantir que as informações fossem defensáveis alcançaram êxito, embora saibamos que existem vários aspectos dignos de um maior aprimoramento, principalmente quanto ao nível de

participação dos representantes de todos os setores da IES, a fim de proporcionar um amplo debate dos interessados pelo processo de avaliação. Também fica evidente que a exclusão dos diretores da IES e dos funcionários técnico-administrativos como fonte de informação primária não foi apropriada, pois acabou reduzindo a amplitude das opiniões, já que eles foram, de certa forma, excluídos do processo.

#### 4.2.2.3. Informações válidas

A validação das informações obtidas no processo de avaliação desenvolvido na IES pode ser fundamentada pela análise da maneira pela qual os instrumentos foram construídos, pela metodologia e técnicas utilizadas para a aplicação desses questionários aos diferentes setores, como também pela forma como foram produzidas as informações a partir dos resultados obtidos. Para tanto, foram criados para este trabalho três itens, no intuito de avaliar a metodologia empregada para aplicação dos pré-testes, a qualidade das informações obtidas em cada um dos instrumentos e as condições oferecidas para a aplicação de tais instrumentos à população respondente (procedimentos, tempo para o preenchimento dos instrumentos de avaliação).

A metodologia utilizada para a aplicação dos pré-testes dos instrumentos de avaliação elaborados foi apropriada para sete coordenadores de curso, sendo que a metade deles não apresentou nenhuma objeção. Apenas um respondente julgou-a como inapropriada [Quadro 31].

Quadro 31 – A metodologia utilizada para a aplicação dos pré-testes foi adequada

Respondentes	N	Concordo totalmente	Concordo	Discordo	Discordo totalmente	Prefiro não responder	Classificação
Representantes CPA/ Setoriais	4	3	0	1	0	0	Muito adequado
Não integrantes	4	1	3	0	0	0	
<b>Total geral</b>	<b>8</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	

No que se refere à qualidade das informações obtidas pelos diferentes instrumentos de avaliação, notamos que cinco participantes da pesquisa se declararam satisfeitos e outros três se consideraram insatisfeitos quanto a esse item, sobretudo dentre os representantes das comissões de avaliação [Quadro 32].

Quadro 32 – A qualidade das informações obtidas em cada um dos instrumentos de avaliação foi satisfatória

Respondentes	N	Concordo totalmente	Concordo	Discordo	Discordo totalmente	Prefiro não responder	Classificação
Representantes CPA/ Setoriais	4	0	2	2	0	0	Adequado <sup>(1)</sup>
Não integrantes	4	1	2	1	0	0	
<b>Total geral</b>	<b>8</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	

Todos os coordenadores participantes desta pesquisa consideraram propícias as condições oferecidas para a aplicação dos diversos instrumentos de avaliação durante o processo. Não houve discordância quanto a esse aspecto [Quadro 33].

Quadro 33 – As condições oferecidas (por exemplo: procedimentos, tempo para o preenchimento dos instrumentos de avaliação) para a aplicação dos diferentes instrumentos de avaliação foram adequadas

Respondentes	N	Concordo totalmente	Concordo	Discordo	Discordo totalmente	Prefiro não responder	Classificação
Representantes CPA/ Setoriais	4	2	2	0	0	0	Muito adequado
Não integrantes	4	1	3	0	0	0	
<b>Total geral</b>	<b>8</b>	<b>3</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	

A validade das informações obtidas no processo de avaliação da IES pode ser verificada pelas respostas dos coordenadores de curso quanto a esses três aspectos, sendo que dois deles foram classificados como “muito adequados” e um como “adequado”, porém com restrições.

Entendemos que, no processo de avaliação da IES, a pré-testagem foi uma importante etapa para a construção dos instrumentos de avaliação, sobretudo para aqueles direcionados aos alunos. Com o objetivo de averiguar a compreensão dos itens elaborados, bem como a sua coerência, tais instrumentos foram pré-testados. Embora tenha se considerado importante tal procedimento para os demais instrumentos, a partir da justificativa de que os professores representantes das comissões (CPA/Setoriais) foram co-autores dos questionários dirigidos aos docentes, optou-se pela realização desse procedimento apenas para aqueles que foram dirigidos aos alunos.

Destacamos que a pré-testagem desses instrumentos pelos discentes foi realizada de duas formas diferentes. Em relação aos instrumentos de avaliação de desempenho, foi solicitada aos professores representantes das Comissões Setoriais de cada curso a aplicação, em pelo menos cinco alunos, do material construído e, como etapa posterior, a

elaboração de um resumo das sugestões e impressões dos discentes quanto ao material avaliado. Com o intuito de garantir certa padronização para a realização do pré-teste, tais professores receberam um manual de orientação e um pequeno roteiro de perguntas a serem feitas aos alunos. Após o cumprimento dessas etapas, as informações obtidas foram sistematizadas e apresentadas a todos os representantes das comissões, a fim de discutir e incorporar, nos instrumentos elaborados, as sugestões e críticas feitas pelos graduandos participantes do pré-teste.

Outra etapa considerada fundamental para se garantir a validade das informações obtidas refere-se às condições (por exemplo: procedimentos e tempo para o preenchimento dos instrumentos de avaliação) oferecidas para a aplicação dos instrumentos. A aplicação dos instrumentos aos alunos, como já dito anteriormente, foi realizada no período normal de aula, e os procedimentos foram descritos em um manual de orientações lido aos alunos pelos professores em classe. O tempo para o preenchimento foi estipulado a partir da análise dos pré-testes, o que contribuiu muito para o bom desenvolvimento dessa etapa. Para os docentes, coordenadores e supervisores de curso, foram estipulados prazos para o seu preenchimento e entrega, variando de uma a duas semanas, dependendo dos instrumentos aplicados. Portanto, a partir das respostas dos coordenadores, podemos afirmar que as condições oferecidas aos respondentes dos instrumentos de avaliação interna da IES foram satisfatórias, já que todos eles julgaram-nas apropriadas.

Outro aspecto avaliado pelos coordenadores diz respeito à qualidade das informações obtidas ao longo do processo que, de certa forma, estão relacionadas à metodologia utilizada para a aplicação dos pré-testes, como também às condições oferecidas para a aplicação dos diferentes instrumentos. Embora a maioria (5) dos coordenadores tenha avaliado satisfatoriamente a qualidade das informações coletadas, notamos que três deles julgaram-na insatisfatória, sobretudo dentre aqueles que foram representantes das comissões (CPA/Setoriais). Esse resultado, embora seja considerado como suficiente, possibilita alguns questionamentos, carecendo, portanto, de um maior aprofundamento de tais aspectos por parte das comissões responsáveis pelo processo avaliativo da IES.

#### **4.2.2.4. Informações confiáveis**

A confiabilidade de um processo de avaliação está relacionada a alguns aspectos que passam necessariamente pela escolha dos procedimentos adotados para a seleção das dimensões e indicadores que constituem os diferentes instrumentos, sua coerência

interna, bem como pela qualidade das instruções oferecidas aos participantes para o preenchimento de tais instrumentos. Reconhecendo-se a importância dessas questões para a realização de uma avaliação confiável, solicitamos aos coordenadores as suas opiniões quanto a tais aspectos.

Para cinco respondentes desta pesquisa, as informações coletadas no processo de avaliação da IES foram confiáveis, sendo que apenas um deles concordou totalmente com isso. Entretanto, outros três coordenadores declararam que as informações não foram confiáveis, sobretudo para os participantes da CPA/Setoriais [Quadro 34].

Quadro 34 – As informações coletadas a partir dos instrumentos de avaliação foram confiáveis

Respondentes	N	Concordo totalmente	Concordo	Discordo	Discordo totalmente	Prefiro não responder	Classificação
Representantes CPA/ Setoriais	4	0	2	2	0	0	Adequado <sup>(-)</sup>
Não integrantes	4	1	2	1	0	0	
<b>Total geral</b>	<b>8</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	

A coerência na seleção dos itens que compuseram os diferentes instrumentos de avaliação utilizados foi avaliada de forma satisfatória por todos os coordenadores respondentes [Quadro 35].

Quadro 35 – Houve coerência na seleção dos itens que fizeram parte dos instrumentos de avaliação

Respondentes	N	Concordo totalmente	Concordo	Discordo	Discordo totalmente	Prefiro não responder	Classificação
Representantes CPA/ Setoriais	4	1	3	0	0	0	Muito
Não integrantes	4	1	3	0	0	0	Adequado
<b>Total geral</b>	<b>8</b>	<b>2</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	

Quanto às instruções dadas para os respondentes no momento do preenchimento dos instrumentos de avaliação, notamos que todos os coordenadores avaliaram-nas como adequadas [Quadro 36].

Quadro 36 – As instruções dadas aos participantes no momento do preenchimento dos instrumentos de avaliação foram adequadas

Respondentes	N	Concordo totalmente	Concordo	Discordo	Discordo totalmente	Prefiro não responder	Classificação
Representantes CPA/ Setoriais	4	1	3	0	0	0	Muito
Não integrantes	4	1	3	0	0	0	Adequado
<b>Total geral</b>	<b>8</b>	<b>2</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	

Como podemos observar a partir das opiniões dos coordenadores de curso, a confiabilidade das informações geradas durante o processo de avaliação da IES foi considerada adequada. No entanto, podemos verificar que apenas dois dos oito coordenadores concordaram “totalmente” quanto à confiabilidade das informações coletadas. Como hipótese para tal fato, apontamos, neste trabalho, alguns aspectos que podem ter interferido na avaliação desse item, já que a coerência na seleção dos itens que compuseram os diferentes instrumentos e as instruções para o preenchimento dos formulários foram bem avaliadas por todos coordenadores de curso da área de Saúde-Biológica. Julgamos que, para a realização de um processo de avaliação confiável, seja necessário que os participantes estejam efetivamente envolvidos e comprometidos com o processo. Como é sabido, este foi o primeiro ciclo de avaliação institucional da IES, o que de certa forma contribuiu para as dificuldades de envolvimento de grande parte da comunidade acadêmica. Ou seja, como ainda a IES passa por um momento de construção da sua cultura de avaliação<sup>14</sup>, colocam-se reservas quanto à total confiabilidade do processo para alguns coordenadores que responderam à escala.

#### **4.2.2.5. Sistematização da informação**

Para que se possa avaliar a sistematização das informações coletadas durante o processo de avaliação, são essenciais a análise da compreensão dos resultados alcançados e o exame da qualidade dos resultados disponibilizados, com o objetivo de verificar até que ponto os métodos e técnicas adotados para a compilação dos dados e posterior divulgação foram realizados de maneira satisfatória.

A compreensão das informações obtidas no decorrer do processo de avaliação foi julgada como satisfatória por cinco dos coordenadores que responderam à escala. Porém, um considerou-a insatisfatória e dois preferiram não responder sobre esse aspecto, sendo estes dois últimos coordenadores não integrantes da CPA/Setoriais, podendo revelar certa distância deles com relação ao processo realizado [Quadro 37].

---

<sup>14</sup> Entende-se, neste trabalho, assim como Ristoff (1999), que o estabelecimento de uma cultura de avaliação compreende “(...) um conjunto de valores acadêmicos, atitudes e formas coletivas de conduta que tornem o ato avaliativo parte integrante do exercício diuturno de nossas funções” (p.60).

Quadro 37 – A forma como foram divulgadas as informações obtidas durante o processo de avaliação foi bem compreendida

Respondentes	N	Concordo totalmente	Concordo	Discordo	Discordo totalmente	Prefiro não responder	Classificação
Representantes CPA/ Setoriais	4	0	4	0	0	0	Inadequado
Não integrantes	4	1	0	1	0	2	
<b>Total geral</b>	<b>8</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	

De acordo com cinco respondentes, o processo de avaliação realizado pela IES teve êxito. No entanto, três coordenadores não concordaram, sendo dois deles integrantes das comissões responsáveis [Quadro 38].

Quadro 38 – O processo de avaliação foi realizado com êxito

Respondentes	N	Concordo totalmente	Concordo	Discordo	Discordo totalmente	Prefiro não responder	Classificação
Representantes CPA/ Setoriais	4	1	1	2	0	0	Adequado <sup>(-)</sup>
Não integrantes	4	1	2	1	0	0	
<b>Total geral</b>	<b>8</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	

Em relação à qualidade dos resultados disponibilizados no processo de avaliação da IES, podemos notar que todos os coordenadores julgaram-na satisfatória, principalmente entre aqueles que não fizeram parte da CPA/Setoriais [Quadro 39].

Quadro 39 – A qualidade dos resultados disponibilizados foi satisfatória

Respondentes	N	Concordo totalmente	Concordo	Discordo	Discordo totalmente	Prefiro não responder	Classificação
Representantes CPA/ Setoriais	4	0	4	0	0	0	Muito Adequado
Não integrantes	4	2	2	0	0	0	
<b>Total geral</b>	<b>8</b>	<b>2</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	

Como já explicamos, a divulgação dos resultados obtidos pelos diferentes instrumentos de avaliação foi realizada exclusivamente pela disponibilização em um portal eletrônico – via internet – a toda a comunidade acadêmica da IES. Os dados foram apresentados graficamente por questão, de acordo com as variáveis: instituição (resultados gerais), curso, período e turma, com algumas alterações no caso dos resultados obtidos pelos professores na avaliação qualitativa, em que foram exibidos os dados gerais, por área de conhecimento e por curso de graduação.

Como vimos no Quadro 37, entretanto, a sua compreensão não foi julgada satisfatória por um coordenador de curso e outros dois preferiram não responder esse item, revelando que o modo de divulgação dos dados carece de um maior aprimoramento, embora observemos uma avaliação muito satisfatória da qualidade de tais resultados (Quadro 39).

Neste trabalho, temos como hipóteses para essas posições a forma de apresentação dos resultados brutos por questão e a não articulação dos dados com seus respectivos indicadores e suas dimensões. Considerando que existiam itens equivalentes nos instrumentos respondidos pelos alunos, professores, coordenadores e supervisores de curso e que na divulgação dos resultados tais itens não foram apresentados de forma articulada podemos supor que esse procedimento poderia ter contribuído para a melhor compreensão das informações obtidas. Desta forma, os interessados não dispuseram, no decorrer do processo, de uma organização adequada das informações obtidas pelos instrumentos de avaliação, tornando o seu exame muito exaustivo e pouco atrativo.

Entendemos também que a opção por não responder à questão sobre a compreensão dos resultados pode estar associada ao fato de que a divulgação via portal eletrônico dos resultados não atingiu o objetivo esperado. Para tanto, torna-se necessária a ampliação dos canais de divulgação dos dados, através de estratégias como a elaboração de relatórios sintéticos impressos, que seriam distribuídos à comunidade acadêmica, a fim de que todos possam ter acesso aos resultados diferenciados e rápidos, tornando possível assim sua melhor compreensão. Outras alternativas ainda podem ser pensadas pelo coletivo das Comissões.

Entretanto, cabe ressaltar que a organização dos resultados segundo os seus indicadores e suas dimensões e a confrontação dos dados foram realizadas no relatório final enviado ao Conselho Estadual de Educação de São Paulo no início de maio de 2006. Para tanto, em reunião feita em meados de março de 2006 entre as Comissões (CPA/Setoriais), tais resultados foram apresentados. Nessa reunião, foi proposto que tais resultados fossem transmitidos a todos os coordenadores, supervisores e chefes de setores avaliados, sendo solicitada uma análise cuidadosa dos dados obtidos no processo de avaliação para cada um destes segmentos. Posteriormente, essas análises foram enviadas para a comissão redatora, que as incorporou ao relatório final.

Pelos dados obtidos nesta pesquisa, podemos aferir que a sistematização das informações obtidas durante o processo de avaliação foi realizada de maneira adequada, embora se observem alguns problemas, sobretudo no que diz respeito à forma como foram divulgados tais resultados. Para o aprimoramento desse aspecto, tornam-se

necessárias uma revisão das formas até então produzidas e uma discussão cuidadosa com os interessados pelo processo de avaliação, com o objetivo de se construírem modos mais compreensíveis e objetivos de divulgação.

## *Capítulo 5*

*Considerações e inferências sobre o processo de auto-avaliação realizado pela IES em foco*

Como discutido ao longo deste trabalho, expusemos que os processos de auto-avaliação desenvolvidos pelas IES constituem-se em um dos eixos centrais das políticas de avaliação da Educação Superior no Brasil, pelo menos no que se refere aos documentos oficiais dos órgãos reguladores estadual e federal. Observamos, assim, a retomada e o fortalecimento de muitos princípios que fundamentaram o PAIUB no início da década de 1990, programa que tinha sido de certa forma desprezado pelo Governo Federal, ao se promulgar, com amparo na LDB de 1996, um novo sistema de avaliação da educação superior, composto de três diferentes processos: a Avaliação Institucional, a Avaliação das Condições de Oferta e o Exame Nacional de Cursos – ENC/Provão, que perdurou até 2002.

Entendemos que a auto-avaliação caracteriza-se por um processo permanente de autoconhecimento e de autocritica da instituição, constituindo-se em um instrumento fundamental para a reflexão sobre a sua identidade institucional, bem como de auxílio para a tomada de decisões quanto às suas diferentes atividades, sejam elas pedagógicas, administrativas, de extensão ou de pesquisa. Além disso, como foi destacado anteriormente, a auto-avaliação apresenta-se como uma exigência burocrático-legal nos processos de autorização, credenciamento e reconhecimento de cursos e de instituições.

Entretanto, consideramos que as auto-avaliações realizadas pelas IESs também devem ser avaliadas – meta-avaliação –, para que se possa aperfeiçoá-las cada vez mais, transformando-se em processos efetivos para a geração de mudanças e consolidação da identidade das instituições. Por isso, apresentamos, neste trabalho, uma proposta de meta-avaliação, a partir das categorias analíticas “utilidade” e “precisão”, com o objetivo de discutir a relevância e o mérito de um processo de auto-avaliação realizado por uma IES do interior de São Paulo, assim como das qualidades e dos impasses do processo desenvolvido, a partir das opiniões dos coordenadores de cursos da área de Saúde-Biológica (Biologia, Biomedicina, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Odontologia e Psicologia).

Ao analisarmos as opiniões dos coordenadores que participaram desta pesquisa, podemos notar que de modo geral a auto-avaliação desenvolvida na IES, objeto deste estudo, foi realizada de maneira satisfatória.

Quanto à categoria “utilidade” observamos que algumas das dimensões pesquisadas continham itens classificados nesta pesquisa como inadequados ou muito inadequados, sendo elas: “abrangência e seleção das informações” e “impacto da avaliação”. Por outro lado, foi possível notar que todos os itens que compunham a

dimensão “identificação dos grupos de interesse” foram classificados como muito adequados ou adequados, embora sejam considerados adequados com algumas restrições. É possível afirmar que os procedimentos empregados foram apropriados, notadamente em relação à clareza e suficiência das informações sobre as diversas etapas do processo; à clareza sobre a exigência da auto-avaliação para com os órgãos reguladores (Conselho Estadual de Educação de São Paulo e do Ministério da Educação); bem como ao compromisso dos diretores da IES quanto à proposta de avaliação colocada em prática.

Analisando os resultados quanto à dimensão “abragência e seleção da informação”, cujo objetivo foi identificar se as informações produzidas geraram questionamentos e respostas às reais necessidades e interesses dos diversos grupos envolvidos no processo de avaliação da IES, destacamos que as respostas dos coordenadores de curso mostraram-se satisfatórias. Entretanto, nos itens referentes às condições oferecidas para a melhoria e aperfeiçoamento institucional – a partir das informações coletadas durante o processo de avaliação e a não aplicação de instrumentos específicos aos diretores e funcionários da IES – verificamos grande discordância dos respondentes quanto a estes aspectos; sobretudo entre aqueles que eram representantes das comissões responsáveis pelo processo de avaliação da IES (CPA/Setoriais).

Dos demais aspectos que compuseram esta dimensão, podemos destacar como uma característica positiva da auto-avaliação da IES a realização de um processo dotado de flexibilidade para a inclusão de novas questões nos instrumentos desenvolvidos na IES, uma vez que todos os coordenadores apresentaram concordância quanto a este item.

Porém, ao analisarmos as respostas dos coordenadores de curso sobre a dimensão “impacto da avaliação”, consideramos que esta carece de uma atenção especial, sobretudo quanto ao pouco envolvimento efetivo dos participantes e do retorno (*feedback*) das informações a toda a comunidade acadêmica dos resultados obtidos durante o processo de avaliação. Além disso, observamos que um aspecto foi considerado como inadequado e estava relacionado à ocorrência de melhorias na instituição a partir das informações coletadas.

Em relação à categoria “precisão” podemos declarar que na dimensão “documentação do programa de avaliação da IES” os resultados foram menos satisfatórios, visto que a forma de acesso aos resultados pelos diferentes grupos e a

vinculação entre o programa proposto e o processo desenvolvido foram considerados inadequados.

Por outro lado, identificamos que nas dimensões “informações válidas” e “informações confiáveis” as respostas dos coordenadores revelam satisfação quanto aos aspectos abordados.

Outra dimensão que podemos considerar a avaliação como satisfatória diz respeito “às fontes de informação defensáveis”. Apenas o item referente ao critério de exclusão dos diretores e funcionários técnico-administrativos como fonte de informação foi julgado como muito inadequado, sobretudo entre aqueles que eram representantes das comissões responsáveis pelo processo de avaliação interna da IES. A discordância maior por parte dos integrantes das comissões pode estar associada ao fato de que esses, a partir de suas primeiras experiências de auto-avaliação, compreenderam que tal processo deve abarcar as múltiplas relações institucionais, e que, portanto, faz-se necessário o desenvolvimento de procedimentos capazes de contemplar todas as atividades e instâncias da IES. Desta forma, seria possível ampliar as fontes de informação, e integrá-las de forma coerente. Entretanto, entendemos que não basta apenas que sejam aplicados instrumentos de avaliação aos dirigentes e funcionários técnico-administrativos, pois é imprescindível, também, estabelecer relações conseqüentes com os seus projetos, sejam eles de âmbito acadêmico ou administrativo.

Já em relação à dimensão “sistematização das informações”, destacamos que a forma de divulgação das informações obtidas para a melhor compreensão dos envolvidos foi um item considerado inadequado, porém a qualidade dos resultados disponibilizados foi classificada nesta pesquisa como muito adequada, uma vez que nenhum coordenador discordou quanto a esse quesito.

Vale destacar que o descontentamento quando a forma de divulgação foi feita por um respondente não integrante das comissões (CPA/Setoriais), enquanto outros dois desse grupo preferiram não responder sobre esse aspecto. Isto posto, torna-se indispensável buscar alternativas de ampliação dos canais de propagação das informações, uma vez que o emprego predominante do sistema informatizado da instituição (intranet e e-mails) parece não ter alcançado os resultados esperados, fundamentalmente para aqueles que não faziam parte das comissões responsáveis, uma vez que todos os coordenadores integrantes das comissões consideraram a forma de divulgação adequada.

Após a apresentação resumida dos resultados da meta-avaliação na IES pesquisada, por dimensão, podemos afirmar que o processo de avaliação desenvolvido

foi proveitoso para a instituição, uma vez que identificamos um número razoável de padrões estabelecidos para uma auto-avaliação adequada.

Desta forma, podemos considerar que a avaliação realizada alcançou um padrão desejável de utilidade, principalmente quanto à identificação dos grupos de interesse e da abrangência e seleção das informações obtidas ao longo do processo. Entretanto, ao analisarmos o impacto da avaliação verificamos que alguns aspectos carecem de uma reflexão mais aprofundada a ser feita pela comunidade acadêmica da IES, sobretudo quanto ao envolvimento dos participantes, do retorno das informações e, fundamentalmente, da ocorrência de melhorias na instituição a partir das informações coletadas.

Consideramos que tais dificuldades, identificadas a partir da opinião dos coordenadores de curso da área de Saúde-Biológica, contribuíram para o debate sobre os principais impasses vivenciados pelas IESs no que diz respeito aos seus processos de auto-avaliação. Estudiosos da área (Frota, 1999; Davok e Ristoff, 2000) revelam suas preocupações sobre estas questões. Para a superação destas dificuldades é preciso que a instituição esteja preparada suficientemente para o “encaminhamento de medidas para dar respostas concretas para às indicações resultantes da avaliação” (Davok e Ristoff, 2000, p.34).

Entendemos, porém, como necessária para a superação de tais problemas uma discussão exaustiva das comissões responsáveis (CPA/Setoriais) com a comunidade acadêmica, no intuito de gerar internamente soluções viáveis e efetivas, partilhando mais amplamente com os diferentes segmentos da instituição a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso do processo desenvolvido. Para tanto, é indispensável criar condições de valorização das experiências internas de avaliação, que certamente darão suporte necessário para a geração de alternativas adequadas, a partir de uma reflexão aprofundada quanto aos princípios, objetivos, metas e procedimentos para os próximos ciclos avaliativos, evitando, assim, incorrer nos mesmos erros cometidos anteriormente. Julgamos que, desta forma, as instituições estarão preparadas para a construção de uma cultura de avaliação cada vez mais sólida e duradoura.

Isto posto, entendemos que, embora a auto-avaliação de IES tenha tido os seus méritos, principalmente por ser a primeira experiência, para os próximos ciclos de auto-avaliação faz-se necessário um esforço conjunto das comissões responsáveis pelo processo e dos dirigentes da IES para tornar a avaliação interna cada vez mais um instrumento de gestão e planejamento institucional. Assim, será possível transpor as exigências burocrático-legais estabelecidas pelos governos federal e estadual e desta

maneira constituir-se efetivamente como um processo gerador de transformação interna. Nesse sentido, entendemos que as comissões (CPA/Setoriais) devem incentivar a participação dos diferentes segmentos no processo avaliativo, buscando continuamente o fortalecimento de sua legitimidade técnica e política, o que daria a elas certamente condições para que os resultados obtidos na auto-avaliação sejam efetivamente empregados nas políticas de ensino, pesquisa, extensão e gestão da IES.

Em relação à categoria precisão, podemos considerar, pelos resultados alcançados nesta pesquisa, que a metodologia, os procedimentos, as dimensões e indicadores utilizados foram apropriados e cumpriram com os objetivos propostos. Entretanto, identificamos alguns pontos, assim como na categoria utilidade, que carecem de aprimoramento, principalmente no que se refere à forma de acesso aos resultados pelos diferentes grupos e dos critérios utilizados para a exclusão dos diretores e funcionários técnico-administrativos como fontes de informação primária.

Ao articularmos as informações coletadas a partir da opinião dos coordenadores de curso em relação à avaliação interna, podemos observar alguns impasses do processo realizado na IES, e que devem ser considerados e discutidos pela comunidade acadêmica, no intuito de superá-los. Identificamos que os principais entraves, segundo os respondentes desta pesquisa, referem-se às dificuldades da auto-avaliação de envolver todos os segmentos da instituição e de proporcionar condições efetivas de melhoria.

Realizar uma auto-avaliação, que proporcione condições adequadas para a geração de melhorias institucionais a partir de uma perspectiva de participação ampliada, passa necessariamente pelo desenvolvimento de formas variadas e eficientes de acesso, divulgação e retorno das informações coletadas ao longo do processo avaliativo.

Assim como Cunha (2004), compreendemos que

*“os processos de avaliação são culturais. São precisos esforços intencionais para fundar as bases de participação reflexiva, pois não é essa a nossa história e vivência cotidiana. Para ultrapassar a concepção e a prática de avaliação como mera função regulatória e legalista é preciso partir de outra lógica, com outro sentido filosófico, ético e político (p.27).*

Deste modo, entendemos que a avaliação desenvolvida deve centrar-se em seu sentido educativo, compreendendo que o processo, muitas vezes, é mais importante do que o seu próprio produto. Para tanto, a participação dos diferentes interessados pelo processo avaliativo não deve ser passiva, mas ativa e voluntária. Julgamos que para o

estabelecimento de uma cultura de avaliação duradoura, são necessários esforços para um amadurecimento dos princípios e funções dos processos de auto-avaliação; e isso só ocorrerá no momento em que comunidade acadêmica estiver convencida sobre a função principal da auto-avaliação, que é de produzir informações úteis para a tomada de decisões que beneficiem a todos os participantes do processo, deixando de ser apenas mais uma das inúmeras exigências dos órgãos reguladores externos.

Da mesma forma como Dias Sobrinho (2002) julgamos que a avaliação tem a obrigação fundamental de

*“suscitar interrogações de sentido ético, político e filosófico sobre a formação que está promovendo e engendrar reflexões sobre o significado mais profundo da missão (...). Precisa conhecer e interpretar as fraquezas da instituição, com vistas a superá-las, mas, sobretudo, deve compreender e identificar as suas qualidades mais fortes e suas potencialidades para se consolidar ainda mais. A tarefa é de grande dificuldade e magnitude, e creio que se deve começar por uma ruptura”*  
(p.135).

Isto posto, podemos considerar que esta pesquisa pode contribuir para a consolidação da avaliação na IES, visto que ao discutirmos o seu mérito e a sua relevância, além de seus pontos fortes e seus impasses, apresentamos elementos que julgamos ser importantes para a reflexão sobre o processo desenvolvido. Por outro lado, enfatizamos a necessidade de uma proposta de meta-avaliação para projeto de auto-avaliação institucional.

Por fim, apresentamos algumas considerações finais sobre a proposta de meta-avaliação desenvolvida neste trabalho. Destacamos inicialmente que os objetivos desta pesquisa foram cumpridos, uma vez que o instrumento utilizado neste estudo proporcionou informações suficientes e relevantes para a realização de uma reflexão sobre diferentes aspectos do programa de avaliação da IES estudada, especificamente sobre as categorias referentes à utilidade e à precisão.

Contudo, temos a clareza de que muitos outros aspectos não foram avaliados nesta pesquisa, principalmente no que diz respeito às categorias viabilidade e ética, sugeridas pelo trabalho do *Joint Committee on Standards for Educational Evaluation* (1981). Além disso, os procedimentos de pesquisa, como a realização de entrevistas abertas e a ampliação do número de sujeitos representantes de outros segmentos da IES são sugestões que apresentamos para os trabalhos futuros.

Portanto, compreendemos que este estudo não teve a intenção de apresentar uma proposta acabada de meta-avaliação, pelo contrário, objetivamos apenas contribuir para o debate sobre o papel da auto-avaliação e da importância desta para o aperfeiçoamento do Sistema de Educação Superior no Brasil, no sentido de discutir possíveis padrões para o desenvolvimento de processos avaliativos geradores de transformações e melhorias nas e pelos diferentes setores de uma IES, como o ensino, a pesquisa, a extensão e gestão.

## *Referências*

- AMORIM, A. Avaliação Institucional da Universidade. São Paulo: Cortez, 1992.
- BIELSCHOWSKI, C. E. Avaliação na Universidade Federal de Santa Catarina: uma proposta metodológica. Avaliação: Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior. Campinas: UNICAMP, n.1, p.29-32, jun. 1996.
- BRASIL. Lei 10.861 de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências.
- BRASIL. Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- Centro Universitário H. O. Programa de Avaliação Institucional. Araras, 2004.
- Centro Universitário H. O. Relatório Final – Avaliação Institucional. Araras, 2006.
- Centro Universitário H. O. Relatório Parcial – Avaliação Institucional. Araras, 2004.
- CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Deliberação n. 04 de 28 de julho de 1999. Disponível em: [http://www.ceesp.sp.gov.br/Deliberacoes/de\\_04\\_99.htm](http://www.ceesp.sp.gov.br/Deliberacoes/de_04_99.htm) >. Acesso em 12 de fevereiro de 2004.
- CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Deliberação n. 04/00 de 13 de abril de 2000. Disponível em: [http://www.ceesp.sp.gov.br/Deliberacoes/de\\_04\\_00.htm](http://www.ceesp.sp.gov.br/Deliberacoes/de_04_00.htm) >. Acesso em 12 de fevereiro de 2004.
- CUNHA, L.A. Desenvolvimento Desigual e Combinado no Ensino Superior – Estado e Mercado. Educação & Sociedade. Campinas, v.25, n. 88, p.795-817, out. 2004.
- CUNHA, L.A. Nova Reforma do Ensino Superior: a lógica reconstruída. Cadernos de Pesquisa. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n.101, p.20-49, jun. 1997.
- CUNHA, M. I. da. Auto-Avaliação como Dispositivo Fundante da Avaliação Institucional Emancipatória. Avaliação: Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior, v.9, n.4, p.25-32, dez. 2004.

CURY, C.R.J. Reforma Universitária na Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional?. Cadernos de Pesquisa. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n.101, p.3-19, jul. 1997.

DAVOK, D. F. E RISTOFF, D. Mudanças e Resistências na Construção da Cultura de Avaliação institucional. Avaliação: Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior, v.5, n.3 (17), p.27-36, set. 2000.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação da Educação Superior. São Paulo: Vozes, 2000.

DIAS SOBRINHO, J. Universidade e Avaliação: entre a ética e o mercado. Florianópolis: Insular, 2002.

FIRME, T.P. Avaliação: tendências e tendenciosidades. Revista Ensaio: Avaliação de Políticas Públicas em Educação. Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.5-11, jan/mar. 1994.

FIRME, T.P. e LETICHEVSKY, A.C. O desenvolvimento da capacidade de avaliação no século XXI: enfrentando o desafio através da meta-avaliação. Revista Ensaio: Avaliação de Políticas Públicas em Educação. Rio de Janeiro, v.10, n.36, p.289-300, jul/set. 2002.

FROTA, H. Avaliação da UECE: desafio institucional. Avaliação: Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior, v.4, n.4 (14), p.27-36, set. 2000.

GATTI, B.A. Avaliação Educacional No Brasil: pontuando uma história de ações. Eccos Revista Científica. São Paulo: UNINOVE, n.1, v. 4, p.17-41, jun. 2002.

GATTI, B.A. Avaliação institucional e Acompanhamento de instituições de ensino superior. Revista Estudos em Avaliação Educacional. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n.21, p.93-107, jan/jun. 2000.

GOMES, A.M. Exame Nacional de cursos e a política de regulação estatal do ensino superior. Cadernos de Pesquisa. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n.120, nov. 2003.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Da Concepção à Regulação. Brasília: INEP, 2004.

- LETICHEVSKY, A.C. et al. La categoría precisión en la evaluación en la meta-evaluación: aspectos prácticos y teóricos. Revista Ensaio: Avaliação de Políticas Públicas em Educação. Rio de Janeiro, v.13, n.47, p.235- 268, abr/jun. 2005.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES. Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior. Brasília, 2004.
- PINTO, M.R. O acesso à Educação Superior no Brasil. Educação & Sociedade. Campinas, v.25, n.88, p.727-756, out. 2004.
- RIOS, M.P.G. Meta-avaliação de docentes no ensino superior. São Paulo, 2004. Tese (Doutorado em Educação: Currículo) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- RISTOFF, D. Avaliação de Programas Educacionais: discutindo padrões. Avaliação: Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior, v.5, n.4 (18), p.39-44, dez. 2000.
- RISTOFF, D.I. Avaliação institucional: pensando princípios. In: Balzan N.C. e Dias Sobrinho, J. (orgs.) Avaliação Institucional: teoria e experiências. São Paulo: Cortez, 1995. p.
- SANTOS FILHO, J.C.. Análise teórico-política do Exame Nacional de Cursos. Revista da Rede de Avaliação Institucional. Campinas: UNICAMP, v.13, n.3, p.9-24, set. 1999.
- SOUZA, P.N.P. Estrutura e funcionamento do ensino superior brasileiro. São Paulo: Pioneira, 1991.
- STUFFLEBEAM, D. Meta-Evaluation. 119f. Mimeografado, Paper series. Dez. 1974.
- STUFFLEBEAM, D. Program Evaluation Models Metaevaluation Checklist. Disponível em: [http://www.wmich.edu/evalctr/checklists/eval\\_model\\_metaeval.pdf](http://www.wmich.edu/evalctr/checklists/eval_model_metaeval.pdf) >. Acesso em 06 de novembro de 2006.

VIANNA, H.M. Avaliação Educacional e o Avaliador. São Paulo, 1997. Tese (Doutorado em Psicologia) - Programa de Psicologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

WORTHEN, B.R. et al. Avaliação de Programas: concepções e práticas. Trad. Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Editora Gente, 2004.

# *Anexos*

*Anexo 1*  
*Instrumento de Meta-avaliação*

**Leia as afirmações e assinale a alternativa que reflete a sua opinião.**

**A - concordo totalmente    B - concordo    C - discordo    D - discordo totalmente    E - prefiro não responder**

Questão	Na sua opinião	A	B	C	D	E
1	ficou claro que o processo de avaliação institucional é uma exigência do Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo e do MEC para o credenciamento e credenciamento das instituições de Ensino Superior.	<input type="radio"/>				
2	os diretores da IES (Reitoria e Pró-reitorias) estavam suficientemente comprometidos com a proposta da avaliação institucional.	<input type="radio"/>				
3	houve interesse da direção da IES em envolver todos os grupos (coordenadores, supervisores, alunos, docentes e funcionários) na participação em todas as etapas do processo de avaliação institucional.	<input type="radio"/>				
4	houve informações claras e suficientes sobre todas as etapas do processo (por exemplo: agendamento de reunião, elaboração dos instrumentos, documentos disponíveis, divulgação) para todos os participantes.	<input type="radio"/>				
5	o método utilizado (por exemplo: criação das comissões e indicação de seus representantes) para garantir o envolvimento de todos os participantes no processo de avaliação foi adequado.	<input type="radio"/>				
6	as reuniões realizadas para a identificação das necessidades apresentadas pelos diversos grupos, do que seria importante avaliar, atingiram o seu objetivo.	<input type="radio"/>				
7	a participação no processo de avaliação institucional era restrita aos representantes das Comissões (Comissão Própria de Avaliação e Comissões Setoriais).	<input type="radio"/>				
8	houve adequação da quantidade de representantes dos diversos grupos nas comissões responsáveis pelo processo de avaliação da IES.	<input type="radio"/>				
9	os procedimentos utilizados para a seleção das dimensões e indicadores considerados mais importantes, que fizeram parte dos instrumentos de avaliação construídos, foram satisfatórios.	<input type="radio"/>				
10	no processo de avaliação institucional as problemáticas foram apresentadas e discutidas de forma democrática, garantindo a negociação destas em conjunto.	<input type="radio"/>				

**Leia as afirmações e assinale a alternativa que reflete a sua opinião.**

**A - concordo totalmente    B - concordo    C - discordo    D - discordo totalmente    E - prefiro não responder**

<b>Questão</b>	<b>Na sua opinião</b>	<b>A</b>	<b>B</b>	<b>C</b>	<b>D</b>	<b>E</b>
<b>11</b>	todos os aspectos necessários foram contemplados nos instrumentos de avaliação utilizados.	<input type="radio"/>				
<b>12</b>	deveriam ter sido elaborados instrumentos específicos para que diretores (Reitoria e Pró-reitorias) e funcionários avaliassem aspectos de seu interesse.	<input type="radio"/>				
<b>13</b>	as comissões responsáveis pelo processo de avaliação estabeleceram contato com os demais participantes do processo de avaliação institucional de forma satisfatória.	<input type="radio"/>				
<b>14</b>	houve flexibilidade no processo de avaliação para a inclusão de novas questões nos instrumentos de avaliação desenvolvidos.	<input type="radio"/>				
<b>15</b>	as informações coletadas, a partir dos instrumentos de avaliação, proporcionaram condições para a efetiva melhoria e aperfeiçoamento institucional.	<input type="radio"/>				
<b>16</b>	houve interação entre os representantes das comissões e os demais participantes durante o processo de avaliação institucional.	<input type="radio"/>				
<b>17</b>	todos os participantes estavam envolvidos efetivamente no processo de avaliação institucional.	<input type="radio"/>				
<b>18</b>	os resultados preliminares obtidos pelos diferentes instrumentos de avaliação foram divulgados de maneira adequada.	<input type="radio"/>				
<b>19</b>	foi eficaz o suporte oferecido para a compreensão e utilização dos resultados preliminares da avaliação desenvolvida.	<input type="radio"/>				
<b>20</b>	o processo de avaliação foi realizado de forma transparência (sincera, honesta e idônea).	<input type="radio"/>				

**Leia as afirmações e assinale a alternativa que reflete a sua opinião.**

**A - concordo totalmente    B - concordo    C - discordo    D - discordo totalmente    E - prefiro não responder**

Questão	Na sua opinião	A	B	C	D	E
21	houve retorno ( <i>feedback</i> ) adequado do processo de avaliação institucional à toda a comunidade acadêmica.	<input type="radio"/>				
22	houve ações de melhoria na instituição partir das informações coletadas no processo de avaliação institucional.	<input type="radio"/>				
23	a divulgação do funcionamento do programa de avaliação foi feita de maneira satisfatória.	<input type="radio"/>				
24	o acesso aos resultados pelos diferentes grupos ocorreu de forma satisfatória.	<input type="radio"/>				
25	houve vinculação adequada entre o programa de avaliação proposto e o processo desenvolvido.	<input type="radio"/>				
26	o processo de avaliação respeitou a opinião das diversas fontes, sendo elas alunos, professores, coordenadores e supervisores de curso.	<input type="radio"/>				
27	os resultados obtidos durante o processo de avaliação foram relevantes.	<input type="radio"/>				
28	para a coleta de dados empregou-se métodos e procedimentos adequados.	<input type="radio"/>				
29	os critérios para a exclusão dos diretores e funcionários da IES como fonte de informação foram apropriados.	<input type="radio"/>				
30	o procedimento de coleta de dados censitário (não amostral) foi a forma mais adequada para se obter as informações visadas no processo de avaliação institucional.	<input type="radio"/>				

**Leia as afirmações e assinale a alternativa que reflete a sua opinião.**

**A - concordo totalmente B - concordo C - discordo D - discordo totalmente E - prefiro não responder**

Questão	Na sua opinião	A	B	C	D	E
31	a metodologia utilizada para a aplicação dos pré-testes dos instrumentos de avaliação foi apropriada.	<input type="radio"/>				
32	a qualidade das informações obtidas em cada um dos instrumentos de avaliação foi satisfatória.	<input type="radio"/>				
33	as condições (por exemplo: procedimentos, tempo para o preenchimento dos instrumentos de avaliação) oferecidas para a aplicação dos diferentes instrumentos foram propícios.	<input type="radio"/>				
34	as informações coletadas a partir dos instrumentos de avaliação são suficientemente confiáveis.	<input type="radio"/>				
35	as instruções dadas aos avaliados no momento do preenchimento dos instrumentos de avaliação foram oportunas. B13	<input type="radio"/>				
36	houve coerência na seleção dos itens que fizeram parte dos diversos instrumentos de avaliação.	<input type="radio"/>				
37	a forma de divulgação das informações obtidas no processo de avaliação foi realizada de modo compreensível.	<input type="radio"/>				
38	o processo de avaliação foi desenvolvido com êxito.	<input type="radio"/>				
39	a qualidade dos resultados disponibilizados foi satisfatória.	<input type="radio"/>				

*Anexo 2*  
*Matrix do Instrumento*

Cate- goria	Dimensão	Nº instru- mento	Nº Quadro	Questão
				Na sua opinião
UTILIDADE	Identificação dos grupos de interesse	1	1	ficou claro que o processo de avaliação institucional é uma exigência do Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo e do MEC para o credenciamento e credenciamento das instituições de Ensino Superior.
		5	2	o método utilizado (por exemplo: criação das comissões e indicação de seus representantes) para garantir o envolvimento de todos os participantes no processo de avaliação foi adequado.
		8	3	houve adequação da quantidade de representantes dos diversos grupos nas comissões responsáveis pelo processo de avaliação da IES.
		2	4	os diretores da IES (Reitoria e Pró-reitorias) estavam suficientemente comprometidos com a proposta da avaliação institucional.
		3	5	houve interesse da direção da IES em envolver todos os grupos (coordenadores, supervisores, alunos, docentes e funcionários) na participação em todas as etapas do processo de avaliação institucional.
		4	6	houve informações claras e suficientes sobre todas as etapas do processo (por exemplo: agendamento de reunião, elaboração dos instrumentos, documentos disponíveis, divulgação) para todos os participantes.
		6	7	as reuniões realizadas para a identificação das necessidades apresentadas pelos diversos grupos, do que seria importante avaliar, atingiram o seu objetivo.
		7	8	a participação no processo de avaliação institucional era restrita aos representantes das Comissões (Comissão Própria de Avaliação e Comissões Setoriais).
	Abrangência e Seleção da Informação	9	9	os procedimentos utilizados para a seleção das dimensões e indicadores considerados mais importantes, que fizeram parte dos instrumentos de avaliação construídos, foram satisfatórios.
		10	10	no processo de avaliação institucional as problemáticas foram apresentadas e discutidas de forma democrática, garantindo a negociação destas em conjunto.
		13	11	as comissões responsáveis pelo processo de avaliação estabeleceram contato com os demais participantes do processo de avaliação institucional de forma satisfatória.
		14	12	houve flexibilidade no processo de avaliação para a inclusão de novas questões nos instrumentos de avaliação desenvolvidos.
		11	13	todos os aspectos necessários foram contemplados nos instrumentos de avaliação utilizados.
		12	14	deveriam ter sido elaborados instrumentos específicos para que diretores (Reitoria e Pró-reitorias) e funcionários avaliassem aspectos de seu interesse.
		15	15	as informações coletadas, a partir dos instrumentos de avaliação, proporcionaram condições para a efetiva melhoria e aperfeiçoamento institucional.

Categoria	Dimensão	Nº instrumento	Nº Quadro	Questão
				Na sua opinião
UTILIDADE	Impacto da Avaliação	18	16	os resultados preliminares obtidos pelos diferentes instrumentos de avaliação foram divulgados de maneira adequada.
		19	17	foi eficaz o suporte oferecido para a compreensão e utilização dos resultados preliminares da avaliação desenvolvida.
		21	18	houve retorno ( <i>feedback</i> ) adequado do processo de avaliação institucional à toda a comunidade acadêmica.
		16	19	houve interação entre os representantes das comissões e os demais participantes durante o processo de avaliação institucional.
		17	20	todos os participantes estavam envolvidos efetivamente no processo de avaliação institucional.
		20	21	o processo de avaliação foi realizado de forma transparência (sincera, honesta e idônea).
		22	22	houve ações de melhoria na instituição partir das informações coletadas no processo de avaliação institucional.
PRECISÃO	Documentação do Programa de avaliação da IES	23	23	a divulgação do funcionamento do programa de avaliação foi feita de maneira satisfatória.
		24	24	o acesso aos resultados pelos diferentes grupos ocorreu de forma satisfatória.
		25	25	houve vinculação adequada entre o programa de avaliação proposto e o processo desenvolvido.
	Fontes de informações defensáveis	26	26	o processo de avaliação respeitou a opinião das diversas fontes, sendo elas alunos, professores, coordenadores e supervisores de curso.
		28	27	para a coleta de dados empregou-se métodos e procedimentos adequados.
		30	28	o procedimento de coleta de dados censitário (não amostral) foi a forma mais adequada para se obter as informações visadas no processo de avaliação institucional.
		27	29	os resultados obtidos durante o processo de avaliação foram relevantes.
		29	30	os critérios para a exclusão dos diretores e funcionários da IES como fonte de informação foram apropriados.
	Informações válidas	31	31	a metodologia utilizada para a aplicação dos pré-testes dos instrumentos de avaliação foi apropriada.
		32	32	a qualidade das informações obtidas em cada um dos instrumentos de avaliação foi satisfatória.
		33	33	as condições (por exemplo: procedimentos, tempo para o preenchimento dos instrumentos de avaliação) oferecidas para a aplicação dos diferentes instrumentos foram propícias.
	Informações Confiáveis	34	34	as informações coletadas a partir dos instrumentos de avaliação são suficientemente confiáveis.
		35	35	as instruções dadas aos avaliados no momento do preenchimento dos instrumentos de avaliação foram oportunas.
		36	36	houve coerência na seleção dos itens que fizeram parte dos diversos instrumentos de avaliação.
	Sistematização da informação	37	37	a forma de divulgação das informações obtidas no processo de avaliação foi realizada de modo compreensível.
38		38	o processo de avaliação foi desenvolvido com êxito.	
39		39	a qualidade dos resultados disponibilizados foi satisfatória.	

*Anexo 3 –  
Solicitação à Reitora para a realização da  
pesquisa*

Magnífica Reitoria Dra.

Venho por meio desta, oficializar a solicitação para desenvolver a minha pesquisa de mestrado no Centro Universitário, no Programa de Educação: Psicologia da Educação na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, orientado pela profa. Dra. Bernadetti Angelina Gatti.

O tema da minha dissertação é a meta-avaliação (avaliação da avaliação), definida como uma atividade fundamental para assegurar a qualidade de uma avaliação em todas as suas etapas, desde a sua concepção até seus encaminhamentos finais.

Com o objetivo de analisar o processo de avaliação realizado nesta IES, ao longo dos últimos cinco anos, proponho realizar uma meta-avaliação a partir do ponto de vista dos coordenadores de curso da área de Saúde-biológica do Centro Universitário. A seleção deste grupo (coordenadores) se deve ao fato de que os cursos desta área são os mais antigos da IES, e onde se encontram cerca de 70% dos alunos matriculados no campus. Isso significa compreender uma amostra representativa da população universitária que conhece de maneira abrangente a realidade institucional – tanto o seu funcionamento quanto o processo de avaliação desenvolvido.

A minha investigação consiste em analisar a relevância e o mérito do processo de auto-avaliação implementado, segundo os coordenadores dos cursos da área de Saúde-Biológica desta IES, como também verificar quais são as qualidades e os aspectos que necessitam ser revistos no processo de auto-avaliação, na opinião dos coordenadores de curso.

Para tanto, criei um instrumento de meta-avaliação, a partir de critérios desenvolvidos pelo Comitê Misto sobre Diretrizes para a Avaliação Educacional (*Joint Committee on Standards for Education Evaluation*), criado em 1981, por quinze associações profissionais americanas ligadas à área educacional, que será respondido pelos coordenadores de curso no mês de abril de 2006.

Após a sua autorização em desenvolver este trabalho e a anuência dos coordenadores de curso em participar da pesquisa, pretendo entregar em mãos o instrumento de investigação na segunda quinzena de abril. Será solicitado aos coordenadores um prazo de uma semana para que preencham o questionário. Isso implicar em afirmar que não haverá prejuízo de suas atividades diárias no *campus*.

Cabe ressaltar que o meu interesse em desenvolver esta pesquisa deve-se ao compromisso com o qual a instituição desenvolveu todo o seu processo avaliativo. Assumo a responsabilidade e a obrigação de tornar os dados da minha pesquisa públicos à instituição por acreditar que esta fase (meta-avaliação) pode contribuir para a continuidade do processo de avaliação institucional.

Estima-se que a defesa da minha dissertação seja realizada em agosto de 2006; portanto, a análise será divulgada ainda no segundo semestre deste ano.

Considerando que V.S.<sup>a</sup>. reconhece esta importante etapa, tanto para a instituição como para minha carreira, aguardo uma resposta quanto ao desenvolvimento deste trabalho.

Coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Nelson Antonio Simão Gimenes

*Anexo 4 –  
Carta de apresentação da pesquisa e instruções  
para o preenchimento do instrumento aos  
coordenadores*

Prezados Coordenadores de Curso,

Além de desenvolver meu trabalho na instituição como supervisor de avaliação e coordenador da Comissão Própria de Avaliação institucional, faço, desde o início de 2004, pós-graduação (mestrado) no Programa de Educação: Psicologia da Educação na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP.

O tema da minha dissertação de mestrado é a meta-avaliação (avaliação da avaliação), definida como uma atividade fundamental para assegurar a qualidade de uma avaliação em todas as suas etapas, desde a sua concepção até seus resultados.

Considero que a avaliação institucional é uma ação de extrema importância para o julgamento do mérito e da relevância de uma instituição, de um curso ou de um programa. Entretanto, com a obrigatoriedade da realização dos processos de auto-avaliação pelas IES de todo o Brasil, para o credenciamento e credenciamento perante os órgãos reguladores, sejam eles federal ou estadual, muitas instituições desenvolvem seus processos apenas para cumprir suas obrigações burocráticas, reduzindo, assim, sua função principal que é a de fortalecer a sua identidade institucional e de aperfeiçoar suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Com o objetivo de analisar o processo de avaliação realizado no Centro Universitário, ao longo dos últimos cinco anos, me propus, no mestrado, a desenvolver uma meta-avaliação a partir do ponto de vista dos Coordenadores de Curso da área de Saúde-biológica desta instituição.

Importante ressaltar que, seguindo os critérios exigidos, solicitei a autorização da Reitoria para desenvolver o meu trabalho de pesquisa com os Coordenadores de Curso do Centro Universitário. Mesmo tendo permissão da Reitoria para a realização da pesquisa, esclareço que a sua participação é voluntária, sem ônus, podendo interrompê-la a qualquer momento sem qualquer penalidade.

A minha investigação consiste em analisar a relevância e o mérito do processo de auto-avaliação implementado, segundo os Coordenadores dos Cursos da área de Saúde-Biológica desta IES, como também verificar quais são as qualidades e os aspectos que necessitam ser revistos no processo de auto-avaliação, na opinião dos Coordenadores de Curso.

Para tanto, criei um instrumento de meta-avaliação, a partir de critérios desenvolvidos pelo Comitê Misto sobre Diretrizes para a Avaliação Educacional (*Joint Committee on Standards for Education Evaluation*), criado em 1981, por quinze associações profissionais americanas ligadas à área educacional.

O instrumento elaborado constitui-se de 39 itens, que se referem aos seguintes aspectos: Participação; Abrangência e Seleção da Informação; Impacto da avaliação; Documentação do

Programa de avaliação da IES; Fontes de informações; Informação válida; Informação confiável (ou confiabilidade da informação) e Sistematização da informação.

Optei por utilizar uma escala do tipo likert de cinco pontos: concordo totalmente, concordo, discordo, discordo totalmente, prefiro não responder. Solicito que os Coordenadores posicionem-se em relação às afirmações, demonstrando o seu grau de concordância. Entende-se que ao concordar totalmente o Coordenador não apresenta nenhuma objeção quanto à afirmação apresentada; ao concordar, embora o Coordenador esteja de acordo, a afirmação não corresponde à plenitude de sua opinião; ao discordar, compreende-se que o Coordenador julga que há alguns impedimentos para a certificação do aspecto pesquisado; e ao discordar totalmente o Coordenador posiciona-se completamente contrário à afirmação.

Ainda que solicite o preenchimento deste questionário com o intuito de concluir a minha pós-graduação, considero que os resultados obtidos nesta pesquisa podem também contribuir de forma efetiva para o aperfeiçoamento do processo de avaliação da instituição. Por isso, peço a vocês, coordenadores, que respondam ao questionário de maneira cuidadosa.

Em anexo estão o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido em que constam todos os critérios éticos para a sua participação na pesquisa e que deve ser preenchido e assinado, bem com o instrumento de avaliação.

Em função do prazo estipulado pelo programa de Mestrado, solicito que o questionário seja preenchido no prazo de uma semana após o seu recebimento. Esclareço que é garantido o anonimato da sua opinião, não sendo mencionado o nome e o curso do coordenador participante.

Agradeço desde já pela colaboração.

Nelson Antonio Simão Gimenes

*Anexo 5 –  
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido*

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Eu, \_\_\_\_\_,  
com R.G. de nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado a (rua, av., praça)  
\_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_ CEP:  
\_\_\_\_\_ Telefone (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, abaixo assinado, declaro para

todos os fins éticos e legais, que tenho pleno conhecimento que participarei da pesquisa “Um estudo meta-avaliativo de uma experiência de auto-avaliação em uma Instituição de Educação Superior”, sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dra. Berandetti Angelina Gatti (11 – 3723 3086), com o objetivo de coletar dados sobre sua opinião acerca do processo de auto-avaliação institucional desenvolvida na instituição.

Por este instrumento dou plena autorização para que as respostas ao questionário ou qualquer informação obtida durante a pesquisa seja utilizada para fins de divulgação em livros, jornais e revistas científicas brasileiras, desde que seja reservado sigilo absoluto de minha identidade.

Estou ciente que minha participação é voluntária e sem ônus, podendo interrompê-la a qualquer momento sem penalidades.

Declaro que recebi todos os esclarecimentos e dúvidas sobre a pesquisa, bem como sobre a utilização desta documentação para fins acadêmicos e científicos.

Recebi uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2006.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante da pesquisa ou responsável legal

*Anexo 6 -  
Relação dos cursos de graduação da IES  
pesquisada*

Área	Curso
Saúde-biológicas	Biomedicina
	Ciências Biológicas Matutino e Noturno
	Educação Física Matutino e Noturno
	Enfermagem
	Farmácia
	Fisioterapia Matutino e Noturno
	Odontologia
	Psicologia
Licenciatura	Licenciatura em Física
	Licenciatura em Matemática
	Licenciatura em Química
	Normal Superior
Tecnologia	Gestão Financeira
	Materiais
	Processos Químicos
	Tecnologia em Alimentos
	Tecnologia em Estética
	Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos
	Tecnologia em Gestão em Saneamento Ambiental
	Tecnologia em Qualidade e Produção
	Tecnologia em Redes de computadores

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)